Nº 2043 / 13 de setembro 2024 / Semanal / Portugal Continental 2,60€

FUNDADOR: João Peixoto de Sousa **DIRETOR:** João Luís Peixoto de Sousa

VidaEconómica

EMPRESAS, NEGÓCIOS, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

www.vidaeconomica.pt

TARIFAS SOBRE AUTOMÓVEIS ELÉTRICOS VÃO SER APLICADAS EM OUTUBRO

Aumentam os riscos de guerra comercial entre a União Europeia e a China

Pág. 10

SUPLEMENTO SEGUROS

Mudanças climáticas reforçam importância dos seguros para as empresas

Pág. II a IV

FISCALIDADE

Alívio fiscal para proprietários

Fim da taxa extraordinária sobre o alojamento local

Pág. 22

MERCADOS

Pagamentos digitais podem poupar aos cidadãos europeus até 250 mil milhões de euros

Pág. 27

Mais de 120 mil estrangeiros optam pela capital portuguesa

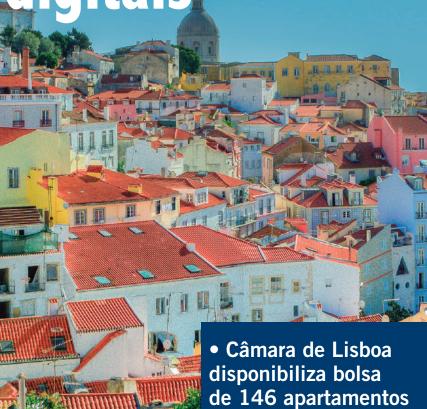
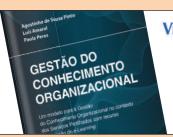
Lisboa é a segunda maior cidade do mundo em nómadas digitais

• Câmara de Lisboa disponibiliza bolsa de 146 apartamentos

Pág. 9

GENERAL ROVISCO DUARTE, EX-CHEFE DE ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO E CO-FUNDADOR DA MIVE, CONSIDERA

Metodologias inspiradas em métodos militares melhoram produtividade das empresas

Pág. 5

CONSULTÓRIO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS

QUALIFICAÇÃO DAS PME

Sou administrador de uma empresa têxtil e tive conhecimento de que existem apoios para a qualificação, dentro de certas categorias. Em que consistem essas categorias?

O "SICE – Qualificação das PME - Operações Individuais" do Portugal 2030 apoia as PME com investimentos enquadrados nos seguintes domínios imateriais de competitividade:
Inovação organizacional, gestão e logística - introdução de novos métodos de organização do trabalho, reforço das capacidades de gestão, introdução de sistemas de informação aplicados a novos métodos de distribuição e logística, melhorias de layout, ações de benchmarking, diagnóstico e planeamento;
Digitalização e transformação digital, incluindo cibersegurança e proteção de dados –Criação e ou adequação dos modelos de negócios através da adoção de práticas digitais para melhorar processos através da automação de processos (BPM – business process managment), de inteligência artificial (IA) para prever tendências ou personalizar ofertas, de ferramentas de data analytics, da transformação digital (CRM; Chatbots e assistentes virtuais) e de ferramentas de segurança de dados e soluções para detetar e responder a ameaças cibernéticas;
Criação de marcas e design – conceção e registo de marcas, novas coleções de produtos inovadores, ao nível da imagem e da incorporação de materiais sustentáveis e melhoria das capacidades design;
Capacitação para o desenvolvimento de produtos, serviços e processos – criação ou reforço das capacidades laboratoriais, excluindo testes de qualidade dos produtos, protótipos e provas de conceito;
Proteção de propriedade industrial – registo de patentes, invenções, modelos de utilidade e desenhos ou modelos;
Qualidade e certificação – certificação inicial de sistemas de gestão da qualidade, certificação de produtos e serviços com obtenção de marcas, bem como a implementação de sistemas de gestão pela qualidade total;
Transferência de conhecimento e tecnologia - aquisição de serviços de consultoria e assistência técnica, nos domínios da transferência de conhecimentos e certificação de sistemas de gestão da investigação, desenvolvimento e inovação;
Sustentabilidade e ecoinovação – incorporação nas empresas dos princípios do ESG (Environmental, Social and Governance), com vista a promover métodos de gestão de negócio inovadores para a organização com a adoção de práticas ambientais, sociais e de governação corporativa; inclui, entre outras, as certificações de sistemas, serviços e produtos na área do ambiente, obtenção do Rótulo Ecológico e sistema de ecogestão e auditoria (EMAS).
As despesas enquadradas nestes domínios podem corresponder a equipamentos, serviços de consultoria especializada, custos com propriedade industrial e/ou custos salariais com a contratação de até 2 recursos humanos qualificados. O salário base mensal máximo elegível é de 2.250 euros.
Os projetos devem:
abranger inovação de marketing e/ou organizacional;
apresentar uma despesa mínima elegível de 200.000 €;
integrar investimento em pelo menos 2 domínios imateriais de competitividade.
Os apoios, a fundo perdido, correspondem a 50% das despesas elegíveis, com exceção dos projetos localizados na região de Lisboa, onde a taxa de apoio é de 40%.
O período de candidaturas apresenta 2 fases:
Fase 1: conclusão a 31/10/2024;
Fase 2: conclusão a 30/01/2025.

www.sibec.pt
sibec@sibec.pt
228 348 500

Nesta edição

05 **Atualidade** Metodologias inspiradas em métodos militares melhoram produtividade das empresas

17 **Neg.Empr.** Volvo é a marca premium que mais cresce em Portugal

24 **Mercados** Atrair e reter talento é o maior desafio das empresas

Imprensa
EM REVISTA

elEconomista.es

Ifo prevê estagnação da economia alemã

O instituto de estatística de Munique (Ifo) corrigiu as suas previsões para este ano e estima uma estagnação da economia alemã, ainda que a sua anterior informação previa um crescimento de 0,4%. Também para o próximo ano a estimativa foi revista em baixa, com uma subida de 0,9%, contra os anteriores 1,5%.
O Ifo refere que a economia alemã está estagnada e não avança com esta desaceleração, enquanto outros países dão sinais de recuperação. A Alemanha atravessa uma crise estrutural. Há muito pouco investimento, sobretudo na indústria, e a produtividade há anos que está estagnada. A situação dos pedidos é má e o aumento do poder aquisitivo não se traduz num maior consumo, mas numa maior poupança.

investir LE JOURNAL DES FINANCES

Número de milionários em criptos quase duplica

O número de milionários atingiu 172 300 este ano, num aumento de 95% face ao exercício anterior, de acordo com um estudo da Henley & Partners. Os multimilionários desta categoria não serão mais do que 28 no mundo, num crescimento de 27%.
Os investidores que possuem apenas bitcoin serão 85 400 a ultrapassar o milhão de dólares, enquanto serão 11 a deter o equivalente a mais de mil milhões de dólares. Ambos os números também a registarem um forte aumento. As evoluções estão ligadas à progressão do mercado das criptos. A valorização da bitcoin, por exemplo, progrediu 117% no espaço de um ano.

The New York Times

Índia emerge no panorama mundial da IA

A Índia está a assumir um papel cada vez mais relevante no ecossistema global da inteligência artificial, potenciando a indústria das tecnologias da informação que servem muitos dos bancos, das indústrias e empresas a nível mundial.
Enquanto o país mais populoso do mundo, o país tem uma força de trabalho robusta com perto de cinco milhões de programadores, numa altura em que o talento em IA tem falta de gente globalmente. Os serviços de IA da Índia vão representar biliões nos próximos tempos.

FRANCISCO JAIME QUESADO
Economista e Gestor
jaime.quesado@gmail.com

As cidades enfrentam grandes desafios de futuro. Junto algumas breves notas sobre os novos desafios que enfrentam num tempo complexo e incerto. As cidades são cada vez mais o espaço público onde a intervenção individual se cruza com a manifestação coletiva de forma pensada e estruturada mas também informal e criativa. Desde as cidades digitais às cidades inteligentes, a afirmação de uma agenda aberta, centrada na colaboração entre pessoas e na construção competitiva de novas soluções geradoras de valor global. As cidades são e devem ser cada vez mais comunidades onde o sentido da partilha deve ser a base de uma ideia nova de modernidade estratégica e bem-estar comum.

MAIS INTELLIGENCE - Neste processo de Intelligence , Portugal tem que aproveitar a oportunidade do novo quadro comunitário, reforçando a aposta na intelligence e competitividade. Uma melhor articulação entre as Universidades e Centros de Inovação e as empresas tem sido o grande motor desta capacitação inovadora da economia portuguesa, que tem que aproveitar este movimento para alargar a dimensão exportadora dos diferentes setores e qualificar a capacidade de integração nas diferentes redes globais;

MAIS REDES - Intermediar passa sempre pela gestão de redes, uma área na qual o nosso país sempre teve uma vocação histórica, assumindo-se como uma plataforma de intermediação inteligente entre diferentes países e zonas do globo. O papel das redes globais pode nesta matéria ser decisivo e a participação colaborativa de diferentes atores terá a grande virtualidade de pôr em contacto os principais operadores económicos de vários países, reforçando as oportunidades para novos investimentos e projectos com carácter estrutural;

MAIS SUSTENTABILIDADE - A área da sustentabilidade está cada vez mais na ordem do dia e são muitas as iniciativas que se têm vindo a realizar neste contexto que têm mobilizado muitos especialistas à volta do tema. A mobilização da sociedade civil para esta agenda fará cada vez mais a diferença num contexto de novas apostas que interessam para o futuro e onde a criação de valor será um objetivo central;

O IMPERATIVO DA GESTÃO - Neste tempo de crise incerta e complexa, a economia portuguesa tem pela frente a batalha de uma nova dimensão competitiva. As empresas, em articulação com os centros de inovação, terão que ser os motores deste novo desafio e os baixos índices de qualidade de gestão que o nosso país continua a apresentar nos principais rankings internacionais terão que ser ultrapassados - a gestão, como referia Peter Drucker, é a chave do sucesso das organizações e também nesta matéria teremos que saber dar o exemplo;

TEMPO DAS PME - A capacidade de reação da economia portuguesa neste período de crise passará também muito pela reforço da dimensão financeira das nossas empresas. As PME, que representam mais de 97% da base empresarial nacional, têm feito um esforço de modernização muito assinalável mas continuamos a ter uma reduzida dimensão e insuficiência de capitais próprios, que limitam a capacidade de investimento e de integração nas redes estratégicas de valor global;

RESPONSABILIDADE SOCIAL - A sustentabilidade e a responsabilidade social são hoje duas marcas indissociáveis da nossa economia e sociedade e as empresas têm que saber assumir estas novas marcas na sua organização interna e nas suas relações com os seus parceiros. Precisamos que gestores e demais responsáveis no nosso país assumam este desígnio de forma clara, para que as nossas empresas sejam capazes de se integrarem de forma inteligente nas suas redes de intermediação estratégica um pouco por todo o mundo.

VidaEconómica
EDITOR E PROPRIETÁRIO Vida Económica Editorial, SA Rua Gonçalo Cristóvão, 14 RC * 4000-263 Porto: • **NIF:** 507258487 • **DETENTORES DE 5% OU MAIS DO CAPITAL DA EMPRESA:** Herdeiros de João Carlos Peixoto de Sousa – 40,61%; João Luis Marinho Peixoto de Sousa – 15,73%; Miguel Gil Marinho Peixoto de Sousa – 15,73%; Paulo Alexandre Marinho Peixoto de Sousa - 13,96% • **ADMINISTRAÇÃO:** João Luís Peixoto de Sousa • **DIRETOR:** João Luís Peixoto de Sousa • **REDAÇÃO** Virgílio Ferreira (Chefe de Redação), Adérito Bandeira, Guilherme Osswald, Rute Barreira e Teresa Silveira; E-mail agenda@grupovidaeconomica.pt; **PAGINAÇÃO** Célia César, Flávia Dias • **SEDE DA REDAÇÃO**: Rua de Gonçalo Cristóvão, 14 RC, 4000-263 Porto. - Tel. 223 399 400 (chamada para a rede fixa nacional). Fax. 222 058 098 • **ESTATUTO EDITORIAL:** https://www.vidaeconomica.pt/vida-economica-1/outras-1/ficha-tecnica-vida-economica • **PUBLICIDADE PORTO** Rua Gonçalo Cristóvão, 14, RC 4000-263 Porto - Tel 223 399 400 (chamada para a rede fixa nacional) • Fax 222 058 098 • E-mail: comercial@grupovidaeconomica.pt; • **ASSINATURAS** Tel 223 399 400 (chamada para a rede fixa nacional)• E-mail assinaturas@grupovidaeconomica.pt; **IMPRESSÃO** Naveprinter Indústria Gráfica do Norte, SA. - E.N. 14 (km 7,05), Lugar da Pinta, Apartado 1121, 4471-909 Maia. - Telf: 229 411 085 (chamada para a rede fixa nacional) • Fax: 229 485 631 **DISTRIBUIÇÃO** VASP, SA - Cacém • E-mail geral@vasp.pt • Tel 214 337 000 (chamada para a rede fixa nacional) - Fax 214 326 009

MEMBRO DA EUROPEAN BUSINESS PRESS

TIRAGEM CONTROLADA PELA:

A PRESENTE EDIÇÃO TEVE UMA DISTRIBUIÇÃO TOTAL DE **104.330 EXEMPLARES**, EM DIGITAL E PAPEL

4000 Município (Porto)
TAXA PAGA

Depósito Legal nº 33 445/89
ISSN 0871-4320
Nº Registo na ERC: 109 477

ATUALIDADE

Rendas das casas por m2 aumentam 7,2%

As rendas das casas por metro quadrado registaram um aumento de 7,2% em agosto, comparativamente a igual mês do ano passado e mais 0,1% do que em julho. Todas as regiões apresentaram variações homólogas positivas das rendas da habitação, sendo que a Madeira apresentou o aumento mais acentuado (7,7%). Em termos mensais, o valor médio das rendas de habitação por metro quadrado registou uma variação de 0,4% (valor idêntico no mês anterior).

ESTUDO DA FEP CONCLUI

Portugal precisa de mais imigração

A Faculdade de Economia da Universidade do Porto (FEP) apresentou esta semana o Capítulo 3 do primeiro número da publicação "Economia e empresas: tendências, perspetivas e propostas", uma edição do novo Gabinete de Estudos Económicos, Empresariais e de Políticas públicas (G3E2P). A principal conclusão é que Portugal precisa de mais imigração se quiser elevar o crescimento económico e o nível de vida.

O estudo da FEP contraria, de forma quantificada, o mito de que os imigrantes 'empurram' os nacionais para fora do mercado de trabalho e para emigração, realçando ainda que a integração dos imigrantes alarga de forma sustentada o mercado interno e, dessa forma, as oportunidades de investimento e emprego para todos, além do seu contributo positivo para a Segurança Social, apontado em diversos estudos anteriores.

Os resultados de estimação, juntamente com a análise de correlações parciais, mostram que a emigração nos países da UE, desde o início do milénio, é sobretudo de pessoas imigradas – atraídas por maiores níveis de vida inicial e dinâmicas de crescimento económico, as variáveis explicativas –, que depois saíram ao encontrar melhores oportunidades noutros países no período de análise pelas mesmas razões económicas.

Pelo contrário, a emigração de residentes por razões económicas (com menor peso relativo) ocorre sobretudo em países com baixo crescimento económico e nível de vida inicial – é o caso de Portugal, ajudando a explicar a emigração de um terço dos nossos jovens –, além do efeito tradicional, de menor expressão, de saída para países vizinhos de nível de vida similar (alto ou baixo) e crescimento económico associado.

> **Taxa de fertilidade dos imigrantes é superior à dos residentes**

Conjuntura económica favorável à imigração

O capítulo revela ainda que os imigrantes tendem a permanecer mais tempo – sensivelmente o dobro, em termos médios – nos países com um nível de vida relativo de partida elevado por comparação com os países de maior crescimento económico. Este resultado ressalta a importância de, nos países com nível de vida relativo abaixo da UE, como Portugal, aproveitar as fases de maior crescimento – como a atual, impulsionada por fatores temporários como o PRR e o 'boom' do turismo – para reter os imigrantes atraídos por essa dinâmica antes que se esgote.

A subida da taxa de imigração média para 1,321% permite compensar o saldo natural negativo e estabilizar a população.

A decomposição das dinâmicas demográficas de Portugal em 1999-2022 revelou fatores não económicos (além dos estimados) favoráveis na maioria das componentes, com exceção da taxa de imigração. Para melhorar esses fatores e as dinâmicas, propõe-se, nomeadamente: repor a qualidade do SNS (que explicará uma mortalidade abaixo da UE por fatores não económicos no período) com mais investimento e melhor gestão; e reforçar os resultados com uma forte aposta na literacia e prevenção em saúde, sendo proposta a criação de um imposto especial sobre açúcar, sal, conservantes artificiais e edulcorantes nocivos em alimentos processados, a consignar ao SNS e à prevenção e literacia em saúde; fortalecer a capacidade de retenção de imigrantes, nomeadamente por via da sua formação e o reforço da AIMA; contrariar a fraca capacidade de atração de imigrantes face à nossa posição periférica na UE – por exemplo, estabelecendo acordos com países dos PALOP e outros –, o que ajudará ainda a reverter a baixa natalidade em Portugal, já que a taxa de fertilidade dos imigrantes é superior à dos residentes.

> **A emigração nos países da EU é sobretudo de pessoas imigradas**

Economia mais dinâmica e melhor nível de vida

Sem mudança de políticas, o crescimento económico anual previsto de 1,11% até 2033 causa uma queda estimada da população de 5,8%, bastante acima da perda de 2,1% projetada no "Ageing Report" de 2024, que não usa o modelo económico empregue. No entanto, se Portugal crescer 3% ao ano via reformas estruturais – o mínimo para atingir a metade de países mais ricos da UE em 2033, conforme projetado no anterior capítulo –, a subida da taxa de imigração média para 1,321% permite compensar o saldo natural negativo e estabilizar a população. Trata-se de uma taxa de imigração acima do pico de 1,13% atingido em 2022.

Conclui-se que uma economia mais dinâmica e um maior nível de vida pressupõem que Portugal se organize para acolher um fluxo ainda maior de imigrantes no futuro de forma controlada, incluindo mecanismos ligados à evolução económica, como o requisito prévio de um contrato de trabalho e a auscultação das necessidades de trabalhadores das empresas, acompanhados de uma fiscalização adequada.

INICIATIVA PROMOVIDA PELA F3M

Porto acolhe Industry Summit

Que desafios se colocam à Indústria ao nível da transformação digital e inovação? Que estratégias estão as empresas a adotar para responder à transição verde e sustentabilidade? Como pode a inteligência artificial impulsionar a competitividade e a internacionalização das organizações? Serão estes os temas centrais do Industry Summit, uma iniciativa promovida pela F3M, que irá reunir a 19 de setembro, no Porto, diversos especialistas de referência da Indústria.

Capacitar os profissionais do setor, explorar as tendências mais recentes e avaliar estratégias e ações com foco no futuro são os principais objetivos deste evento, organizado em colaboração com a empresa tecnológica Cegid.

> **Transição digital, a sustentabilidade e a inovação em análise**

O ponto de encontro será na ANJE - Associação Nacional de Jovens Empresários, pelas 14h00. "Serão discutidas e analisadas temáticas que estão na ordem do dia, como a transição digital, a sustentabilidade e a inovação. Queremos que este seja, acima de tudo, um momento de aprendizagem, networking e descoberta, que inspire todos os participantes e fomente a interação com os especialistas convidados", revela António José Rocha, diretor de Soluções Empresariais da F3M.

"Acreditamos, também, que esta será uma boa oportunidade para se explorarem, em conjunto, diferentes caminhos, que permitam aos profissionais enfrentar os desafios e as oportunidades do futuro da Indústria", refere ainda o responsável.

IA é um dos temas em análise

Em análise, estarão, também, tópicos emergentes como a inteligência artificial, liderança e gestão, internacionalização e competitividade. Todos serão abordados por especialistas, de empresas de renome nacional e internacional, com elevado conhecimento e experiência nestas áreas.

Marcarão, assim, presença Ricardo Costa, presidente do Grupo Bernardo da Costa; Nuno Horta, diretor de Inovação e Digitalização, e Ricardo Ramos, diretor de Sustentabilidade e responsável de Compliance, ambos da Sociedade Águas de Monchique; Natália Ramalho, responsável técnica de Certificação de Sistemas e Produtos da TÜV AustriaIberia; e Bruno Tinoco, gestor de Tecnologia de Informação do VLB Group. Estarão ainda, na iniciativa, Sérgio Agrelos, diretor de Operações da F3M, e António Antunes, gestor de Produto SMB & Soluções Públicas - Portugal & África PT, da Cegid.

Dirigido especialmente aos profissionais da Indústria, o evento é gratuito, mas com inscrição prévia obrigatória.

ATUALIDADE

Governo preocupado com envelhecimento dos funcionários da AT

O Governo revela grande preocupação pelo envelhecimento dos funcionários da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT). O Executivo defende recrutamentos adicionais. A realidade é que se trata de um desafio para os próximos anos. Recentemente foram integrados 400 novos funcionários, o que está ainda longe de ser suficiente e que deve ser um caminho a continuar.

INE confirma inflação inferior a 2%

O INE confirmou que a taxa de inflação, em agosto, abrandou para 1,9%, face a igual mês do ano passado. Em julho, a inflação tinha ficado nos 2,5%. A inflação subjacente – que exclui produtos alimentares não transformados e energéticos - apresentou uma variação de 2,4%, sem alterações relativamente a julho. A referência para a subida das rendas será de 2,16% no próximo ano.

ANTECIPANDO A REUNIÃO DO BCE

BCE continua ciclo de cortes em setembro

Os dados de uma inflação global mais suave justificaram, até agora, a mexida pelo Banco Central Europeu (BCE), que foi o primeiro grande banco central a cortar neste ciclo, e esperamos que o próximo corte de 25 pb aconteceu a 12 de setembro. Tanto o crescimento económico como a inflação têm sido, em geral, mais fracos do que o esperado pelo BCE durante o verão. Esperamos, por isso, que o BCE ajuste em baixa, ainda que ligeiramente, as suas projeções de crescimento e inflação para 2024 e 2025.

Curiosamente, não é apenas a inflação real que caiu. Também os salários surpreenderam o BCE com valores inferiores ao esperado e as expetativas da inflação futura caíram de volta para o seu objetivo. Isto contrasta fortemente com o sentimento no início do ano, em que muitos comentadores falavam sobre "uma inflação maior por mais tempo" (do inglês, "higher for longerinflation"). Ora, os mercados da inflação permitem uma proteção contra tal cenário sem um grande prémio de risco. Por isso, a proteção da inflação começa lentamente a tornar-se mais interessante de novo.

Do outro lado do Atlântico, após dois relatórios do mercado laboral mais fracos do que o esperado e das históricas revisões em baixa, o mercado das taxas de juro começa lentamente a dar maior probabilidade a um corte de 50 pb do que de 25bp na taxa diretora. No caso de acontecer realmente um corte de 50 pb, o contexto internacional também pressionaria o BCE a não esperar mais três meses depois de setembro para dar o passo seguinte. Em nossa opinião, uma mexida em outubro ainda não é o cenário principal, mas já não pode ser descartado. Um argumento aqui é que as taxas de juro atuais, próximas de 4%, são claramente muito restritivas e a combinação dos dados atuais pressupõe taxas de juro mais neutrais, cerca de 2%, a serem alcançadas mais cedo ou mais tarde.

Não devemos excluir uma mexida em outubro

Michael Krautzberger, Diretor de Investimento Global em Obrigações, Allianz Global Investors (Allianz GI)

Por agora, continuamos posicionados a favor de um "steepening"(ou "inclinação") da curva de rendimentos e mantemos uma postura construtiva quanto à duração, embora a reduzíssemos ligeiramente se a Fed desse um passo em frente na redução das taxas em 50 pontos base.

GENERAL ROVISCO DUARTE, EX-CHEFE DE ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO E CO-FUNDADOR DA MIVE, CONSIDERA

Metodologias inspiradas em métodos militares melhoram produtividade das empresas

A MIVE disponibiliza serviços de consultoria e assessoria de gestão, com a finalidade de melhorar a produtividade das empresas ou organizações, através da aplicação de metodologias específicas inspiradas em métodos e procedimentos de natureza militar. Rovisco Duarte, ex-Chefe do Estado Maior do Exército e co-fundador desta empresa, considera que tanto este como o projeto HLP - Health and Leisure Portugal, associação para a promoção do turismo de saúde, estão a ser "muito gratificantes, quer pelos desafios, quer pelos objetivos traçados".
A MIVE, projeto iniciado por três pessoas com passado militar, presta consultoria de gestão, assim como apoio de formação executiva, de investigação e desenvolvimento e de recursos humanos.

Vida Económica - Em sua opinião a questão da Defesa vai ter uma importância acrescida, incluindo na União Europeia onde conhecemos um longo período de paz?

Rovisco Duarte - Claramente que vai. A invasão da Crimeia pela Rússia em fevereiro de 2014 iniciou um novo ciclo de prontidão militar na Europa, que a invasão da Ucrânia em fevereiro de 2022 veio ampliar.

Creio que este ciclo continuará num crescendo e irá perdurar muitos anos, mesmo depois da cessão das hostilidades, por força da desconfiança em geral e da rotina empresarial. Com efeito as empresas tendem a iniciar a produção com celeridade a fim de satisfazer necessidades urgentes e a manter-se em velocidade de cruzeiro enquanto os mercados estiverem ávidos do produto – que estão.

> "Comungo da necessidade de um pacto de regime nos assuntos da Defesa Nacional"

Sob a perspetiva militar o ciclo de prontidão materializou-se no aprontamento de forças com maior acuidade, no reforço das capacidades disponíveis e aumento de algumas. É neste quadro que a ausência de efetivos, em volume suficiente, gera preocupações muito significativas porque afeta diretamente as capacidades militares.

VE - Portugal tem potencial para crescer na indústria de defesa?

RD - Creio que sim. Tendo em atenção a ação politica nos destinos económicos do país, comungo da necessidade de um pacto de regime nos assuntos da Defesa Nacional, não necessariamente extensivo à segurança interna.

Penso que deveria revisitar-se o processo de desmantelamento das indústrias de defesa e fazer-se "mea culp" a coletiva pelo sucedido.

Tendo estado envolvido, diretamente e durante alguns anos, na revisão da lei de programação militar e da lei de infraestruturas, conheço bastante do assunto para dizer que há muito a fazer, há muito para decidir mas muito pouco para estudar.

Para as empresas crescerem têm de vender.

Ajudar a criar condições para vender passa, também, pelo "órgão de cúpula", o qual se deve assumir com mais força, com mais objetividade, que difunda orientações estratégicas e operacionais para o setor da Defesa, que saiba levar as empresas a planear investimentos com mais segurança, a investir em programas de modernização, a participar em eventos externos sob um chapéu nacional. "

Em suma, penso que há espaço para crescer mas a grande dificuldade reside em como acompanhar a legislação europeia que vai saindo constantemente e contornar algumas amarras que esta estabelece, bem como estabelecer linhas de ação seguras e robustas para as empresas venderem no mercado externo.

Forças Armadas devem ser concebidas de raiz de uma forma mais estruturada no interior dos ramos – defende o general Rovisco Duarte.

VE - As Forças Armadas devem ter um maior contributo e intervenção em áreas como a prevenção de incêndios e vigilância das praias?

RD – Sim, sem dúvida, mas em capacidade sobrante e desde que existam efetivos disponíveis, o que é um grande problema atual.

Não podem, contudo, de correr o risco de substituírem as forças e os meios concebidos e estruturados para esses fins.

Também não devem flutuar ao sabor de circunstâncias ditadas por interesses específico, mas devem ser concebidas de raiz de uma forma mais estruturada no interior dos ramos.

Dou um exemplo: a alteração conceptual ocorrida em 2016 nas regiões autónomas, com o Estado-Maior do Exército a incorporar nos quadros orgânicos uma dupla valência – convencional versus emergência/proteção civil.

VE - Existem semelhanças entre a missão de Chefe do Estado-maior e o administrador delegado de uma grande empresa?

RD - A pergunta é curiosa porque introduz a expressão "delegado". Ora, convém referir que um CEM tem responsabilidade passiva no âmbito da competência disciplinar, ou seja tem competência para punir e louvar e da sua decisão não cabe recurso – exceto se envolver recurso para tribunal. À parte outras competências relacionadas com a administração efetiva do ramo, esta simples mas crítica responsabilidade leva a que não seja aplicável a figura de delegado.

Sobre as semelhanças: se tivermos presente que o âmbito da responsabilidade de um CEM vai desde o recrutamento de pessoal à sustentação logística e administrativa de forças operacionais no exterior, em teatro de operações, preparadas para combater, e se refletirmos sobre o que tal significa, as comparações com um grande empresa podem ser encontradas, teoricamente, no âmbito das funções administrativas (planeamento, direção, controlo, coordenação) e das funções operativas relacionadas com os recursos humanos, materiais e financeiros.

Contudo, quando entramos nas forças operacionais para combate e, consequentemente, nas capacidades militares, estas materializadas na satisfação dos designados vetores de desenvolvimento, a diferença é substancial.

VE - O livro "A arte da guerra" é muito utilizado na gestão. Os empresários e gestores travam guerras para manter e fazer crescer as suas empresas?

RD - Esta obra, alegadamente escrita por SunTzu (séc. IV AC), é uma grande referência para os estudiosos da guerra, em particular no contexto da estratégia, da importância das forças morais na preparação e na conduta de um conflito – o que remete para a liderança - assim como dos efeitos da interferência politica na condução das operações militares (grau de autonomia).

> "Livro 'A arte da guerra' é uma obra sempre atual"

É, por conseguinte, uma obra sempre atual.

Neste sentido, creio que existe algum grau de conflitualidade no ambiente em que os empresários - as empresas - se movem. Não diria que estão em guerra mas envolvem-se em operações, constantemente e em diferentes níveis, nos ambientes em que atuam.

A sua ação é orientada para a manutenção do seu espaço, crescendo desejavelmente, mas também orientada para a sobrevivência.

Por esta razão, sob o ponto de vista dos procedimentos internos, estes podem ter um grau de afinidade significativo com a doutrina militar, com metodologias e procedimentos frequentemente similares.

Da estratégia militar para a consultoria de gestão

VE - Quais são os novos projetos em que está envolvido?

RD - A passagem à reserva permitiu-me refletir e escrever o livro Exército Português 1974-2019 45 Anos em democracia, no qual procuro situar o leitor no contexto político-militar neste período de grandes evoluções.

A partir daqui, iniciei um novo projeto com mais dois parceiros, ambos com passado militar: criámos a MIVE, uma empresa que opera na área da gestão empresarial.

Estamos imbuídos do mesmo espírito e disponibilizamos serviços de consultoria e assessoria de gestão, com a finalidade de melhorar a produtividade das empresas ou organizações, através da aplicação de metodologias específicas inspiradas em métodos e procedimentos de natureza militar.

Disponibiliza ainda apoio de formação executiva, de investigação e desenvolvimento e de recursos humanos.

A MIVE inspira-se no "ethos" militar, distinguindo-se dos outros operadores existentes no mercado pela abrangência de situações e especificidade de negócio, sustentando-se nos seus ativos, maioritariamente antigos militares com mais de 30 anos de experiência profissional.

Depois de um ano de maturação percorrermos o caminho das pedras que é a burocracia nacional e lançámo-nos no mercado há cerca de ano e meio.

As nossas expectativas foram excedidas e estamos com um volume de empenhamento significativo, decorrente de ações em curso, a que temos de dar andamento e de outras em preparação, envolvendo as quatro linhas de ação.

Ou seja, estamos em diálogo com outras empresas na área da formação executiva, na candidatura a fundos europeus de defesa e com a academia.

Em 2023 e 2024 organizámos conjuntamente com a Universidade de Trás – os – Montes e Alto Douro e o Centro de Estudos Investigação Segurança e Defesa de Trás – os – Montes e Alto Douro, as jornadas empresariais de matriz militar, e iremos organizar as terceiras no próximo ano, com as mesmas instituições se assim for acordado.

Além da MIVE, estou no projeto da H.L.P Health and Leisure Portugal: Associação para a promoção do turismo de saúde. É um processo que está a dar luta mas que é muito gratificante, quer pelos desafios, quer pelos objetivos traçados.

ATUALIDADE/Opinião

PAULO VAZ
Jurista e Gestor

Um conselho de estado para a economia: justificado, mas sem expetativas

O Presidente da República agendou um Conselho de Estado para o dia 1 de outubro próximo para discutir a situação económica internacional e nacional, o que revela preocupação superior sobre a conjuntura, que, infelizmente, anda arredada da generalidade da Comunicação Social, mais entretida com pequenos "fait divers", casos e escândalos, além da habitual intriga da "corte" lisboeta que tanto entusiasma a triste classe política que temos, já para não falar do futebol, que merece sempre mais atenção que tudo o resto.

Tenho vindo a pregar nesta coluna, que me vão disponibilizando, que os sinais da crise são mais que evidentes, recorrentes e antigos.

Deveríamos estar preocupados por as exportações de bens transacionáveis estarem em queda há vários trimestres, mas nada disso importa, pois parece mais importante que os "nómadas digitais" escolham Lisboa ou a Madeira para "acamparem" provisoriamente, nada criando, nada deixando e nada investindo, apenas a especulação no imobiliário e na restauração, cujos preços equiparam com o mais caro na Europa, embora tenhamos dos salários mais baixos.

Deveríamos estar preocupados com o desemprego jovem, o constante crescimento das falências e do "lay off", com a debandada do nosso talento para outras geografias que o tratam melhor, mas o importante são os 900 golos do Ronaldo ou o novo treinador do Benfica.

Deveríamos estar preocupados com a nossa incapacidade de promover reformas, de deixar o Estado crescer infinitamente e consumir toda a pouca riqueza que produzimos, de estarmos sequestrados pela burocracia que deixamos medrar, simplesmente porque justifica funcionários na Administração Pública e garante clientelas para votar, mas rejubilamos pelo peso do turismo na economia, o que significa que, qualquer dia, Portugal está transformado num triste parque de diversões e os únicos empregos serão os que servem os estrangeiros que nos visitam. Basta ver as medidas do Governo para a economia, onde praticamente estão esquecidas a indústria e as exportações, para se consagrarem mais de metade das mesmas ao turismo.

Muda-se o Governo, muda-se a retórica, muda-se o estilo, mas a substância continua a mesma, ou, por outra, a absoluta falta dela.

Não sei o que vai sair deste Conselho de Estado, mas suspeito que serão apenas recados para o entendimento possível no Orçamento, o que revela bem o pouco que se pensa estrategicamente a economia em Portugal. Tudo é Estado, tudo é tendencialmente Estado, tudo vai para o Estado, ou não seja assim a carga fiscal que impende sobre os portugueses, empresas e cidadãos, que ainda teimam em criar riqueza na iniciativa privada, todos os incentivos acabam no Estado, dirigindo-se o PRR e o Portugal 2030 essencialmente para entidades públicas, do poder central e local, empresas públicas ou obras públicas, com o propósito cínico de justificar ser melhor atuar no contexto do que nos que criam realmente riqueza.

Este é um trajeto que não tem saída, que nos vai atrasar mais ainda, que nos mantém anestesiados e no convencimento de que estamos remediados, o que é melhor do que a maioria do mundo que passa fome. Nivelar por baixo. O problema, que não é só português, mas de toda a Europa, é que temos um Estado Social que não vamos conseguir manter, uma União Europeia mais interessada em regulamentar do que regular, mais interessada em taxar do que em estimular a inovação, a tecnologia ou a ciência, sujeita aos "lobbies" corporativos e aos jogos de poder dos seus membros mais influentes, não compreendendo o que está a suceder no mundo, não percebendo os que estão a progredir e porquê, não antecipando as mudanças geopolíticas em curso, apenas reagindo, mais pela palavra vazia do que pela ação eficaz.

Não esperemos, por isso, mais deste Conselho de Estado do que habitualmente nos oferece: retórica, boas intenções e o detrimento da estratégia, caso ela eventualmente estivesse considerada, mas jogadas táticas e de expediente, que apenas permitem chegar ao dia seguinte. Mais pobres, mais cercados, com menos futuro.

"Não sei o que vai sair deste Conselho de Estado, mas suspeito que serão apenas recados para o entendimento possível no Orçamento, o que revela bem o pouco que se pensa estrategicamente a economia em Portugal"

LUÍS FERREIRA
Docente do ISAG – European Business School

O Outono Europeu

O acaso fez coincidir a escrita destas linhas com o dia em que é apresentada uma visão estratégica sobre a competitividade da União Europeia (UE). O tão aguardado relatório, coordenado por Mario Draghi, reflete sobre os desafios de um mundo em acelerada transformação e alinha soluções para as "barreiras estruturais" que, desde o volver do milénio, limitam a competitividade da UE, destacando-se a cansada capacidade de inovação, o aumento dos preços da energia, o défice de competências e lentidão na transição digital, bem como a clara necessidade de fortalecer a defesa comum.

Progressivamente empurrada para papéis secundários no domínio da inovação tecnológica – posição com tendência para se agravar, tendo em conta o parco investimento face a EUA e China –, com um severo inverno demográfico à porta – que coloca as questões das migrações no topo da agenda –, e com feridas internas difíceis de cicatrizar – da coesão económica à inclusão social, passando pela difícil coordenação de prioridades –, como pode a Europa desbloquear o seu potencial e recuperar vantagens competitivas?

O investimento é uma das variáveis centrais desta equação. A descarbonização, a inovação digital e as infraestruturas comuns requerem avultado financiamento numa janela temporal estreita, o que implica combinar ambição privada e pública. A emissão de dívida comum e uma profunda reformulação do orçamento comunitário serão caminhos de conquista árdua numa União em crescente divisão política.

A falta de investimento liga-se à baixa produtividade. O fraco desempenho da economia europeia face à americana é um problema estrutural que encontra parte da explicação na falta e no tipo de investimento em inovação. Para superar este fosso será preciso um esforço sem precedentes – a estimativa do relatório aponta para um investimento anual de cerca de 5% do PIB europeu, mais do dobro do esforço empregue no Plano Marshall (1948-51).

Ainda que maior aversão ao risco faça parte da sua matriz, a UE deveria assumir a sua estratégia tecnológica como grande pivot para uma dupla transformação: por um lado, trazer tecnologias de forma consistente para o mercado (com bons índices de I&D, o calcanhar de Aquiles europeu está na aplicação e consequente comercialização das inovações geradas); e, por outro, substituir os propulsores de crescimento, afastando-se das tecnologias maduras onde atualmente esgota a sua capacidade inovadora para apostar em tecnologias avançadas alinhadas com a revolução da inteligência artificial em curso.

Ao transformar investigação em valor, a UE poderia reforçar o seu papel no comércio internacional, alargando parceiros e beneficiando da "guerra comercial" EUA/ China. Necessitará, contudo, de rever as políticas de livre-comércio que contrastam com a abordagem mais protecionista americana e chinesa e de refazer o complexo mosaico de opções que as dependências de matérias-primas e energia obrigam.

E já que falamos em escolhas difíceis, o modelo social europeu terá também que ser revisitado. Se não conseguir ser mais produtiva e crescer, nem obter ganhos expressivos com o comércio internacional, como será possível continuar a financiar valores tão caros à Europa como a igualdade social, a equidade e a qualidade de serviços públicos? O que nos leva a outra questão central: em que medida é que o conforto da prosperidade num ambiente sustentável, da liberdade e da paz nos embalam, frustrando, todavia, o futuro de novas gerações ao mitigar reformas e limitar o potencial competitivo? Necessitará a Europa de se libertar dos frescos sonhos de Verão, para reencontrar o vigor primaveril?

A falta de investimento liga-se à baixa produtividade. O fraco desempenho da economia europeia face à americana é um problema estrutural que encontra parte da explicação na falta e no tipo de investimento em inovação"

Custos de construção aumentam

Os custos de construção de habitação nova aumentaram 3,6% em julho, face a igual mês do ano passado, A subida do indicador, igual à da registada em junho, ficou a dever-se sobretudo ao aumento do custo da mão de obra, o maior desde janeiro do ano passado, de acordo com dados do INE. O custo de mão de obra teve um crescimento homólogo de 9,1%, mais 0,9% do que em junho. O preço dos materiais baixou 0,5% em julho.

Exportações de bens disparam

As exportações de bens cresceram 23,5% em julho, o que compara com uma queda de 4,1% no mês anterior. As importações aumentaram 15,5%, depois de uma descida de 6,2% em junho. Os aumentos de julho traduziram as transações com vista, ou na sequência, de trabalhos por encomenda, de acordo com o INE. Excluídas estas transações, as vendas ao exterior registaram um aumento de 8,6% e as importações cresceram 12,1%.

AIP inova na formação profissional com certificados NFT

A AIP está a lançar uma iniciativa inovadora que pretende transformar a certificação da formação profissional em Portugal. O objetivo é a edição limitada de certificados digitais com estandardização europeia em formato de NFT (non-fungible tokens) de nova geração.

Os formandos irão receber um NFT especialmente desenhado para o efeito, o qual poderão guardar em carteiras digitais e apresentá-lo em qualquer lugar do mundo sabendo que a sua autenticação cumpre os mais recentes standards europeus e que o mesmo é seguro, universalmente verificável e resistente à falsificação. "A economia está em mudança, o mercado de trabalho está em transformação e o modo como olhamos para o ecossistema da formação profissional e do desenvolvimento de pessoas tem também de evoluir e, por isso, a AIP projeta a área da capacitação e da captação e retenção de talento como um eixo fundamental da sua missão", refere Jorge Gaspar, Diretor da Consulting by AIP. Ao selo de qualidade da formação AIP acresce a capacidade de customização e de autenticidade associada aos NFT de nova geração com a integração em protocolos com os níveis de conformidade regulatória que sustentam, por exemplo, a Chave Móvel Digital, o ID.GOV ou a Autenticação Gov.

A formação profissional tem de evoluir

Jorge Gaspar refere a este propósito: "A nossa proposta de valor passa por colocar à disposição das empresas e dos seus colaboradores soluções inovadoras e em linha com os drivers dominantes no mercado. Desta forma, a AIP reforça a sua posição de vanguarda do apoio às empresas no domínio da transformação digital." A plataforma utilizada na edição dos certificados digitais em formato NFT de nova geração está a ser desenvolvida no âmbito do consórcio TrustChain integrado na iniciativa NextGeneration Internet da Comissão Europeia.

Comissão Europeia atribui ao Norte selo de "Vale regional de inovação"

A Comissão Europeia atribuiu à Região Norte o selo de "Vale regional de inovação", considerando que demonstrou um "compromisso com a coordenação e canalização dos seus investimentos e políticas de investigação e inovação para o apoio a desafios sociais chave para a União Europeia".

Houve esforços no sentido da circularidade

Em causa estão aspetos como a redução da dependência de combustíveis fósseis, o domínio da transformação digital (incluindo a cibersegurança), a melhoria dos cuidados de saúde, a promoção da circularidade e o aumento da segurança alimentar. O presidente da CCDR Norte, António Cunha, defende que "esta é uma distinção muito importante e estimulante, que abre portas a uma maior cooperação da Região Norte na grande agenda europeia da inovação".

Nos últimos anos, têm sido desenvolvidos esforços no sentido da adoção de uma estratégia regional própria e confirmadas as condições de participação do ecossistema de inovação do Norte na agenda europeia de inovação, através de projetos com outras regiões com um perfil de especialização semelhante ou competências complementares.

ATUALIDADE/Opinião

JOSÉ ANTÓNIO DE SOUSA
Economista, Gestor e Investidor

O poder dos princípios e valores na gestão de empresas

Em 42 anos de vida profissional trabalhei apenas em 3 companhias, todas elas multinacionais, e todas elas líderes internacionais no setor segurador e ressegurador. Na primeira delas, uma empresa alemã centenária já desaparecida entretanto, deglutida por uma concorrente bem mais pequena, mas mais disciplinada e melhor gerida, havia apenas algumas poucas regras corporativas e princípios de gestão norteadores da ação nas atividades quotidianas, que se tinham cristalizado e estabelecido ao longo dos anos, emergidas da prática na gestão diária, e das lições dolorosas que se iam aprendendo ao longo dos anos, quando se cometiam erros.

Não havia uma disciplina de pensamento coletivo sobre estratégia promovida pela gestão de topo, testada todos os anos no mercado, que servisse minimamente para prever as chamadas "man-made catastrophes". Foi precisamente uma dessas (a compra irrefletida, muito mal preparada, e com uma due diligence desastrosa, de uma companhia nos EUA), que acabou por rebentar com uma companhia centenária, que chegou a estar no top 3 mundial do seu setor, comprada por um concorrente que andava há décadas a correr atrás dos nossos calcanhares, sem os conseguir sequer pisar…

Numa etapa subsequente da minha vida corporativa (tinha saído da anterior antes do desfecho triste, que já tinha antecipado, e sobre o qual tinha tratado de alertar os meus Administradores), a estrutura, prática e disciplina de gestão estratégica estava elevada a um nível absolutamente "world class", imbatível. Foi isso que levou essa companhia aos píncaros do setor internacional no setor segurador e ressegurador. Os concorrentes andavam todos desnorteados (roídos de inveja) a tratar de entender as raízes profundas do nosso sucesso no mercado, em qualquer um deles em que estivéssemos presentes. E havia dois termos para o caracterizar. The Wheel (a Roda), e The Roadmap (o Mapa). The Wheel, esquematizada abaixo, sublinhava a importância de uma empresa ter um esquema bem definido de gestão estratégica. Ter uma Visão criada pelo gestor de topo, que defina em poucas palavras para onde queremos caminhar coletivamente, definir uma missão (ou propósito), que alicerce inequivocamente a Visão, e os Valores que devemos usar como princípios norteadores para que a nossa prática quotidiana não deixe qualquer dúvida interna ou externa sobre aquilo que nos move, e para onde vamos.

De posse deste poderosíssimo instrumento (a Santíssima Trindade da estratégia corporativa), partíamos para a análise SWOT interna e externa (Strenghts, Weaknesses, Opportunities, Threats), um poderoso exercício coletivo que deve envolver o máximo possível de colaboradores. É um passo absolutamente critico para lograr o famoso e crucial "buy-in", para que todos sintam que o "produto" estratégico resulta do esforço e pensamento coletivo, e portanto para lograr um amplo compromisso e, idealmente, uma paixão e energia grandes pelo que é necessário fazer.

Esta primeira parte define a Direção Estratégica que a companhia deve aplicar para pôr a Roda em funcionamento nas áreas operativas que vão garantir o sucesso da companhia. O Roadmap dá definições, indicações claras, e exemplos práticos para cada uma delas. No centro da Roda, como não podia deixar de ser, o cliente sempre, a verdadeira razão de existência de qualquer companhia (mesmo pública…).

Tudo o que se faça em cada uma das áreas deve obedecer à lógica, exclusivamente, de servir o cliente da forma mais eficiente e eficaz. Posta a girar a roda harmoniosamente à volta do cliente, das suas necessidades e expectativas, cria-se uma fantástica cultura de mudança cultural aceite e partilhada pelo coletivo de colaboradores, que eu definiria como um círculo virtuoso estratégico (por oposição ao pesadelo estratégico que resulta de não fazer este fantástico e motivador exercício).

Quando a própria gestão de topo começou a trair os seus próprios princípios, para dizê-lo de forma suficientemente suave e ampla, sem entrar em detalhes, nem o esquema da Roda (espezinhado entretanto) ajudou a manter a dinâmica de êxito que foi apanágio desta companhia ao longo de mais de uma década. O Roadmap inicial, um documento sucinto com umas poucas dezenas de páginas, foi ampliado para mais de 300 (tamanho não é documento, diz-se ajuizadamente por cá), fizeram-se slides XPTO para apresentações na organização, mas o "mojo", a magia e encantamento pioneiros que tinham elevado a moral das hostes aos píncaros, e as tinham motivado a adotar incondicionalmente os valores e princípios elaborados coletivamente, desapareceu irremediavelmente. A companhia fez uma travessia de deserto dura, o líder carismático que a tinha levado a ser uma das líderes mundiais de topo foi substituído, e toda a organização acabou focada única e exclusivamente em métricas operacionais para correção do descalabro herdado do líder carismático.

Desiludido com o caminho, aceitei um desafio que me veio permitir aos 48 anos de idade vir trabalhar para Portugal, pela primeira vez na minha vida. Até então toda a minha carreira tinha sido internacional.

O que me cativou de imediato, e me levou a aceitar o desafio, foi a entrevista com o presidente mundial do grupo de então. O presidente de uma das maiores corporações de seguros do mundo, top 5 no mercado americano, recebeu-me descalço e perfeitamente "casual" à porta do seu gigantesco gabinete. Sentámo-nos, e ao fim de uns instantes pergunta-me se quero um cafezinho. Agradeci, e ele disse para o seguir. Foi a uma copa num extremo do seu gabinete e fez-me ele próprio o café. Ao fim de quase duas horas de amena cavaqueira o homem tinha conquistado a minha mente completamente. Simplicidade, humildade, transparência, visão cristalina, aceitei de imediato fazer parte do projeto. Antes de sair, o homem entregou-me um cartão minúsculo (6,5 por 8,5 cm), que ainda hoje anda comigo na carteira, que no fundo era o Roadmap dessa companhia na qual eu iria entrar dentro de poucos dias, após sair da companhia do Roadmap das 300 e tal páginas.

Vou partilhar no original o que está nessa minúscula "cábula", porque vale mesmo a pena para entender como uma companhia pode ter êxito, desde que saiba exatamente o que quer, como lá chegar, e "walk the talk", ou seja, quando os líderes dão o exemplo e vivem e praticam o que pedem aos outros para fazer.

Um pequeno gigante em termos de filosofia de gestão, este cartãozinho que anda no bolso comigo há mais de 20 anos. Fiquei de tal maneira fascinado que, ao chegar a Portugal, acabei por desenhar com a minha equipa uma estratégia que cabia numa página (anverso apenas) A4, e que toda a gente na companhia conhecia, sabia, entendia, e partilhava. Conheço não uma mas várias companhias no meu antigo setor de atividade cujos colaboradores não fazem a mais mínima ideia onde estão, o que são, e para onde vão…

Por outro lado, e isso não é só válido no setor de atividade onde trabalhei mais de 40 anos, recomendo sempre, quando me pedem opinião de consultoria, que façam uma "auditoria" aos MANAGEMENT PRINCIPLES AND BELIEFS nas companhias privadas e públicas portuguesas (e multinacionais a operar em Portugal, sob gestão portuguesa) que conhecem, ou porque já passaram por lá, ou porque conhecem alguém que lá trabalha.

Um desastre total e absoluto, acredito que não há um só princípio da lista acima que faça parte do receituário de gestão à portuguesa, no público ou no privado. Mesmo os "masters of the Universe" que sairam das consultoras, e hoje fazem parte da gestão e alguma companhia em Portugal, conseguem demonstrar serviço nessa lista, talvez com uma única exceção: "Achieve objectives". Fazem-no durante algum espaço de tempo (curto por via de regra), sabe Deus à custa de que metodologias para espremer o tuga. E por isso o ambiente nas empresas está de cortar à faca, e as taxas de burn-out em Portugal são as mais altas na Europa. Para bom entendedor…

O ambiente nas empresas está de cortar à faca, e as taxas de burn-out em Portugal são as mais altas na Europa

MAIS DE 120 MIL ESTRANGEIROS OPTAM PELA CAPITAL PORTUGUESA

Lisboa é a segunda maior cidade do mundo em nómadas digitais

EDUARDA SOUSA
Correspondente em Bruxelas

Lisboa tem-se afirmado nos últimos anos como um dos destinos mais populares para nómadas digitais em todo o mundo. Entre 2021 e 2023, o número de nómadas digitais em Lisboa cresceu cerca de 75%, refletindo a crescente atração da cidade para trabalhadores remotos de todo o mundo.

Em 2023, a capital portuguesa destacou-se como o segundo destino mais procurado globalmente, com aproximadamente 120 mil nómadas digitais a escolherem Lisboa como base temporária, atrás apenas de Bali, Indonésia, que lidera com cerca de 130 mil nómadas digitais.

Este crescimento deve-se a vários fatores que tornam Lisboa um destino atrativo: o custo de vida relativamente acessível comparado com outras capitais europeias, a segurança, o clima ameno durante todo o ano, uma cena cultural vibrante, excelente gastronomia, e uma infraestrutura digital moderna, com uma boa oferta de espaços de coworking e uma crescente comunidade de empreendedores. Além disso, a hospitalidade dos portugueses e a facilidade de comunicação em inglês contribuem para o crescente apelo da cidade entre os trabalhadores remotos.

O Porto, a segunda maior cidade de Portugal, também tem registado um crescimento notável no número de nómadas digitais. Entre 2021 e 2023, o número de nómadas digitais no Porto aumentou cerca de 40%, com a cidade a acolher aproximadamente 40 mil a 50 mil nómadas digitais em 2023. A combinação do seu charme histórico, custo de vida acessível, e uma cena cultural em expansão continua a atrair trabalhadores remotos, embora em menor escala do que Lisboa.

Lisboa só é ultrapassada por Bali nas preferências dos nómadas digitais

Cidade	Nómadas
Bali (Canggu), Indonesia	130,000
Lisbon, Portugal	120,000
Bangkok, Thailand	110,000
Mexico City, Mexico	100,000
Chiang Mai, Thailand	90,000
Barcelona, Spain	85,000
Berlin, Germany	80,000
Ho Chi Minh City, Vietnam	75,000
Medellín, Colombia	70,000
Tbilisi, Georgia	65,000
Cape Town, South Africa	60,000
Buenos Aires, Argentina	55,000
Istanbul, Turkey	50,000
Kuala Lumpur, Malaysia	45,000
Prague, Czech Republic	Aprox. 40,000

Nota: Os números relativos aos nómadas digitais em Lisboa e Porto são estimativas. É difícil obter uma contagem precisa devido à natureza transitória deste grupo, que inclui pessoas que permanecem por diferentes períodos de tempo, variando de algumas semanas a vários meses. Além disso, muitos nómadas digitais não necessitam de visto específico para estadias de curta duração, tornando ainda mais complexo o processo de contagem exata.

Entre 2021 e 2023, o número de nómadas digitais em Lisboa cresceu cerca de 75%.

Visto para nómadas digitais é atrativo adicional

Para atrair ainda mais nómadas digitais, Portugal lançou recentemente o Visto para Nómadas Digitais, que permite aos trabalhadores remotos viver e trabalhar no país por até um ano, com possibilidade de renovação. Este visto está disponível para estrangeiros que trabalhem remotamente fora de Portugal, exigindo que os candidatos comprovem um rendimento mensal mínimo de cerca de 2820 euros (cerca de três vezes e meia o salário mínimo português) e apresentem contrato de trabalho, comprovativos de rendimentos, ou evidência de trabalho como freelancer para empresas estrangeiras. Este regime visa captar talento internacional, proporcionando uma opção legal e flexível para os nómadas digitais que desejam residir em Lisboa.

Impacto positivo na economia da cidade

A presença de nómadas digitais em Lisboa tem trazido vários benefícios para a economia local. Em média, um nómada digital gasta cerca de 1500 a três mil euros por mês em alojamento, alimentação, transportes, lazer e outros serviços, o que representa uma injeção direta na economia local. Além disso, muitos nómadas digitais são freelancers ou empreendedores, que colaboram com empresas locais, participam em eventos de networking e estimulam o ecossistema de startups e inovação da cidade.

Um nómada digital gasta em média cerca de 1500 a três mil euros por mês

Os nómadas digitais também ajudam a dinamizar o mercado imobiliário e de coworking, promovendo a reabilitação de edifícios, o surgimento de novos espaços de trabalho compartilhados e a revitalização de áreas menos centrais da cidade. Em 2023, estima-se que o impacto direto e indireto dos nómadas digitais na economia de Lisboa tenha sido superior a 100 milhões de euros, incluindo o aumento do consumo em restaurantes, comércio local e serviços de turismo.

Preço das rendas sobe em comparação com outras cidades europeis

O aumento da popularidade de Lisboa entre os nómadas digitais e expatriados tem tido um impacto notável no mercado imobiliário. Nos últimos cinco anos, as rendas em Lisboa cresceram aproximadamente 45%, colocando a cidade entre as capitais europeias com o maior aumento no custo de habitação. Atualmente, o valor médio de arrendamento de um apartamento T2 em Lisboa ronda os 1500 euros por mês, enquanto o salário médio líquido na cidade é de cerca de 1100 euros por mês. Isto significa que o custo de arrendamento de um apartamento pode representar mais de 130% do salário médio, tornando a habitação significativamente onerosa para muitos residentes locais.

Para efeitos de comparação, em cidades como Berlim e Barcelona, o aumento das rendas foi também expressivo, com um crescimento de cerca de 40% e 35% nos últimos cinco anos, respetivamente. No entanto, em Berlim, o salário médio líquido é de aproximadamente 2400 euros por mês, e o custo médio de arrendamento de um apartamento T2 é de 1200, representando cerca de 50% do salário médio. Em Barcelona, o salário médio é de 1800 por mês, com um custo médio de arrendamento de 1400, o que equivale a cerca de 78% do salário médio.

Em comparação, cidades como Paris e Amesterdão também enfrentam rendas elevadas, mas o peso das rendas em relação ao salário médio é geralmente menor do que em Lisboa. Em Paris, o custo médio de arrendamento de um apartamento T2 é de cerca de 1700 euros e o salário médio líquido é de 2800 euros, representando aproximadamente 61% do salário médio. Em Amesterdão, o arrendamento de um T2 custa em média 1600 euros, enquanto o salário médio líquido é de 2500 euros, correspondendo a cerca de 64% do salário médio.

Câmara de Lisboa disponibiliza bolsa de 146 apartamentos

Para responder às dificuldades que o mercado de arrendamento coloca às famílias que não conseguem enfrentar os elevados custos da habitação no concelho, o atual executivo da Câmara Muninipal de Lisboa aprovou em 2022 um programa urgente que tornou, pela primeira vez, universal e acessível o arrendamento habitacional em Lisboa: o município suporta uma parte das rendas quando estas representam mais de 30% do rendimento das famílias através do o subsídio municipal ao arrendamento acessível.

"Em 2024 chegámos a cerca de 1500 famílias apoiadas e em 2023 alargámos as regras para incluir os profissionais deslocados, em particular os professores, mas também enfermeiros ou polícias, que estavam um impedidos de se candidatar; e alargámos também àqueles que procuram arrendamento de quarto", afirmou à "Vida Económica" fonte do executivo municipal. "Todos os que se candidatam a este apoio, desde que enquadrados nas regras, obtiveram o apoio solicitado", acrescentou. Segundo a mesma fonte, "em 2024/2025 o município irá continuar a apoiar o arrendamento e, noutra frente, continuará a lançar concursos de habitação com renda acessível, sendo de destacar que atualmente está aberto o concurso nº 25 que disponibiliza uma bolsa de 146 apartamentos de diversas tipologias, incluindo 29 T0 e 44 T1 tendo em vista apoiar os profissionais deslocados em Lisboa".

Escassez de oferta sobe valor das rendas

Paulo Caiado, presidente da APEMIP, considera que "as rendas estão altas em todo o lado, especialmente em Lisboa. A principal explicação para este fator prende-se com a escassez de oferta perante o elevado número de pessoas que necessitam de arrendar uma casa. Os imóveis só são arrendados por um valor que, de algum modo, perante este cenário de escassez, as pessoas estão dispostasa pagar. Claro que, nos últimos anos, diria nestes últimos seis anos, a oferta de baixo valor disponível na cidade de Lisboa foi integralmente absorvida. Quando vão surgindo casas, perante múltiplos interessados, os preços previsivelmente têm esta tendência de aumentar".

"Há muito tempo que os valores das rendas em cidades como Lisboa estão desfasados, não estão em sintonia, com a generalidade dos rendimentos das famílias. Tanto está desfasado o valor de uma renda de 1500 euros, como está uma renda de mil euros, tendo em conta os rendimentos médios da população portuguesa. Estes preços especialmente elevados, em Lisboa e no Porto, fizeram com que haja novos fluxos de procura noutras localizações, não só nos subúrbios como em outras periferias, mais afastadas, onde os preços também estão a subir", acrescenta.

"Só vamos inverter esta tendência quando tivermos oferta suficiente de imóveis para arrendar. Neste momento os imóveis que vão surgindo no mercado no segmento de valor mais baixo são absorvidos quase de imediato. Quanto mais tempo demorar a implementação de medidas que gerem um aumento significativo da oferta, maior será a exclusão habitacional provocada pela subida de preços", conclui.

ATUALIDADE

Criada a associação dos media digitais online

Foi criada a Associação Portuguesa dos Media Digitais Online (APMEDIO), com o objetivo de apoiar os órgãos de comunicação social que utilizam o meio digital como suporte principal de comunicação. "A APMEDIO surge para atender às necessidades específicas das publicações de Imprensa, Rádio e TV que operam online, promovendo a inovação, a sustentabilidade e a pluralidade informativa em todo o país" refere a associação em comunicado.

Confederação do Turismo destaca importância da imigração

O presidente da Confederação do Turismo de Portugal, Francisco Calheiros, defende que a mão de obra estrangeira é essencial para a economia nacional, numa altura em que a falta de recursos humanos é uma realidade. O problema tem sido superado pela imigração, sendo que não existe uma outra solução. No entanto, Francisco Calheiros alerta para a necessidade de criar condições para que a mão de obra estrangeira venha para Portugal.

TARIFAS SOBRE AUTOMÓVEIS ELÉTRICOS VÃO SER APLICADAS EM OUTUBRO

Aumentam os riscos de guerra comercial entre a União Europeia e a China

A União Europeia planeia impor novas tarifas aos veículos elétricos fabricados na China a partir de outubro. Se os Estados-Membros aprovarem a medida, os direitos niveladores acrescem aos direitos de importação de 10% já em vigor para proteger a produção local das importações chinesas, injustamente subsidiadas, através de direitos aduaneiros. A nova proposta é o resultado de uma extensa pesquisa da cadeia de valor que aborda a fixação de tarifas empresa a empresa. Uma conhecida marca americana será a que mais irá beneficiar com o novo cálculo: as tarifas sobre os seus veículos elétricos são reduzidas para 9%. As duas principais marcas alemãs e os seus parceiros em joint-venture na China terão de enfrentar 21,3%. As taxas propostas para os principais fabricantes chineses situam-se entre os 17% e os 36,3%.

A abordagem casuística da União Europeia é uma medida mais moderada do que a dos Estados Unidos, cujo governo elevou as tarifas sobre todos os veículos elétricos fabricados na China de 25% para 100%. No curto prazo, os grandes fabricantes chineses de veículos elétricos provavelmente terão capacidade para absorver os custos adicionais sem aumentar os seus preços na Europa. O mesmo não acontecerá nos EUA. No entanto, este mercado representa apenas 1% das exportações chinesas de veículos elétricos, em comparação com os 40% destinados à Europa.

A determinação da União Europeia em impor tarifas sobre as importações chinesas de veículos elétricos evidencia o mal-estar do Ocidente.

A adoção de novas taxas evidencia o crescente mal-estar ocidental com o aumento generalizado das exportações da China em muitos setores a preços muito agressivos para combater a fraca procura interna. Nos últimos anos, os compradores ocidentais tornaram-se mais sensíveis aos preços, e a diferença de qualidade percebida entre os produtos chineses e ocidentais diminuiu. O governo chinês provavelmente está a impulsionar o crescimento das exportações para cumprir as suas metas do PIB e a incentivar as empresas a manterem a produção para evitar despedimentos em massa. Esse excesso de capacidade é redobrado nas indústrias sustentáveis, como a produção de veículos elétricos, cujo desenvolvimento a China tem promovido intensamente com fácil acesso ao crédito.

As tarifas são uma resposta imediata para proteger os fabricantes nacionais num contexto de frágil recuperação. No entanto, as suas consequências a longo prazo são imprevisíveis. O excesso de oferta de veículos elétricos chineses baratos pode ser direcionado para outros mercados e ameaçar as exportações de veículos ocidentais. Outro problema imediato é a possibilidade de fogo amigo: muitas marcas europeias que têm centros de produção na China serão afetadas. Além disso, é provável que a localização da produção chinesa de veículos elétricos na União Europeia acelere.

O contexto das novas tarifas acrescenta incerteza a um setor que já enfrentava riscos de baixa. É provável que as taxas impeçam a queda dos preços, retardando a expansão deste segmento. Os fabricantes europeus opõem-se às tarifas por receio de uma espiral de medidas retaliatórias. De momento, o mercado asiático não planeia impor tarifas sobre os veículos elétricos europeus, mas isso pode mudar dependendo das negociações em curso. A China iniciou investigações sobre algumas importações europeias de alimentos e bebidas, aumentando a perspetiva de uma guerra comercial mais ampla com a União Europeia.

TIAGO MAIA
Gestor e Empreendedor

Portal da Transparência: Passo Decisivo para a Sustentabilidade no Desporto

A recente decisão do FC Porto, sob a liderança de André Villas-Boas, de criar um Portal da Transparência marca um momento revolucionário no desporto português. Trata-se de uma medida inovadora, sem precedentes a nível nacional, que coloca o clube na linha da frente da transparência e boa governança, servindo como exemplo para todas as instituições desportivas em Portugal.

Este portal representa uma resposta firme e corajosa às críticas recorrentes que a gestão dos clubes desportivos tem enfrentado ao longo dos anos. A falta de clareza em relação a negócios estruturantes, transferências de jogadores, contratos e transações financeiras tem sido, infelizmente, uma prática comum que não só prejudica a reputação das instituições, como também mina a confiança dos adeptos, investidores e patrocinadores. Ao disponibilizar, de forma aberta e atualizada, toda a informação relevante sobre a vida institucional do clube, o FC Porto posiciona-se na vanguarda de uma nova era de gestão desportiva.

A medida é ainda mais significativa quando consideramos o histórico negativo associado à má gestão de alguns clubes portugueses, mas também de instituições desportivas a nível mundial. Casos de corrupção, falta de transparência em transações financeiras, desvios de fundos e gestões pouco profissionais têm afetado a credibilidade e sustentabilidade de muitas destas organizações. O FC Porto, ao criar um Portal da Transparência, lança um desafio não só aos seus pares em Portugal, mas também a outros clubes e federações a nível global: o de adotar uma cultura de responsabilidade e ética em todas as suas operações.

A implementação de tal ferramenta digital é fundamental para uma melhor gestão e organização dos clubes desportivos. A transparência é um princípio basilar de qualquer entidade que queira operar de forma sustentável e justa. Quando um clube se compromete a ser transparente, está também a garantir que as suas operações sejam conduzidas de acordo com as melhores práticas internacionais. Esta abordagem não só aumenta a confiança entre os sócios e adeptos, mas também atrai novos investidores e parceiros que valorizam a boa governação e o rigor financeiro.

Além disso, o Portal da Transparência é um mecanismo que pode ajudar a prevenir irregularidades, detetar falhas e corrigir desvios antes que se transformem em crises maiores. A sua criação permite uma monitorização constante das atividades e operações do clube, bem como a identificação de riscos e a promoção de uma cultura de responsabilidade e prestação de contas. Esta atitude proativa é essencial num contexto em que a globalização do desporto e o crescimento dos mercados financeiros associados ao mesmo exigem uma gestão cada vez mais profissional e ética.

Em resumo, a medida anunciada pelo FC Porto é mais do que um simples gesto de abertura e comunicação. É um passo crucial para consolidar a confiança de todos os que apoiam e acreditam no clube, e para definir um novo padrão de transparência e boa governança no desporto. Num momento em que os clubes desportivos, a nível nacional e internacional, enfrentam desafios financeiros e éticos crescentes, o Portal da Transparência do FC Porto surge como um exemplo a seguir, demonstrando que é possível conjugar sucesso desportivo com responsabilidade institucional.

A medida anunciada pelo FC Porto é mais do que um simples gesto de abertura e comunicação. É um passo crucial

Maioria dos portugueses apoia imposto sobre grandes fortunas

A grande maioria dos portugueses (70%) é favorável à criação de um imposto especial sobre as grandes fortunas, refere uma sondagem da Intercampus. Em causa está uma norma internacional que estabeleça uma tributação mínima de 2% sobre patrimónios muito altos, superiores a mil milhões de dólares. A França, a Alemanha e a Espanha apoiam desde o início esta medida.

Viticultores podem pedir adiantamento das ajudas do VITIS

O Governo determinou que os beneficiários do VITIS (Regime de Reestruturação e Conversão das Vinhas) podem pedir o adiantamento das ajudas aprovadas na campanha 2024/2025. Os pedidos submetidos até ao final do mês serão pagos a 15 de outubro. O valor do adiantamento corresponde a 80% do montante da ajuda aprovada.

Porto Tech 2024 consolida cidade como hub tecnológico

Porto acolhe mais de 20 eventos ligados à tecnologia, fortalecendo a inovação e o empreendedorismo em Portugal.

A "Invicta" prepara-se para mais uma edição do Porto Tech, uma iniciativa promovida pela Câmara Municipal do Porto, destinada a consolidar a cidade como um dos principais hubs tecnológicos de Portugal. Após o sucesso da edição de 2023, que contou com três semanas de atividades, a edição deste ano será ainda mais ambiciosa, estendendo-se por três meses – de setembro a novembro –, com a participação de mais entidades e uma agenda repleta de workshops, conferências e hackathons.

A primeira edição foi um marco significativo para a cidade, atraindo mais de quatro mil participantes e estabelecendo o Porto como um centro de referência no setor tecnológico. Durante três semanas, a cidade foi palco de mais de 10 eventos, incluindo a NDC Porto, a Porto Tech Hub Conference, o Data Makers Fest e o Portuguese Women in Tech AI Hackathon. Este ano, o Porto Tech promete ser ainda maior, refletindo o crescimento contínuo e a robustez do ecossistema de empreendedorismo da cidade. A iniciativa reúne players locais e internacionais das áreas de Data Science, Inteligência Artificial, Blockchain, Deeptech e Startups, oferecendo uma plataforma única para networking e desenvolvimento de competências.

Primeira edição atraiu mais de quatro mil participantes

O Porto Tech é, de acordo com o Município, uma celebração das vibrantes comunidades tecnológicas e empreendedoras que dão vida à cidade. Para Ricardo Valente, vereador da Economia, Emprego e Empreendedorismo, "o Porto é um polo de encontro natural para estas mentes inovadoras e, através desta iniciativa, reforçamos o nosso compromisso em posicionar a cidade como um hub tecnológico de referência nacional e internacional. Queremos que o Porto continue a ser um palco central para o desenvolvimento de ideias, projetos e parcerias que potenciam a economia da cidade".

Porto é a casa de mais de 900 startups e scaleups

A edição de 2024 começa oficialmente no dia 19 de setembro, com um meetup Porto Tech em parceria com a DeHouse Trindade, dedicado ao tema Web3. Nos meses seguintes, estão programados mais dois meetups, em outubro e novembro, em parceria com a Portuguese Women in Tech (PWIT) e a Founders Founders, respetivamente. Estes encontros terão co-organização da ScaleUp Porto.

Ecossistema de empreendedorismo do Porto

Atualmente, o Porto é a casa de mais de 900 startups e scaleups, que empregam mais de 50 mil pessoas, com foco em áreas chave como software para empresas, saúde e fintech. Esse ecossistema é sustentado por uma infraestrutura robusta, composta por mais de 80 instituições de Ensino Superior e I&D, como a Universidade do Porto, o INESC-TEC e o INEGI, além de 50 comunidades tecnológicas locais ativas e mais de 12.500 investigadores, reforçando o Porto como a região portuguesa com o maior número de patentes e liderança em inovação.

Calendário Porto Tech 2024

Setembro

Dia 19: Porto Tech Web3 Community Meetup | ScaleUp Porto e DeHouse

Dia 24: TERA Talks: A Inteligência Artificial como aliada na procura e gestão do Talento| TERA

Dia 23 a 25: Makers Fest | Ripply

Dia 25: Above & Beyond Hangout | Startup Portugal, UPTEC e ScaleUp Porto

Dia 27: Porto Data Powwow 2024| Universidade do Porto

Dia 27 e 28: Kubernetes Community Days Porto | CNCF

Dia 27 e 28: Três Décadas de Engenharia Informática e Computação na FEUP | FEUP

Outubro

Dia: 10: Encontro Comité Setorial de Turismo | 351 Portuguese Startup Association

Dia 11 a 13: Techstars Startup Weekend Porto | 351 Portuguese Startup Association

Dia 14 a 18: NDC Porto | NDC Conferences

Dia 21: Porto Tech PWIT Community Meetup | ScaleUp Porto e Portuguese Women in Tech

Dia 23: The Best 3 minutes workshop – with Martina Guzmán | UPTEC

Dia 24: How to make an impact when Pitching to Investors – with Martina Guzmán | UPTEC

Dia 24: Investors Day: Reverse Pitch, two parallel sessions with investors | UPTEC

Dia 24: UPTEC NON STOP | UPTEC

Dia 24: 9.º Encontro do The Circle | U.Porto Inovação

Dia 29: Bootcamp Road 2 Web Summit | Startup Portugal

Dia 30: IDC Security & Cloud Porto 2024 | IDC

Dia 30: Above & Beyond Hangout |Startup Portugal, UPTEC e ScaleUp Porto

Novembro

Dia 7: Cheers UPTEC | UPTEC

Dia 12 a 14: Porto @ Web Summit | Câmara Municipal do Porto

Dia 15 a 17: START2DAY | StartUp BUZZ

Dia 19: Responsible AI Forum | Center for Responsible AI

Dia 26: Porto Tech Hub Conference | Porto Tech Hub

Dia 27: Above & Beyond Hangout |Startup Portugal, UPTEC e ScaleUp Porto

Dia 28: Porto Tech Founders Community Meetup | ScaleUp Porto e Founders Founders

O calendário de eventos Porto Tech 2024 poderá ainda incluir novos eventos, a serem confirmados.

CRÉDITO DE FORNECEDORES É CADA VEZ MAIOR

Incumprimento nas empresas belgas aumenta para 11%

Maioria das empresas prevê uma deterioração do risco de insolvência a curto prazo

O Barómetro de Práticas de Pagamento 2024, elaborado pela Crédito y Caución, revela uma tendência significativa das empresas belgas para reduzirem a sua dívida bancária e recorrerem ao crédito comercial como fonte de financiamento de curto prazo, com 50% das empresas belgas a aumentaram a sua utilização para incrementar as vendas.

Neste cenário financeiro em mudança, as empresas belgas estão a reavaliar as suas políticas de crédito comercial para minimizar o impacto da morosidade e do incumprimento. Na Bélgica, 51% do crédito comercial que os fornecedores concedem aos seus clientes quando cobram pelos seus produtos e serviços é cobrado com atraso e 11% não é pago, mais sete pontos do que em 2023. O setor de maquinaria belga é o mais afetado pelo aumento do risco de crédito comercial.

O estudo revela, ainda, um quadro desigual em termos de períodos médios de cobrança. Estes estabilizaram para 55% das empresas belgas, enquanto os restantes 45% se repartem equitativamente entre empresas em que os períodos se estão a deteriorar ou, pelo contrário, a melhorar.

O Barómetro mostra uma preocupação crescente com o agravamento dos períodos médios de cobrança e com a escassez de mão de obra: 24% das empresas, o dobro de 2023, esperam uma deterioração no comportamento de pagamento dos seus clientes B2B nos próximos meses, enquanto 65 % preveem uma deterioração do risco de insolvência a curto prazo.

MARTIM GUEDES DESTACA CRESCIMENTO SUSTENTADO DA EMPRESA

Aveleda exporta mais de 15 milhões de garrafas para 75 países

A Quinta da Aveleda atingiu este ano um novo recorde de produção com 23 milhões de garrafas –refere Martim Guedes. Em entrevista à "Vida Económica", o co-CEO da Quinta da Aveleda destaca o ritmo de crescimento sustentado da empresa. Em 10 anos foi duplicada a produção, aumentada a área de vinhas, e alargada a atividade a várias regiões vinícolas. Para Martim Guedes a nova meta é duplicar a produção para 50 milhões de garrafas, reforçando a identidade da empresa e valorizando o seu legado no setor dos vinhos.

JOÃO LUÍS DE SOUSA
joaoluisdesousa@grupovidaeconomica.pt

Vida Económica - Qual tem sido a evolução da produção e das exportações da Quinta da Aveleda?

Martim Guedes - A nossa produção atual é 23 milhões de garrafas. Há 10 anos atrás produzimos cerca de 14 milhões de garrafas, e em 2020 atingimos 20 milhões de garrafas. Fizemos um aumento grande nos últimos anos no que são os nossos vinhos e não foi apenas na região dos vinhos verdes. A produção cresceu com o aumento da área de vinhas . Em 2014 tinhamos118 hectares de vinhas e éramos já o maior viticultor da região e hoje temos 450 hectares de vinhas, o que é imenso.

Mesmo assim, as nossas vinhas abastecem um terço das necessidades. Os outros 2/3 vêm sobretudo de parcerias com produtores locais, com viticultores. Nós compramos uvas a cerca de 2000 viticultores, e cada vez mais concentramos os fornecimentos no nosso o Clube Produtores, com contratos de longo prazo, numa lógica de parceria estreita.

VE - Do total de 22 milhões de garrafas qual é a componente de exportação?

MG - Temos estado numa proporção estável ,com cerca de 1/3 para o mercado nacional, e 2/3 para o mercado de exportação. O mercado externo continua a ser o nosso principal mercado visto como um todo, sobretudo da marca Casal Garcia, que é uma marca que exporta com muito sucesso, ao ser aquela que tem o maior peso em termos de exportações.

O mercado doméstico com um terço é o maior, mas logo a seguir vêm mercados como os Estados Unidos, o Brasil ou a Alemanha, que são três mercados muito importantes para a companhia. Temos mais 75 mercados muito mais pequenos, onde realizamos o resto das vendas.

VE - O preço médio de venda dos produtos tende a aumentar, com mais valor acrescentado?

MG - Temos conseguido acompanhar a inflação, apesar de alguma incerteza nos últimos anos.

Já temos um preço superior ao preço médio de Espanha. Também é superior ao preço médio do Chile, África do Sul ou Austrália e, portanto, nós não estamos na cauda. Trabalhamos os preços, mas não temos os preço de França, de Itália, que tem uma perceção de qualidade e um histórico diferente do nosso país.

É evidente que nós ainda queremos acompanhar esse caminho e temos trabalhado muito com as nossas marcas quer no vinho verde, quer no Douro Superior, onde temos uma componente forte de uma gama premium que que é recente para nós, mas que tem crescido a ritmos interessantes e já tem mais peso no nosso negócio.

Martim Guedes: "A Aveleda disponibiliza habitação a uma parte dos colaboradores mantendo a tradição de comunidade com forte ligação à empresa".

Casal Garcia é o vinho mais exportado

Práticas de sustentabilidade com certificação B Corp

VE - A sustentabilidade faz parte da estratégia da Aveleda?

MG - Eu diria que hoje em dia usamos muito a palavra sustentabilidade. Durante estes mais de 140 anos de história tivemos sempre respeito pela natureza, e respeito pelas pessoas. É uma noção que tem que estar sempre presente na história da empresa.

A última novidade que temos neste aspeto foi a certificação B Corp que certifica as nossas práticas sustentabilidade que vão desde a biodiversidade às pessoas na pegada de carbono, passando por muitas outras vertentes. É uma certificação muito completa em todos os domínios da sustentabilidade. Foi um processo exigente concluído em agosto no qual temos muito orgulho.

Estados Unidos, Brasil e Alemanha são os principais mercados

VE - A disponibilização de habitação a uma parte dos empregados também se inclui na vertente da sustentabilidade?

MG - Sim, claramente. A continuidade desta prática para nós é importante. Portanto, não é uma prática nova, é uma prática que vem desde sempre, desde o início da empresa.

São casas nossas que são cedidas de forma gratuita aos colaboradores, mas também nos ajudam a guardar a propriedade e a manter a propriedade em bom estado. Temos hoje na empresa empregados que são da quarta geração de colaboradores, ou seja, já trabalhavam aqui os seus pais, tias, avós, tias, bisavós.

Criamos aqui um conceito de comunidades únicas, que nascem dentro da gleba, literalmente, e que trabalham aqui durante toda a vida, porque são pessoas que sentem a empresa de uma forma muito particular, que tem uma ligação muito forte, com uma noção de família alargada. Portanto, acho que as casas têm tem um papel muito importante em fortalecer essa ligação

VE - Estão a ser feitos novos investimentos?

MG - Temos um grande investimento de modernização de equipamentos e de alargamento da capacidade produtiva. Envolve a receção de uvas, expansão da adega, linhas de engarrafamento e os armazéns de produto acabado. Felizmente, hoje vendemos mais do dobro do que vendíamos há 20 anos, com muito mais diversidade de produtos e, portanto, mais complexidade na operação.

E, portanto, isto é o que eu chamo um bom problema, porque resulta do crescimento da empresa e portanto vamos ter bastantes mudanças na nossa sede.

A vertente de enoturismo está muito centrada em Penafiel, onde está a casa da família, os jardins , os escritórios, e no centro produtivo e onde está a parte mais interessante para visitar.

Mas nós temos mais algumas quintas espalhadas pelo país, de norte a sul e algumas delas com grande potencial de enoturismo.

Temos um investimento que para nós é importante em Vila Alvor, no Algarve. É uma quinta que comprámos em 2019 para produzir vinhos do Algarve e que tem corrido bastante bem.

Vamos desenvolver um projeto de turismo importante em Alvor, a quatro quilómetros do mar, numa quinta que tem vista para o mar, vista sobre o Alvor, vista sobre a serra de Monchique. É um local onde estamos a fazer excelentes vinhos e onde temos vistas que são espetaculares

Oferta de produtos tem vindo a ser alargada

"O nosso grande desafio hoje em dia é a mudança de uma empresa regional para empresa nacional que é líder da região dos vinhos verdes" – considera Martim Guedes. A ambição é chegar a outras regiões e alargar a nossa pegada Temos uma oferta de vinhos com todos os estilos de vinhos portugueses . Das nove regiões vitivinícolas que Portugal tem a Aveleda estás presente em cinco." Com este portefólio conseguimos ter todos os estilos relevantes de vinho português e procuramos sempre fazer com a máxima qualidade possível. A nossa oferta de vinhos é completamente diferente do que era há 20 ou 30 anos atrás.

É um caminho de longo prazo que nós sabemos fazer e que acreditamos que é transformador. Esta empresa tem conseguido conciliar estes grandes investimentos com um crescimento de vendas" - afirma.

Entre os novos produtos, há a referir Casal Garcia Sangria e Casal Garcia Frutos. Martim Guedes salienta que estes novos produtos não são exatamente vinho, mas são muito procurados pelos novos consumidores e pelas novas gerações, dando resposta as tendências do mercado.

NEGÓCIOS E EMPRESAS

Adega de Palmela cresce nas exportações para o Brasil

O Brasil é o principal mercado exportador da Adega de Palmela, tendo ultrapassado a China. As exportações representam 14% das vendas. A cooperativa vitivinícola conta com associados, mil hectares de plantações de vinha e tem uma faturação anual da ordem dos oito milhões de euros.

RUI ARAÚJO SILVA, GESTOR

"América Latina é um mercado de 660 milhões de habitantes e em crescimento"

A América Latina está a ganhar mercados em marcas de roupa da moda, sobretudo à Ásia e, em particular, à China. É um mercado de 660 milhões de habitantes para produzir e consumir, diz o gestor, Rui Araújo Silva, que esteve a liderar multinacionais do têxtil nos últimos 20 anos.

VÍTOR NORINHA
vnorinha@grupovidaeconomica.pt

Vida Económica - De forma sucinta qual o seu percurso profissional e, em particular, o seu percurso na empresa onde esteve até ao final de agosto?

Rui Araújo Silva – A formação académica foi no ISCTE em 1994, e comecei a vida profissional no mundo do FMCG (Fast-Moving Consumer Goods) que me fascinava pelo ritmo e ação. Consegui trabalhar nas indústrias não alimentar e alimentar que, por razões óbvias, são diversas mas ambas bem aceleradas, assumindo responsabilidades comerciais a nível de Key account manager. Depois entrei num projeto de startup na área das telecomunicações com a liberalização do mercado em Portugal em 2000, e onde cheguei a director da área residencial e PME, uma experiência fascinante que foi participar na criação de uma empresa e, finalmente, nestes últimos 20 anos entrei no mundo da moda através de uma multinacional americana, líder mundial de casual and lifestyle, onde assumi cargos de liderança em vários países. Nos últimos quatro anos fui senior vice-president& managing director da América Latina.

VE - Quais os pontos fortes e os pontos fracos da indústria textil e outras atividades industriais na América Latina?

RAS - A América Latina representa hoje um dos principais pólos de produção a nível mundial, muito competitivo com mão-de-obra qualificada e barata (sobretudo no México), mas também no Brasil, Honduras, El Salvador e outros países. É de salientar a alta qualidade tanto das matérias-primas como dos produtos finais acabados, é um continente rico em opções em todas as frentes na indústria têxtil. A inflação encontra-se controlada (em 2023 registou uma média de 5%, excluindo Argentina e Venezuela).

"Fazer negócios na América Latina requer coragem, investimento, agilidade e velocidade", afirma Rui Araújo Silva.

VE - Deve a internacionalização de marcas portuguesas passar pela manufactura na América Latina?

RAS - Concerteza que deve ser algo a explorar com cuidado. Como referi, a América Latina é o principal fornecedor de muitas marcas de roupa de moda, ultrapassando a Ásia e, em particular, a China. É um continente competitivo que ganha mercado na Europa e nos EUA.

VE - Na sua óptica quais os países de eleições na América Latina?

RAS - É uma matemática simples de fazer. Os cinco países com maior PIB na América Latina são Brasil, México, Argentina, Colômbia e Chile, e "controlando" estes cinco países fica-se com acesso a 85% do PIB de todo o continente. Devemos sim, enfocar nestas cinco economias para investimentos.

> "Em Portugal existe uma mão-de-obra muito qualificada e de excelente qualidade"

VE - As questões da insegurança geopolítica não são um risco maior para as multinacionais?

RAS - Com o risco vem a oportunidade. Fazer negócios na América Latina requer coragem, investimento, agilidade e velocidade. Digo sempre que a América Latina é para profissionais, é um mercado de 660 milhões de pessoas e em crescimento, sendo que 40% da população tem menos de 24 anos. Isto significa que o futuro passa por aqui. Saber trabalhar em ambientes adversos e de decisões rápidas é um "must" mas a oportunidade pode ser de uma escala rápida e grande.

Portugal atrativo

VE - Pode o modelo de gestão destes países ser aplicado em países europeus, nomeadamente em Portugal?

RAS - Nos modelos de gestão ou operação não vejo muitas diferenças onde, sim, existe a oportunidade para América Latina e pode ser uma questão para Europa em geral é na produção local dos produtos. Acredito que será um tema de estudo a mão-de-obra qualificada que pode responder às necessidades europeias em termos de custo e resposta ao crescimento económico.

VE - Pode Portugal importar mão-de-obra especializada destes países?

RAS - Em Portugal existe uma mão-de-obra muito qualificada e de excelente qualidade, um bom exemplo é mesmo a indústria têxtil. O tema está no posicionamento que se quer das marcas. Poderão ser, ou não, mais mass market, mais nichos, ter determinada estratégia de pricing, ter canais de distribuição específicos e outras especificações do negócio, sendo que em todas as soluções que possam ser equacionadas, existe risco e oportunidade.

LENOVO TAB EXTREME

Um poderoso tablet para profissionais e produtores de conteúdos digitais

O Lenovo Tab Extreme é o mais recente tablet que se posiciona no segmento premium direcionado para criadores de conteúdos e amantes de tecnologia. Para isso, a marca criou um tablet com um desenho sofisticado, assente num chassis em alumínio com um peso de somente 740 gramas, o que denota exclusividade, durabilidade e elegância

Num produto deste segmento, onde cada detalhe conta, o Lenovo utiliza um ecrã OLED de 14,5 polegadas e Dolby Vision, além de um processador octa-core, com 12GB de RAM e 256GB de armazenamento interno. Tudo isto permite-lhe executar tarefas intensivas com relativa facilidade, seja ao nível de trabalho, edição de vídeo ou jogos, visíveis num ecrã com cores realistas e vibrantes e, para que a autonomia não seja um problema, a mesma possui 12.300 mAh

O Lenovo Tab Extreme vem equipado com uma câmara traseira de 13MP, uma ultra-wide de 5MP e uma câmara frontal de 13MP, além de oito altifalantes JBL que oferecem som imersivo com suporte a Dolby Atmos.

Com a capa vem também incluída a caneta stylus que se conecta magneticamente e carrega sem fio, para escrever diretamente no ecrã ou para os artistas digitais

efetuarem as suas criações, além de um teclado destacável com trackpad.

O Lenovo Tab Extreme é, pois, uma excelente escolha para quem procura um tablet de alto desempenho, design premium, ecrã com cores vibrantes e nítidas, tanto ferramenta de produtividade ou de entretenimento. Preço 1.470€

Interhigiene investe três milhões na automatização de operações

A Interhigiene, empresa nacional de produtos de higiene e limpeza, está a modernizar as suas operações com o lançamento do projeto "Robótica Interhigiene 4.0." Este investimento, de cerca de três milhões de euros, tem como objetivo otimizar os processos produtivos do grupo, especialmente na sua fase final de produção, com a introdução de seis linhas automáticas de encaixotamento e paletização.

Mello RDC investe até 150 milhões em três anos

A Mello RDC, empresa que atua como promotora imobiliária com um portefólio consolidado na capital portuguesa, prevê investir entre 120 e 150 milhões de euros nos próximos três anos, com a criação de dez projetos de âmbito residencial e turístico em Lisboa, no litoral alentejano e na Costa Azul. O imobiliário em Portugal e na Polónia tem sido o grande foco da empresa liderada por António Ribeiro da Cunha, neto de Jorge Mello.

CONSÓRCIO NEWTOUR/MS AVIATION MANIFESTA A SUA PREOCUPAÇÃO

Impasse na privatização pode prejudicar Azores Airlines

O consórcio Newtour/MS Aviation manifesta a sua preocupação com "a incerteza e com a aparente inércia em torno do processo de privatização da Azores Airlines", informa em comunicado enviado à "Vida Económica".

Segundo a mesma fonte, o Governo Regional dos Açores decidiu, no início de maio, cancelar o processo – decisão essa que não foi contrariada nem confirmada pelo conselho de administração da SATA Holding. Com a privatização em suspenso, a Azores Airlines está num impasse que pode ter consequências graves para a companhia aérea, para o setor do transporte aéreo na região e, por extensão, para o desenvolvimento económico dos Açores.

Azores Airlines deve ser privatizada até ao dia 31 de dezembro de 2025.

Mais acrescenta o consórcio que, apesar de pouco se conhecer sobre o acordo entre o Governo Regional e a Comissão Europeia, é do conhecimento público que a Azores Airlines deve ser privatizada até ao dia 31 de dezembro de 2025. "Este prazo, já de si curto dada a complexidade inerente a uma privatização desta envergadura, torna-se ainda mais exíguo face à falta de decisão da SATA Holding e do Governo".

"A Azores Airlines enfrenta, atualmente, sérias dificuldades financeiras. O adiamento deste processo de privatização não só ameaça agravar ainda mais a situação precária da companhia, como também coloca em risco a estabilidade económica da região, que depende fortemente de um transporte aéreo eficiente e fiável", acrescenta.

"É importante sublinhar que o processo de privatização, que o Governo Regional dos Açores considera encerrado, ainda não foi concluído. Até à data, o Consórcio Newtour/MS Aviation teve apenas conhecimento da decisão do Governo Regional anunciada publicamente e que, de forma incorreta, foi assumida como definitiva. Posteriormente, o Consórcio soube também da existência de um projeto de decisão de cancelamento do concurso do conselho de administração da SATA Holding, Cumpre, a estre propósito, clarificar que cabe ao Conselho de Administração da SATA, e não ao Governo, propor o cancelamento do concurso, ou seja, essa é uma competência de gestão e não política. Tal decisão, até ao momento, não ocorreu."

O processo de privatização ainda não foi concluído

"O Consórcio Newtour/MS Aviation mantém-se firme no seu compromisso de contribuir para uma solução que respeite o acordo estabelecido com a Comissão Europeia, assegurando que o processo de privatização seja concluído dentro do prazo estipulado, devolvendo à SATA o prestígio merecido e dotando-a dos meios necessários para competir eficazmente no mercado", conclui.

EMPRESA FOI CRIADA HÁ 70 ANOS NO PORTO

Pincelaria Pardal coopera com a Universidade do Porto para inovar e expandir a atividade

Em 1954, nasce na movimentada rua de Santa Catarina da cidade do Porto, a empresa que se viria a tornar líder em Portugal na produção de acessórios de pintura. Alicerçando a sua atividade no rigoroso controlo dos seus processos e pela cuidada seleção de matérias-primas, a evolução da Pincelaria Pardal sempre se pautou por um crescimento sustentado, onde a utilização do slogan "Aqui há Pardal" notabilizou a marca como símbolo do setor, reconhecida pela qualidade dos seus produtos.

Ao longo dos anos, a Pardal conquistou esse reconhecimento através de uma filosofia empresarial assente na sua integridade e no compromisso de oferecer acessórios de pintura de qualidade superior e caráter inovador, respeitando a conservação e sustentabilidade do meio ambiente. Como prova do seu compromisso, a empresa mantém a prestigiada certificação de qualidade associada ao referencial normativo NP EN ISO 9001, constituindo-se como a primeira e única empresa em Portugal a deter a certificação nesta área. De forma complementar, a empresa tem sido classificada com o estatuto PME líder ao longo de vários anos, resultado do seu bom desempenho e da sua importância no contexto da economia nacional.

O rigor que incute nas relações estabelecidas com os seus clientes reflete-se na elevada organização, flexibilidade e disponibilidade com que os serviços da Pardal são prestados, assim como na valorização alcançada pelos seus acessórios de pintura junto do pintor profissional.

Atualmente, a Pincelaria Pardal continua a delinear estratégias para o desenvolvimento de novos produtos, estando em constante investigação, de modo a acompanhar e ditar novas tendências no mercado com produtos inovadores no setor dos acessórios de pintura. A parceria com a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP) reflete a valorização do conhecimento técnico, científico e da inovação como pilares fundamentais para impulsionar o seu desenvolvimento e expandir a marca Pardal no contexto internacional.

Conhecimento técnico, científico e inovação são pilares fundamentais ao desenvolvimento e expansão da marca Pardal.

CCILA realiza simpósio sobre energia

A Câmara de Comércio e Indústria Luso-Alemã (CCILA) vai realizar o XXVI Simpósio Luso-Alemão de Energia, Produção, Armazenamento e Distribuição de Hidrogénio Verde em Portugal. O evento decorre no próximo dia 24 de setembro, pelas 9h00, no Ramada Lisbon Hotel. Embora Portugal já esteja bem posicionado, existem desafios específicos.

Exportações de componentes automóveis recuperam

As exportações de componentes para automóveis registaram no mês de julho um ligeiro aumento de 1,3%, em comparação com o mesmo período do ano anterior, tendo-se situado em mil milhões de euros, referem dados divulgados pela AFIA – Associação de Fabricantes para a Indústria Automóvel.

MARIA DOS ANJOS GUERRA
ADVOGADA
marianjosguerra-3012p@adv.oa.pt

ALOJAMENTO LOCAL

Revogação de normas penalizadoras

«Esquecendo que, se não fosse por causa do AL, muitos edifícios não teriam sido reabilitados e ainda hoje permaneceriam em ruinas como consequência da lei do arrendamento, o anterior governo impôs vários agravamentos fiscais para tentar acabar com o AL que antes incentivava como fonte de receitas.

No programa do actual governo constava a intenção de revogar os referidos agravamentos, tais como a contribuição especial sobre o AL, mas até agora ainda não vi nada. Ou será que me escapou?»

Ao referir agravamentos fiscais impostos pelo anterior executivo ao AL (Alojamento Local, por certo que o Leitor tinha em mente a CEAL (Contribuição Extraordinária sobre o Alojamento Local) criada, em 06.10.2023 pela Lei 56/2023, mais conhecida como programa "Mais Habitação" que acrescia, á base tributável, a taxa de 15%.

Efetivamente, de acordo com o programa do XXIV Governo Constitucional era «sua determinação revogar medidas penalizadoras do alojamento local entre as quais se destaca a contribuição extraordinária sobre o alojamento local (CEAL) e outras normas fiscais desproporcionais criadas no âmbito do programa Mais Habitação» por entender que «tais medidas restritivas limitam o direito de propriedade, bem assim como a iniciativa económica privada».

Na sequência do supra transcrito, acabou de ser publicado o DL 57/2024 que, entre outras medidas que visam facilitar a mobilidade geográfica das pessoas, revogou a referida CEAL, bem assim como a legislação que a regulamentava.

Para além da revogação da CEAL o referido diploma legal também revogou a fixação do coeficiente de vetustez aplicável aos estabelecimentos de alojamento local para efeitos da liquidação do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis).

Isto porque, muito embora o Cv

Para além da revogação da CEAL o referido diploma também revogou a fixação do coeficiente de vetustez

(coeficiente de vetustez) resulte de tabela elaborada para o efeito em função do número inteiro de anos decorridos desde a data da emissão de licença de utilização, quando exista, ou da data da conclusão das obras de edificação, o programa "Mais Habitação" aditou ao artigo 44.º do CIMI (Código Imposto Municipal sobre Imóveis) um n.º 3 que passou a determinar que, para efeitos de liquidação do IMI, o Cv dos prédios que constituam, total ou parcialmente, estabelecimentos de alojamento local seria sempre de 1, ou seja, o coeficente máximo previsto na tabela aplicável que, de acordo com o aí fixado, seria apenas aplicável a imóveis cuja licença de utilização ou conclusão das obras tenha ocorrido há menos de dois anos.

Apenas de referir que o diploma legal ora publicado já entrou em vigor e que as suas disposições produzirão efeitos a 31 de Dezembro de 2024, o que significa que já se repercutirão na carga fiscal a suportar em 2025.

Casos da Vida Judiciária

JOÃO LUZ SOARES
Advogado Coordenador

E depois do Plano de Prevenção de Riscos (PPR)? Relatórios, recomendações do MENAC e compliance preventivo

O Regime Geral da Prevenção da Corrupção estipula que as entidades abrangidas pelo RGPC devem adotar e implementar um programa de cumprimento normativo, que deve incluir um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (doravante, "PPR" ou "Plano"), um código de ética e conduta, um canal de denúncias e um plano de formação, entre outras medidas específicas para entidades do setor público e do setor privado, mas sempre adaptadas à área de atividade da entidade obrigada, na prossecução de uma risk based approach (abordagem adequada ao risco).

O RGPC, que entrou em vigor em junho de 2022, é aplicável às pessoas coletivas com sede em Portugal que empreguem 50 ou mais trabalhadores. Ainda assim, mesmo que as entidades obrigadas empreguem menos de 50 de trabalhadores, devem implementar as medidas adequadas e proporcionais à sua área de atividade, de modo a cumprir um desiderato de construção de uma cultura de cumprimento, integridade e transparência nas organizações.

Considerando este âmbito, as entidades devem, de forma estruturada, desenvolver um programa de cumprimento normativo específico, de forma a adaptar-se às exigências previstas no supramencionado normativo: não só às obrigações previstas no RGPC (nomeadamente no seu artigo 6.º, entre outros, que definem a necessidade de implementação dos instrumentos mencionados), mas devem, sobretudo, promover uma cultura de integridade e transparência. Estes devem ser objetivos estruturais, integrantes do ADN institucional das entidades e que devem sair reforçados com a implementação deste programa de cumprimento normativo.

Concretamente, o PPR deve resultar de uma análise extensiva de toda a organização, identificando os riscos em cada uma das áreas de atividade da entidade obrigada, bem como as medidas preventivas e corretivas para mitigar esses riscos. Existe, portanto, uma ideia de continuidade de compromisso com a prevenção e mitigação de riscos de corrupção e infrações conexas, estabelecendo como objetivos:

- identificar, analisar e classificar os riscos de atos de corrupção e infrações conexas a que a entidade está exposta, garantindo uma atuação firme e rigorosa sobre quaisquer suspeitas deste tipo de crimes;
- prever mecanismos de resposta a incidentes de corrupção, garantindo que existem procedimentos claros e eficazes para responder a qualquer suspeita de corrupção, incluindo investigações internas, cooperação com autoridades regulatórias e judiciais, e aplicação de sanções disciplinares e legais apropriadas, quando necessário;
- desenvolver atividades de controlo e mitigação dos riscos identificados, nomeadamente identificar e implementar medidas preventivas e corretivas que permitam reduzir a probabilidade de ocorrência e o grau de impacto dos riscos;
- aumentar a consciencialização e formação dos colaboradores das entidades obrigadas nas matérias de compliance e, concretamente, nas questões diretamente relacionadas com o RGPC e com os sistemas de prevenção da corrupção;
- monitorizar a execução do PPR, periodicamente, ou sempre que se verifiquem alterações, nomeadamente ao nível estrutural e orgânico, que justifiquem a revisão;
- aumentar a transparência em todas as operações e decisões, através da análise de informações relevantes, a manutenção de registos detalhados e acessíveis, e a realização de reuniões periódicas de avaliação;
- implementar uma cultura lata de cumprimento normativo (compliance), com verificação contínua do cumprimento das redes legais existentes e disseminação de uma preocupação transversal de construção de uma cultura de transparência e integridade na entidade.

"…as entidades devem, de forma estruturada, desenvolver um programa de cumprimento normativo específico, de forma a adaptar-se às exigências previstas (…) devem, sobretudo, promover uma cultura de integridade e transparência."

Depois de elaborado, o PPR entra, assim, no tecido de transparência da própria entidade obrigada, mas, e aqui o ponto, tal não significa que cessem as obrigações. De facto, o PPR não se esgota com a sua elaboração, carecendo de um acompanhamento e controlo periódicos, que garantam a sua adequada implementação e a eficácia e efetividade das medidas de prevenção e de mitigação propostas.

O acompanhamento e controlo da execução do Plano deverá incluir a elaboração dos relatórios com a identificação das medidas definidas e implementadas e com a análise do processo de implementação das mesmas, nos seguintes termos:

No mês de outubro, deverá ser elaborado um relatório de avaliação intercalar sobre as situações identificadas de risco muito alto ou alto;

No mês de abril do ano seguinte a que respeita à execução do PPR, deverá ser elaborado um relatório de avaliação anual, contendo, nomeadamente, a quantificação do grau de implementação das medidas preventivas e corretivas identificadas, bem como a previsão da sua plena implementação.

O Plano será revisto a cada três anos ou, alternativamente, sempre que se verifiquem alterações que justifiquem a revisão do mesmo, nomeadamente nas atribuições e na estrutura orgânica da entidade obrigada ou caso sejam identificados novos riscos com relevância e impacto no Plano.

Adicionalmente, tanto o Plano (incluindo as revisões ao mesmo) como os relatórios de avaliação intercalar e anual devem ser publicados no site oficial da entidade obrigada, no prazo de 10 dias desde a sua implementação, revisão ou elaboração, permitindo o acesso da informação aos colaboradores e aos restantes stakeholders das entidades.

Para além destes momentos de revisão, o MENAC começa, agora, o seu caminho pedagógico, estipulando recomendações, no âmbito da prerrogativa prevista pela alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do RGPC. A nova recomendação n.º 7/2024, que entrou em vigor em junho de 2024, recomenda às entidades abrangidas que seja comunicado mensalmente ao MENAC durante a primeira semana do mês seguinte ao mês a que respeita, com referência ao cumprimento normativo, se houve regularidade no seu cumprimento ou se houve falhas ou irregularidades, identificando-as.

Tudo a apontar, em conclusão, que estes instrumentos, centrados no PPR, são apenas o ponto de partida e não o ponto de chegada de implementação de uma cultura de cumprimento nas entidades. Para lá do momento da implementação, em que não se esgotam, todos os mecanismos têm, por isso, um carácter dinâmico e flexível, adaptando-se (crescendo) com a própria entidade obrigada, exigindo uma atenção e leitura (de direito) constantes.

JOSÉ MARTINO
Consultor em Desenvolvimento Territorial

Agrival, o certame do Douro e do Tâmega e Sousa

A Expofacic, em Cantanhede, e a Agrival, em Penafiel, são um enorme sucesso em Portugal. Atraem multidões porque juntam vastos programas de espetáculos da moda, com artistas, conjuntos musicais, eventos culturais, etc. com gastronomia, vinhos, bebidas e petiscos, exposição de produtos e serviços, para as pessoas e empresas.

Nesta 43ª edição da Agrival 2024, fiquei estupefacto quando encontrei afixado um cartaz a informar "A Bilheteira pode encerrar a qualquer momento quando seja atingida a lotação do recinto".

Um amigo que faz parte da equipa da Organização informou-me que já são tradicionais e célebres "as enchentes de população de toda a região do Douro, Tâmega e Sousa" e é esta a justificação para o facto.

Dou os meus parabéns à Comunidade Intermunicipal do Douro, Tâmega e Sousa, pelo seu esplêndido stand e pelo programa de animação diário realizado pelos seus municípios associados.

No dia 23 de agosto, hoje a inauguração, com a visita do Secretário de Estado das Florestas, eng. Rui Ladeira e Dia do Concelho do Marco de Canaveses; 24 agosto, Dia do Concelho de Penafiel; 25 agosto, Dia do concelho de Lousada; 26 agosto, Dia do concelho de Cinfães; 27 agosto, Dia do Concelho de Resende e Concelho de Paredes; 28 agosto, Dia do Concelho de Amarante; 29 agosto, visita do 1.º ministro, Luís Montenegro e Dia do Concelho de Castelo Paiva; 30 agosto, Dia do Concelho de Paços de Ferreira e Concelho de Baião; 31 agosto, Dia do Concelho de Celorico de Basto e Dia da Comunidade Intermunicipal do Douro, Tâmega e Sousa; 1 setembro, Dia do Concelho de Felgueiras.

Valorizo na Agrival o tradicional colóquio organizado pela CONFAGRI, que é pretexto para encontro dos dirigentes das Cooperativas da Região Norte e Centro. Este ano o tema foi: "As cooperativas e o desenvolvimento rural", uma conferência brilhante de Arlindo Cunha, tendo sido a sessão de encerramento presidida pelo ministro da agricultura e pescas, José Manuel Fernandes.

Valorizo na Agrival o tradicional colóquio organizado pela CONFAGRI

Este ano participei a convite da Organização da Agrival, como membro do júri, no Concurso da BROA DE MILHO, Concurso do PÃO-DE-LÓ e Concurso do "MELÃO CASCA DE CARVALHO".

Estive nesta função pela 1.ª vez e fi-lo como homenagem póstuma ao meu colega e amigo José Rocha Fernandes, quadro da CCDR-N e dirigente histórico da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, Grão Mestre da Confraria do Melão Casca de Carvalho, um líder e animador destes concursos e forte promotor dos produtos endógenos.

Registo que concursos destes e doutros produtos, assim como, os concursos pecuários, pela competitividade saudável que criam para alcançarem-se os 1.º prémios, são um instrumento muito importante para animar os agricultores e o mundo rural.

Oney e Sol Sem Fronteiras promovem literacia financeira

Oney Bank e a ONGD Sol Sem Fronteiras promoveram 51 sessões de literacia financeira em 16 escolas de norte a sul de Portugal. A 4ª edição consecutiva do programa de literacia financeira, intitulado "Eu conto, tu contas, ele conta… todos contam", este ano chegou a mais de 1200 alunos, com idades compreendidas entre os 6 e os 14 anos e teve a participação de 46 docentes.

Portugal reforça presença no CIMI 360º

A Associação dos Profissionais e Empresas de Mediação Imobiliária de Portugal (APEMIP), em conjunto com a Associação Portuguesa de Promotores e Investidores Imobiliários (APPII), anunciam a abertura das inscrições no CIMI 360º, o maior evento imobiliário da América Latina, que decorrerá de 15 a 17 de outubro em São Paulo.

Volvo é a marca premium que mais cresce em Portugal

Um crescimento de 50% no primeiro semestre de 2024 e uma taxa de penetração dos automóveis 100 elétricos que supera em mais do dobro a média nacional fazem da Volvo em Portugal "uma referência em relação a outros mercados onde a marca também está presente" – afirma Domingos Silva. Para o diretor comercial da Volvo Car Portugal, "a combinação de segurança, sustentabilidade, design inovador e tecnologia de ponta são os fatores que têm contribuído para que a Volvo seja hoje vista como uma marca moderna e desejável".

JORGE FARROMBA
jorgefarromba@gmail.com

A Volvo conseguiu tornar-se uma marca muito mais atraente e "cool" – afirma Domingos Silva.

Vida Económica - No início do ano, a Volvo afirmou que pretendia crescer a dois dígitos em Portugal no ano de 2024. Com seis meses decorridos, estão a caminhar nessa direção?

Domingos Silva - Sem dúvida. Podemos mesmo afirmar que o primeiro semestre de 2024 foi histórico para a Volvo Car Portugal onde estabelecemos vários recordes.

A Volvo foi na verdade a marca premium que mais cresceu em Portugal no primeiro semestre, com um crescimento de 50,8% em relação ao período homólogo.

Esta subida foi muito superior à média do mercado automóvel que, no primeiro semestre, foi de 5,7%, o que nos fez aumentar significativamente a nossa quota de mercado que passou de 2,28% em 2023, para 3,25% em 2024.

Se olharmos apenas para os últimos três meses, batemos não só o nosso recorde nacional de matrículas, mas também atingimos a nossa quota de mercado mais elevada de sempre (4%).

VE - A que se devem estes resultados?

DS - Estão em causa vários fatores, sendo que, em primeiro lugar, gostaria de destacar o esforço diário das nossas equipas comerciais e dos nossos concessionários.

Houve efetivamente uma aceitação muito grande dos consumidores que se estão a juntar à Volvo rumo à eletrificação total e à sustentabilidade. As pessoas confiam na Volvo estamos a trilhar um caminho ímpar no setor automóvel.

Por outro lado, a nossa oferta atual é muito apelativa, quer para o canal privado, quer para o canal empresarial onde a popularidade da nossa gama de modelos não pára de crescer.

Nestes primeiros seis meses, as nossas vendas de automóveis 100% elétricos representaram 40% das nossas vendas totais, uma taxa de penetração que foi mais do dobro da média do mercado nacional e que faz da Volvo, em Portugal, uma referência em relação a outros mercados onde a marca também está presente.

Volvo EX30 democratiza acesso à eletrificação

VE - Falou na eletrificação da gama e não podemos deixar de notar que o EX30 é já o automóvel mais vendido pela Volvo em Portugal. A performance deste modelo está a superar as vossas melhores expetativas?

DS - Sempre acreditámos que o Volvo EX30 poderia ser um verdadeiro sucesso em Portugal e é com muita satisfação que verificamos que este automóvel já lidera a nossa tabela de vendas, representando cerca de 30% do total das mesmas. O Volvo EX30 já é também o terceiro modelo 100% elétrico mais vendido no país.

O mais pequeno SUV de sempre da Volvo reúne um conjunto de características que têm vindo a conquistar os portugueses. É um automóvel 100% elétrico, concebido para ser tão seguro como seria de esperar da Volvo. E é, até à data, o nosso modelo com a menor pegada de CO_2 de sempre e consegue tornar a vida das pessoas mais segura, mais cómoda e mais agradável através de tecnologia de ponta e de design escandinavo atento ao detalhe.

O Volvo EX30 tem ainda a particularidade de ter um preço competitivo, democratizando o acesso à eletrificação. Temos verificado que o EX30 tem vindo a atrair faixas etárias mais jovens estando a trazer novos clientes à marca que têm, neste automóvel, o seu primeiro Volvo de sempre.

O EX30 está a ter uma excelente performance e irá continuar, na segunda metade do ano, a surpreender os portugueses.

VE - A Volvo mudou bastante nos últimos anos sendo hoje em dia considerada uma marca muito mais moderna. Concorda?

DS - Absolutamente. A Volvo sempre foi uma marca inovadora, mas a transformação que a empresa passou nos últimos anos é notável.

Volvo EX30 é o terceiro modelo 100% elétrico mais vendido no país

Em primeiro lugar, nunca perdemos o foco na segurança, um dos pilares que mais nos distingue.

Desde a introdução do cinto de segurança de três pontos, há 65 anos (que se estima ter salvo mais de um milhão de vidas, e que oferecemos a outras marcas mantendo a patente aberta), até tecnologias mais recentes como a Care Key, que permite definir limites de velocidade para diferentes condutores, a Volvo tem estado na vanguarda da segurança automóvel.

A Volvo tem-se igualmente destacado pelo seu compromisso com a sustentabilidade. Fomos a primeira marca automóvel tradicional a assumir a eletrificação total, com a meta ambiciosa de ter todos os seus automóveis 100% elétricos até 2030. Este ano, marcámos o fim de uma era ao produzir o nosso último modelo com motor a gasóleo, que agora reside no World of Volvo, no nosso museu.

Além disso, a Volvo conseguiu tornar-se uma marca muito mais atraente e "cool". A nossa nova linguagem de design, introduzida com a segunda geração do Volvo XC90 em 2014, trouxe um apelo estético que tem conquistado novos clientes em todo o mundo. Desde então, a Volvo lançou inúmeros modelos, incluindo SUVs e carrinhas, o que tem impulsionado as vendas globais ano após ano.

Outro ponto fundamental foi a nossa aposta em tecnologia de ponta e inovação. A Volvo tem parcerias estratégicas com líderes tecnológicos como a Google e a Qualcomm, ao oferecer funcionalidades avançadas de assistência ao condutor e capacidades de condução semi-autónoma. Esta abordagem, juntamente com o desenvolvimento de software interno, permite-nos melhorar continuamente os nossos carros ao longo do seu ciclo de vida (atualizações "over-the-air").

Portanto, acredito que a combinação de segurança, sustentabilidade, design inovador e tecnologia de ponta são os fatores que têm contribuído para que a Volvo seja hoje vista como uma marca moderna e desejável.

Inscrições abertas para Concurso de Vinhos do Crédito Agrícola

Estão abertas as inscrições para a 11ª edição do Concurso de Vinhos do Crédito Agrícola. Em parceria com a Associação dos Escanções de Portugal e reconhecido pelo Instituto da Vinha e do Vinho desde a sua primeira edição, o Concurso de Vinhos do Crédito Agrícola é dirigido a produtores e a cooperativas de todas as regiões vitivinícolas do país, Associados e clientes do Banco. As inscrições decorrem até ao próximo dia 10 de Outubro.

EY Portugal contrata Chief Happiness

A EY Portugal anuncia a contratação da primeira Chief Happiness Officer (CHO), Patrícia Agostinho, que, neste seu novo papel na EY, reportando à Direção de Talent, será responsável por liderar iniciativas que visam promover o bem-estar e melhorar a experiência dos colaboradores, fomentar um ambiente de trabalho colaborativo e aumentar os níveis de produtividade.

JOÃO DE SOUSA RODOLFO
Arquiteto e CEO da Traçado Regulador

Habitação – a conjuntura atual e como sair da crise

2014 foi um ano de profundas alterações na legislação que regula o ordenamento do território e o urbanismo, com consequências já visíveis e outras que apenas serão aparentes a prazo.
A legislação então produzida fazia todo o sentido.
O censos de 2011 revelava 723.000 casas devolutas, isto é, mais habitação do que famílias para as habitar.
A estratégia do governo passou então por limitar o crescimento dos aglomerados urbanos, publicando a nova lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, por fomentar a reabilitação urbana, criando o primeiro decreto-lei que a coloca num patamar distinto da construção nova, pela criação do alojamento local, que dava um uso não permanente ao parque habitacional, possibilitando a sua reabilitação, e por aumentar a procura imobiliária através de atração de capitais e residentes estrangeiros.
Parecia tudo bem feito.
Assistimos à reabilitação dos centros urbanos, ao alargamento da procura turística e a uma forte dinamização da economia.
Mas o destino prega-nos partidas.
A pandemia veio demonstrar que o teletrabalho não era apenas uma hipótese teórica, aumentando a procura de moradias na periferia das cidades. Contudo, os loteamentos cresciam sobretudo em espaço urbanizável, que agora deixa de existir. Os lotes disponíveis esgotaram num breve período.
Por outro lado, o fomento da procura imobiliária, fez disparar os preços da construção, com uma indústria de construção incapaz de responder a todas as solicitações.
Este aumento de preço foi reforçado pelo efeito da pandemia e mais recentemente pelo da guerra, com efeitos dramáticos nos custos energéticos e das matérias-primas.
Quanto a este ponto, o mercado encarregar-se-á de restabelecer o equilíbrio.
Por outro lado, o fenómeno do fluxo crescente de imigrantes, a uma média de 100.000 por ano nos últimos anos, reforça uma procura que não para de crescer.
Contra o que seria expectável, o censos de 2021 reporta 725.000 casas devolutas, das quais, 150.000 em Lisboa.
Por outro lado, ainda, as recentes bem-intencionadas medidas do governo de apoio à aquisição de habitação por jovens até aos 35 anos, terá como consequência um ainda maior agravamento da procura.
A conclusão parece-nos elementar: só conseguiremos fazer descer o preço da habitação se aumentarmos a oferta e deslocalizarmos a procura.
Assim, terá de se proceder à revisão à lei 31/2014, tornando a permitir a existência de espaço urbanizável e o crescimento dos aglomerados urbanos.
Lisboa é a nossa maior cidade e apenas a 92.ª cidade da Europa em número de habitantes.
Por outro lado, existe uma oferta habitacional a muito baixo preço no interior do país, com mais de 500.000 casas devolutas e uma baixa pressão da procura.
Há, assim, que criar mais incentivos para a deslocalização de empresas e habitantes para o interior, repovoando os inúmeros concelhos que perderam a maioria da sua população e que oferecem uma qualidade de vida notável, quando comparada com a das grandes cidades.
Há também que continuar a incentivar a reabilitação arquitetónica e urbana, pois existem ainda muitos fogos que poderão voltar ao mercado em condições de uso.
Por último, há que rever o simplex urbanístico, no sentido de tornar exequíveis os procedimentos e claros os conceitos, de modo a assegurar transparência e segurança, para técnicos e autarquias, e para que se possa acelerar eficazmente o controlo prévio dos projetos.

Grupo STEF consolida atividade internacional a partir de Portugal

Num contexto económico ainda incerto, o Grupo STEF continua confiante na solidez do seu modelo de criação de valor.

A forte dinâmica comercial de Portugal e a estratégia de especialização implementada nos últimos dois anos permitem consolidar as posições do Grupo nos diferentes mercados. A transição energética é uma área prioritária de investimento.

O Conselho de Administração do Grupo STEF, o líder europeu em serviços de transporte e logística de produtos alimentares com temperatura controlada, aprovou as contas do primeiro semestre deste ano.

"Os primeiros seis meses do ano assinalam a consolidação das nossas atividades e a continuação do nosso desenvolvimento na Europa graças a várias operações de crescimento externo. Durante este período, a retoma do consumo alimentar tardou a concretizar-se, afetando o nosso volume de negócios, que cresceu moderadamente, e o nosso resultado operacional, que diminuiu ligeiramente. Quanto ao nosso resultado líquido, este reflete o elevado nível das taxas de juro durante o período. Neste contexto, o nosso Grupo prosseguiu a sua política de investimentos, pois estamos convencidos de que esta é uma garantia de desempenhos para o futuro", afirmou Stanislas Lemor, presidente e diretor-geral do Grupo STEF.

Durante o período, o endividamento líquido do Grupo passou de mil milhões de euros para 1,3 mil milhões de euros, em resultado da sua estratégia de investimento (crescimento externo, imobiliário e veículos), o que lhe permite consolidar a sua liderança nos seus mercados. Este fluxo de investimento, associado a uma base de comparação extremamente elevada devido à cessão da La Méridionale em 2023, resultou numa variação significativa do fluxo de caixa livre do Grupo.

Atuação em França

A STEF França regista uma diminuição da rentabilidade da atividade dos produtos frescos num contexto de estagnação do consumo alimentar.

A atividade dos produtos congelados regista uma diminuição dos seus fluxos e uma queda da taxa de preenchimento dos seus armazéns que afeta a rentabilidade.

Embora a atividade dos hipermercados registe um bom crescimento, beneficiando dos efeitos positivos de novos desenvolvimentos comerciais, deve enfrentar a concentração do setor da distribuição.

As atividades TSA (produtos temperados secos e alimentares) e Acondicionamento registam uma boa dinâmica, o que lhes permite manter um desenvolvimento contínuo.

A atividade Food Service continua a progredir num contexto de abrandamento do crescimento do mercado da restauração.

STEF Internacional

Em Itália, a STEF regista uma dinâmica comercial positiva e mantém um bom controlo dos seus recursos operacionais.

Em Espanha beneficia dos efeitos positivos do desenvolvimento das suas atividades Food Service.

A forte dinâmica comercial de Portugal e a estratégia de especialização implementada nos últimos dois anos permitem consolidar as suas posições nos diferentes mercados.

O Reino Unido regista um crescimento do seu volume de negócios, com um efeito cambial favorável, e mantém a sua rentabilidade, apesar de um abrandamento das atividades internacionais.

Perspetivas positivas para o futuro

Num contexto económico ainda incerto, o Grupo STEF continua confiante na solidez do seu modelo de criação de valor. O Grupo pretende prosseguir uma política de investimento direcionada, com especial incidência nos investimentos no domínio da transição energética. Por último, o Grupo continua a progredir na sua abordagem global de acompanhamento das relações com os clientes, incluindo a transformação do seu serviço de apoio ao cliente.

RAIO-X LABORAL

Impugnação do despedimento: prazo alargado, justiça garantida?

O Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 7/2024, de 21 de junho, veio estabelecer um novo paradigma no que respeita aos pressupostos de impugnação judicial do despedimento por motivos objetivos (ou seja, despedimento coletivo ou por extinção do posto de trabalho), estabelecendo que a devolução da compensação recebida pelo trabalhador - condição sine qua non para que possa ser contestado judicialmente o despedimento – poderá suceder até à instauração do respetivo procedimento cautelar ou ação de impugnação do despedimento. Significa isto que os trabalhadores que queiram contestar o seu despedimento têm, agora, 60 dias ou seis meses, conforme respectivamente se trate de um despedimento por extinção do posto de trabalho ou um despedimento colectivo, para devolverem a compensação recebida no âmbito desse processo de cessação do contrato.

Esta decisão do Supremo Tribunal de Justiça veio colocar um ponto final nas dúvidas que subsistiam desde 2009 quanto ao prazo para os trabalhadores devolverem a compensação, caso decidissem contestar o despedimento nos tribunais.

Convém recordar que, nos termos do artigo 366.º, n.º 4 do Código do Trabalho,"[p]resume-se que o trabalhador aceita o despedimento quando recebe do empregador a totalidade da compensação", a menos que, como dispõe o n.º 5 do mesmo preceito normativo, "em simultâneo, o trabalhador entregue ou ponha, por qualquer forma, a totalidade da compensação paga pelo empregador à disposição deste último".

ALEXANDRA SEQUEIRA
Advogada da área de Laboral da Cuatrecasas

A inexistência de um prazo definido legalmente para devolver a compensação paga no âmbito do despedimento — em particular tendo em conta a expressão "em simultâneo" — gerava interpretações divergentes nos tribunais portugueses, incluindo no próprio Supremo Tribunal de Justiça, dificultando a contestação do mesmo por parte dos trabalhadores.

Este Acórdão do Supremo, que vem, assim, uniformizar jurisprudência relativamente ao prazo para a devolução da compensação recebida pelo trabalhador em razão do despedimento por forma a ilidir a presunção legal de aceitação da cessação do contrato de trabalho, surge na sequência de processos vários em que a devolução não imediata das compensações foi considerada como a aceitação do despedimento. De facto, nos últimos anos, foram várias as decisões em que se vinha concluindo que, a partir do momento em que o valor compensatório se encontrava no domínio do trabalhador, se este não o devolvesse de imediato ou num curto prazo, teria de justificar o motivo pelo qual não havia procedido a tal devolução. Em geral, vinha-se considerando que o princípio geral da boa-fé impunha que a devolução da compensação deveria verificar-se no imediato ou num curto prazo (de dias), de forma a não permitir dúvidas quanto à vontade do trabalhador.

Esta decisão jurisprudencial consolida, desta forma, aquilo que é uma abordagem mais flexível para proteger o direito dos trabalhadores de impugnara cessação do seu vínculo e afastar a presunção de aceitação do despedimento. Conforme o decidido pelo Supremo Tribunal de Justiça, trata-se não só da solução "mais coerente com o prazo de que dispõe (o trabalhador) legalmente para tomar tal decisão, como é (a) que melhor garante a certeza e a previsibilidade – dispensando a decisão casuística de quantos dias é que seria razoável para que o trabalhador efetuasse a devolução – e o mais conforme com o respeito pelo direito de acesso à justiça e o mais fiel à teleologia do preceito".

Na prática, quando alvo de um despedimento coletivo ou por extinção do posto de trabalho — situação sempre impactante na vida de um trabalhador — este passará a dispor de um tempo razoável para se aconselhar e ponderar se pretende ou não impugnar o despedimento, na medida em que deixa de ter de devolver imediatamente a compensação, apenas o tendo de fazer se, afinal, decidir pela contestação judicial do mesmo.

Andersen contrata três novos sócios

A sociedade de advogados Andersen Iberia acaba de anunciar a contratação de Pedro Drago, Filipa Barata e Gonçalo Rodhes como sócios nas áreas de Direito Público, Contencioso e Imobiliário, respetivamente. Estes reforços estão em linha com a estratégia de crescimento e especialização da sociedade em Portugal.

Luísa Oliveira nomeada diretora-geral da Henkel Ibérica

Luísa Oliveira, atual diretora-geral da Henkel Consumer Brands em Portugal, foi nomeada diretora-geral de Consumer Brands da Henkel Ibérica. Nestas suas novas funções, irá liderar o negócio em Espanha e Portugal. Luísa Oliveira possui uma experiência de quase 25 anos na Henkel.

Red Bull de volta aos grandes eventos

A marca que tem surpreendido os portugueses com os eventos mais irreverentes e inesperados voltou agora à ação com o Red Bull Flugtag Lisboa. Mais de 20 mil espectadores acompanharam um dia de muitas emoções.

BARTHOLOMEU VASCONCELLOS

A aposta em 2024 dá pelo nome de Flugtag, o que traduzido para o português significa "O Dia do Voo".

Nascida em 1987, a Red Bull é uma marca que se transformou num incontornável case study. Por um lado, a criação de Dietrich Mateschitz introduziu um novo segmento de mercado – o das bebidas energéticas. Além dessa autêntica revolução, marcou a diferença pela adoção de uma estratégia de marketing e comunicação original. Em vez de investir em publicidade tradicional, o caminho foi a criação (não o patrocínio como muitas vezes se diz) de eventos próprios capazes de despertar a atenção do público – seja diretamente, seja através dos Media. Nascido em 1992 na Áustria, o Red Bull Flugtag é a materialização dessa mesma estratégia. É o mais antigo evento do portefólio da marca austríaca e tem percorrido o mundo ao longo dos últimos 32 anos - levando esta fórmula única a dezenas de países dos cinco continentes.

Presente em Portugal desde o final dos anos 90, primeiro através do distribuidor Viborel, e oficialmente através da sucursal lusa desde 2002, a Red Bull construiu também por cá uma forte imagem de dinamismo (e muita energia) através da organização de eventos marcantes. Ao longo destas mais de duas décadas ficaram sobretudo na memória as impressionantes competições da Red Bull Air Race – com quatro edições realizadas no Porto e Gaia – e os saltos para a água de grande altura, Red Bull Cliff Diving, que projetaram os Açores além fronteiras durante uma década.

A aposta em 2024 dá pelo nome de Flugtag, o que traduzido para o português significa "O Dia do Voo". Respeitando regras específicas, que dão prioridade à segurança e viabilidade de voo, o desafio passa por conceber e construir máquinas voadoras originais. Aviões, animais, barcos e seres mitológicos ganharam vida nos céus de Lisboa para um voo com duração incerta e aterragem garantida nas águas do Tejo.Contando com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa e do Turismo de Lisboa, a organização (que juntou a equipa Red Bull à agência Mossa) o evento decorreu na nova joia da Capital – a Doca da Marinha, situada na zona ribeirinha. Várias caras conhecidas garantiram a animação - João Manzarra e Carina Caldeira, Rui Simões e Catarina Maia foram os hosts de serviço num dia inesquecível que marcou a rentrée na cidade de Lisboa.

Evento contou com cerca de 20 mil pessoas

De acordo com Gonçalo Bettencourt da Câmara, responsável de relações públicas do evento e partner da agência Free Lance Comunicação, "o processo de seleção dos projetos foi uma missão exigente, tendo em conta a grande variedade de ideias apresentadas. A criatividade, potencial de voo e respeito pelas regras da competição ditaram a escolha dos 34 projetos que foram efetivamente construídos".

Gloriosos loucos das máquinas voadoras

Este autêntico regresso dos gloriosos loucos das máquinas voadoras fez, segundo o responsável, "a diferença pelo seu caráter participativo, ou seja, o consumidor teve mesmo a oportunidade de fazer parte da ação, ao contrário do que acontece noutras competições que têm a chancela da Red Bull, como é o caso da Red Bull Air Race ou o Red Bull Cliff Diving".

Quarta edição portuguesa do Red Bull Flugtag foi um sucesso

No dia da competição as equipas foram avaliadas pelo júri no que toca à Criatividade, Performance e Distância de Voo. Cada formação era composta por um máximo de cinco elementos, maiores de 18 anos (quatro ajudantes e um piloto), não podendo os projetos ultrapassar os oito metros de comprimento, nove de largura e três de altura, para um peso máximo de 200 Kg (máquina + piloto). Já apropulsão das máquinas voadoras era exclusivamente baseada em força humana, estando por isso proibidos todo o tipo de motores, baterias, catapultas e elásticos. Além disso, os materiais utilizados devem ser amigos do ambiente. A vitória foi para as Caldas da Rainha e para a equipa Diaper Droppers. Os prémios para os três primeiros vão manter viva a chama de voar, com experiências Red Bull ligadas à aviação.

De acordo com os dados veiculados pela Proteção Civil, passaram pelo evento cerca de 20 mil pessoas, o que tendo em conta o local escolhido representa um verdadeiro banho de multidão. Gonçalo Bettencourt da Câmara destaca as várias parcerias estabelecidas, que garantiram uma maior amplificação do tema: "sem dúvida que a quarta edição portuguesa do Red Bull Flugtag foi um sucesso, não só pelo vasto público que marcou presença mas também através dos milhares que nos acompanharam na antena da SIC Radical, no portal Sapo e na RFM".

Herdade da Rocha Boutique Lodge reforça oferta de alojamento

A Herdade da Rocha Boutique Lodge Hotel, situada no Crato, reforça a sua oferta de alojamento com quatro novas "villas", que proporcionam todo o conforto e encontram-se harmoniosamente integradas numa das herdades mais apaixonantes do Alto Alentejo.

A traça arquitetónica das "villas" foi desenhada tendo no horizonte a criação de ambientes amplos e cheios de luz, para o que contribuem os grandes envidraçados, que proporcionam como que uma linha de continuidades entre espaços interior e exterior. Combinando materiais naturais com um design moderno e funcional, os novos espaços de alojamento têm uma área total de 45 m2, divididos entre a área de quarto, casa de banho, terraço e duche exteriores, a permitir uma imersão na natureza, mas num ambiente de privacidade.

Na senda das preocupações do grupo económico proprietário da unidade – o Grupo Terras & Terroir -, em privilegiar os aspetos que se prendem com a sustentabilidade, o uso dos materiais foi criterioso.

Os edifícios privilegiam o uso da madeira natural, sendo a estrutura em pinho, enquanto os acabamentos são feitos em bétula, recriando um ambiente orgânico. Na casa de banho, o destaque vai para o uso de pedra natural Moleanos Claro, um material exclusivo que adiciona um toque de autenticidade e naturalidade ao espaço. Este tipo de pedra tem uma característica particular: permite a visualização de pequenos elementos fossilizados, como folhas e conchas, que reforçam o vínculo com a natureza.

Projeto sustentável situado no Crato

Também o espaço fronteiriço às "villas", onde se encontra uma zona de lazer e uma piscina, foi alvo de melhoramentos. A administração do Grupo Terras & Terroir justifica a intervenção com a necessidade "de colocar esta unidade de alojamento no patamar em que queremos que ela se situe, como uma referência na área de turismo de natureza, no bonito concelho do Crato".

A Herdade da Rocha Boutique Lodge Hotel disponibiliza, ainda, mais quatro suites localizadas no edifício principal da herdade, onde também se situa o restaurante e uma sala de convívio.

TURISTA OCASIONAL

Monchique Resort & Spa - O refúgio entre a serra e o mar em pleno Algarve

Quando se fala em Monchique, é impossível não lembrar das suas célebres águas termais, conhecidas pelo pH elevado e pelas propriedades medicinais. Consideradas entre as mais saudáveis do mundo. Essas águas, localizadas a apenas 5 minutos a pé do resort, nas Caldas de Monchique, são reconhecidas mundialmente. Seus benefícios são inúmeros: desde a neutralização de toxinas e ativação muscular até a promoção do bom funcionamento de diversos órgãos, proporcionando uma experiência revitalizante e relaxante.

JORGE FARROMBA
jorgefarromba@gmail.com

Situado na serra algarvia, o Monchique Resort & Spa é uma unidade hoteleira cinco estrelas composta por três blocos que abrigam 142 suites, muitas delas com vistas panorâmicas deslumbrantes da serra e do oceano como pano de fundo, que dista 18 km em linha recta. A arquitetura eco-friendly do hotel é marcada por amplos espaços, decorados de forma moderna. As suites, todas de tipologia T1, são espaçosas e combinam praticidade com elegância, dispondo de uma kitchenette completa para quem deseja cozinhar no local.

A área externa do hotel conta com três piscinas, duas delas aquecidas — uma externa com cobertura amovível e outra localizada no interior do SPA.

O Monchique Resort & Spa oferece três opções de alojamento: alojamento e pequeno almoço, meia pensão e tudo incluído. Na modalidade tudo incluído, os hóspedes têm acesso não só às refeições tradicionais, mas também a lanches durante o dia, ceia, bar aberto e todas as atividades do hotel, como caminhadas aos Passadiços do Barranco do Demo, Via Algarviana ("Grande Rota Pedestre" para conhecer o conhecer o Algarve, desde Alcoutim ao Cabo de São Vicente) e outras atividades como ioga e Pilates.

Em Portugal, o conceito de "tudo incluído" tem vindo a ganhar popularidade, sendo um fator diferenciador e especialmente atractivo para o turismo focado em famílias com crianças, o que proporciona umas férias mais adequadas às necessidades de cada um.

A maioria dos hóspedes do Monchique Resort & Spa são portugueses, que procuram um espaço de descanso e tranquilidade, longe da agitação das praias. O hotel oferece exatamente isso: um refúgio de paz, onde o foco é o bem-estar e o relaxamento.

Para as famílias, o hotel dispõe de um kids club com monitores durante todo o dia, além de uma sala de jogos. A programação diária, destacada num quadro de ardósia, inclui atividades para todas as idades, como caminhadas, cycling, BTT, ioga e pilates.

Na área da restauração, o resort oferece uma variedade de opções, incluindo o Cascata Pool Bar, Aqua Pool Bar, Restaurante Serra, a famosa Pizzaria da Serra e o Mercado Culinário com buffets temáticos.

O Monchique Resort & Spa conta com um ginásio, disponível 24 horas por dia, e um SPA que oferece uma ampla gama de serviços, incluindo banho turco, sauna, aromaterapia e diversas zonas de tratamento, como salas de massagem. O destaque vai para o exclusiva Sala Vip, uma oferta para casais que inclui duas salas independentes, jacuzzi, sauna, zona de descanso e sala de massagens. A excelência dos tratamentos e serviços oferecidos foi reconhecida recentemente, com o SPA recebendo um prémio nacional em 2023 e um internacional em 2024 para melhor Day Spa.

Se pudéssemos resumir, em breves palavras o Monchique Resort & Spa, diria que é uma unidade hoteleira de cinco estrelas focada em famílias e que oferece um ambiente muito agradável numa zona com um clima temperado. Apesar da proximidade do mar, a cerca de 20 a 25 minutos de distância, o verdadeiro destaque deste resort é a tranquilidade inspirada na Serra de Monchique. Aqui, o cliente pode desfrutar de uma experiência focada no bem-estar e na paz interior, com todos os serviços incluídos, permitindo-lhe relaxar plenamente. Não é surpresa que os hóspedes habituais escolham passar, em média, durante as épocas mais altas, cerca de 15 dias de férias neste refúgio.

Em resumo, ao longo do ano, o Monchique Resort & Spa acolhe diversos eventos, desde eventos ligados ao autódromo do Algarve, retiros de ioga e circuitos de cicloturismo, para os quais dispõe de uma oficina totalmente equipada. Além disso, vale a pena mencionar que o resort estará aberto, apos alguns anos, no Inverno e conta celebrar a época festiva de dezembro, o que se traduz uma opção de refúgio durante todo o ano.

FISCALIDADE

Nova declaração mensal de imposto do selo

A partir do próximo mês de outubro, os contribuintes passam a ser obrigados a submeter uma nova declaração mensal para o Imposto do Selo. Esta medida foi aprovada pela Portaria n.º 195/2024/1de 28 de Agosto. A primeira submissão, corresponderá às operações de setembro, devendo ser entregue até ao dia 20 de outubro.

ALÍVIO FISCAL PARA PROPRIETÁRIOS

Fim da taxa extraordinária sobre o alojamento local

A "Contribuição Extraordinária sobre o Alojamento Local" (CEAL) era uma taxa adicional (15%) aplicada ao setor do alojamento local, geralmente imposta para mitigar os impactos sociais e económicos do turismo em áreas urbanas, como a pressão sobre os preços dos imóveis e o aumento do custo de vida.

O diploma agora publicado (DL nº 57/2024, de 10.9) reflete a intenção do Governo em corrigir medidas consideradas penalizadoras para os proprietários de alojamento local.

De acordo com o texto do diploma, a revogação agora operada produz efeitos a partir de 31 de dezembro de 2024, todavia fontes do Ministério das Finanças já confirmaram que haverá uma retificação para que a revogação tenha efeitos retroativos a 31 de dezembro de 2023. A ser assim, os proprietários de alojamento local ficam isentos do pagamento desta contribuição referente ao ano de 2024, cujo pagamento estava inicialmente previsto ocorrer até 15 de junho de 2025.

"Governo alivia carga fiscal no setor do alojamento local"

O diploma supracitado, procedeu ainda à revogação da fixação do coeficiente de vetustez (CV) para estabelecimentos de alojamento local e a alterações no Código do IRS para apoiar a mobilidade dos trabalhadores.

O CV deixando de ser aplicado aos estabelecimentos de alojamento local na determinação do valor do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) alivia a carga fiscal sobre os imóveis usados para este fim.

Já as alterações ao Código do IRS foram introduzidas para apoiar a mobilidade dos trabalhadores, ou seja, facilitar que as pessoas mudem de residência por motivos de trabalho, permitindo uma dedução aos rendimentos prediais das rendas recebidas de um contrato de arrendamento habitacional da sua atual casa, os gastos suportados com o pagamento de rendas de um imóvel afeto à sua habitação própria e permanente, desde que se tenha deslocado para uma localidade a mais de 100 quilómetros de distância.

De destacar a alteração ao artigo 10º do Código do IRS, que reduz de 24 para 12 meses do período mínimo em que um imóvel deve ter sido habitação própria e permanente para beneficiar da isenção de mais-valias na sua venda. Todavia, no caso de situações excecionais como: alterações da composição do respetivo agregado familiar por motivo de casamento ou união de facto, dissolução do casamento ou união de facto, ou aumento do número de dependentes, a lei prevê que aquele prazo (12 meses) possa não ser cumprido.

Impacto Fiscal

Gratificações de Balanço: Requisitos para a isenção de IRS em 2024

ISABEL GARCIA
Consultora da área de Fiscal da Cuatrecasas

A lei do Orçamento do Estado para 2024 veio criar uma isenção temporáriade IRS para os montantes atribuídos em 2024 aos trabalhadores a título de participação nos lucros da empresa, por via de gratificações de balanço, pagos por entidades cuja valorização nominal das remunerações fixas do universo dos trabalhadores em 2024 seja igual ou superior a 5%.

Esta isenção é aplicável até ao valor de uma remuneração fixa mensal do trabalhador em causa, com o limite máximo de 4.100,00€ (cinco vezes o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2024). Ainda que isento, o valor pago a título de gratificação de balanço deverá ser englobado para efeitos de determinação da taxa progressiva de IRS aplicável aos restantes rendimentos do trabalhador.

A redação da norma que criou este benefício não foi a mais feliz, suscitando dúvidas relativas à sua aplicação temporal e à interpretação de alguns dos conceitos utilizados, cruciais para aferir a verificação dos pressupostos da isenção.

A Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) veio agora esclarecer essas dúvidas no Ofício Circulado n.º 20271, de 27 de agosto de 2024.

De acordo com o entendimento divulgado no referido Ofício Circulado:

A isenção de IRS aplica-se às gratificações de balanço atribuídas aos trabalhadores em 2024, por referência aos lucros relativos ao período de 2023 ou aos lucros relativos a anos anteriores e registados em resultados transitados ou em reservas livres, desde que a distribuição ocorra durante o ano de 2024 e conste de deliberação tomada em assembleia geral de sócios com a respetiva aprovação de contas;

A valorização salarial mínima de 5% em 2024 é exigível para todos os trabalhadores, não bastando a verificação de um aumento médio de 5% dos salários;

Para aferir o requisito da valorização salarial, deve ser comparada a remuneração fixa paga a cada um dos trabalhadores em dezembro de 2024 com a remuneração fixa paga a esses trabalhadores em dezembro de 2023, admitindo-se assim que o aumento salarial de 5% em 2024, face ao ano de 2023, possa ocorrer após a data da distribuição das gratificações;

O conceito de remuneração fixa é definido como "toda a remuneração auferida pelo trabalhador que não esteja dependente do desempenho individual, da equipa ou da empresa, bem como as remunerações acessórias enunciadas na alínea b) do nº 3 do artigo 2º do Código do IRS, que se revelem de caráter fixo e nas condições aí enunciadas" (incluindo assim, por exemplo, o subsídio de refeição);

Os membros dos órgãos sociais não beneficiam desta isenção de IRS relativamente às gratificações que recebam, nessa qualidade, a título de participação nos lucros;

Os montantes pagos a título de gratificações de balanço, isentos de IRS, devem ser considerados para efeitos de determinação da taxa de retenção na fonte aplicável aos restantes rendimentos auferidos pelo trabalhador;

Por fim, refere-se ainda no Ofício Circulado que, para efeitos de entrega da declaração mensal de remunerações, foi criado um código específico (A82) para a inscrição destes montantes isentos.

Embora esclarecedor, este Ofício Circulado peca por tardio. Na grande maioria dos casos, o pagamento de gratificações de balanço aos trabalhadores em 2024 já terá ocorrido, na sequência das deliberações das assembleias gerais que aprovaram as contas do período de 2023 e a distribuição dos lucros, por via de gratificações de balanço. Admitindo-se que o aumento salarial mínimo de 5% possa ocorrer até ao final de 2024 e após a data da distribuição das gratificações, ficou por esclarecer qual o procedimento a adotar pelas empresas, nesse caso, para corrigir as retenções na fonte de IRS já efetuadas, permitindo devolver aos trabalhadores os eventuais valores retidos em excesso.

AGENDA FISCAL

SETEMBRO

Até ao dia 15

• IRS – IMT - SELO
- Declaração Modelo 11 - Entrega pelos Notários e outros funcionários ou entidades que desempenhem funções notariais, bem como as entidades ou profissionais com competência para autenticar documentos particulares que titulem atos ou contratos sujeitos a registo predial, das relações dos atos praticados no mês anterior, suscetíveis de produzir rendimentos.

Até ao dia 20

• IVA - Imposto sobre o valor acrescentado
- Periodicidade Mensal – Entrega via Internet da declaração periódica relativa às operações realizadas no mês de Junho e Julho.
- Periodicidade Trimestral – Entrega via Internet da declaração periódica relativa às operações realizadas às operações realizadas no 2º trimestre de 2023.
- Declaração Recapitulativa – Envio pelos sujeitos passivos do regime normal mensal que no mês anterior tenham efetuado transmissões intracomunitárias de bens e/ou prestações de serviços a sujeitos passivos registados noutros Estados Membro, quando tais operações sejam aí localizadas nos termos do artigo 6.º do CIVA, e para os sujeitos passivos do regime normal trimestral quando o total das transmissões intracomunitárias de bens a incluir na declaração tenha no trimestre em curso (ou em qualquer mês do trimestre) excedido o montante de € 50.000.

Até ao dia 25

• IVA - Imposto sobre o valor acrescentado
- Periodicidade Mensal – Pagamento do imposto apurado nas declarações respeitantes aos meses de Junho e Julho de 2024
- Periodicidade Trimestral – Pagamento do imposto apurado na declaração respeitante ao 2º trimestre de 2024

• IRS - Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares
- Segundo pagamento por conta do IRS dos titulares de rendimentos da categoria B.

• IRS - IRC
- Entrega das importâncias retidas no mês anterior.

• Imposto Selo
- Envio da Declaração Mensal de Imposto do Selo (DMIS) pelos sujeitos passivos que titulem atos, contratos, documento, títulos ou outros factos sujeitos a imposto do selo, ainda que dele isento, praticados no mês anterior.
- Entrega do imposto retido no mês anterior.

IRS

Novas tabelas de retenção na fonte - Açores

Através de despacho **da Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais do dia 26 de setembro**, foram aprovadas, na sequência da entrada em vigor da Lei n.º 33/2024, de 7 de agosto, e da Lei 32/2024, de 7 de agosto, as novas tabelas de retenção na fonte para os rendimentos do trabalho dependente e de pensões, auferidos por titulares residentes na Região Autónoma dos Açores, aplicáveis aos rendimentos pagos ou disponibilizados a partir de 1 de novembro de 2024 e, adicionalmente, as novas tabelas de retenção na fonte para os rendimentos do trabalho dependente e de pensões, aplicáveis aos rendimentos pagos ou colocados à disposição entre 1 de setembro e 31 de outubro de 2024.

Governo descongela parte da taxa de carbono

O Governo aproveitou a descida do preço antes de impostos dos combustíveis para descongelar mais uma parte da taxa de carbono. A taxa de adicionamento aplicada ao imposto petrolífero passa a ser de 74,429 euros por tonelada de CO2, o que implica um impacto de cerca de 1,5 cêntimos por litro mais IVA no preço final dos combustíveis. Bruxelas quer que o congelamento seja progressivamente eliminado.

CIP insiste na isenção do 15º mês

A CIP voltou a lançar para discussão a ideia de um 15º salário sem que sejam pagos quaisquer impostos. A confederação liderada por Armindo Monteiro contesta a interpretação da Autoridade Tributária que adianta que o valor não paga imposto, mas engloba para efeitos de determinação da taxa. A proposta inicial previa que o pagamento voluntário pelas empresas do 15º mês – até ao limite do salário base do trabalhador – fosse neutro.

RUI TRINDADE
Consultor da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC)
comunicacao@occ.pt

Medidas fiscais para a dinamização do mercado de capitais

Apesar de ter passado despercebido no meio da grande produção legislativa atual, no passado mês de junho foram publicadas em "Diário da República" várias medidas fiscais com o objetivo de dinamizar o mercado de capitais.
De acordo com o Governo, estas medidas têm um duplo objetivo: por um lado, dinamizar e promover a obtenção de capital e financiamento junto dos mercados de capital por parte das empresas e, por outro, incentivar os aforradores (particulares) a remunerar e valorizar as suas poupanças, canalizando o seu investimento para as empresas.
Entende, assim, o Governo que o mercado de capitais pode gerar benefícios para os diversos intervenientes em diferentes perspetivas.

INCENTIVOS FISCAIS DESTINADOS À POUPANÇA DAS PESSOAS SINGULARES

1. Incentivo à detenção de ativos de médio e longo-prazo

A Lei n.º 31/2024, de 28 de junho, criou incentivos fiscais à detenção de médio e longo prazo de instrumentos financeiros admitidos à negociação em mercados regulamentados, bem como de unidades de participação e ações em Organismos de Investimento Coletivo (OIC), permitindo diversificar e dinamizar o acesso ao mercado de capitais, canalizando o investimento para o médio e longo prazo e diversificando as fontes de financiamento das empresas.
Neste sentido, a referida Lei veio prever que quanto maior for o período de detenção das participações sociais, maior será a exclusão de tributação em IRS das mais valias geradas, atenuando assim o impacto do IRS sobre esses rendimentos.
Na prática, passa a existir a possibilidade de parte do saldo positivo entre mais e menos valias ser excluído de tributação dependendo do tempo de detenção do ativo, de acordo com a seguinte tabela:

Período de detenção do ativo	Percentagem de exclusão do saldo / rendimento
De 2 a 5 anos	10%
De 5 a 8 anos	20%
Igual ou superior a 8 anos	30%

Esta exclusão de tributação aplica-se a venda de ações e outros valores mobiliários admitidos à negociação ou de partes de OIC abertos, sob a forma contratual ou societária, excluindo-se, naturalmente, os resultantes de operações com entidades com sede em países, territórios ou regiões sujeitas a um regime fiscal claramente mais favorável.
Regra geral, a tributação em IRS do saldo positivo entre mais e menos valias provenientes da venda de ações ocorre à taxa especial de 28% ou pelas taxas gerais que podem ir até 53% se os contribuintes optarem ou forem obrigados a englobar o referido saldo de mais e menos valias (o englobamento obrigatório acontece quando, cumulativamente, os rendimentos resultem da venda de ativos detidos por um período inferior a 365 dias e o sujeito passivo tenha um rendimento coletável, incluindo este saldo, igual ou superior ao valor do último escalão do IRS, ou seja, 80.000 euros– artigo 68.º do Código do IRS).
Exemplificando a situação mais comum, vamos analisar o impacto desta alteração no caso da taxa especial de 28% (regime geral).
Se um contribuinte obtiver um rendimento proveniente do saldo positivo entre mais e menos valias de venda de ações de 10.000 euros, vai ser tributado em 2.800 euros (28%), nos termos do regime geral.
Com este incentivo, se o mesmo saldo positivo entre mais e menos valias da venda de ações for proveniente de ações detidas há mais de 2 anos e menos de 5 anos (e que cumpram os restantes requisitos mencionados), então vai ser tributado em 2.520 euros [10.000 euros x (100 % – 10%) x 28%] - a que corresponde uma taxa especial de 25,2%.
Assim, podemos concluir que as taxas especiais de IRS a aplicar aos rendimentos previstos nesta norma são:

Período de detenção do ativo	Taxa especial IRS
De 2 a 5 anos	25,2%
De 5 a 8 anos	22,4%
Igual ou superior a 8 anos	19,6%

Acresce referir que no caso de opção pelo englobamento também se aplica este incentivo uma vez que vai concorrer para o apuramento do rendimento coletável em apenas 90%, 80% ou 70% do saldo positivo entre mais e menos valias consoante o período de detenção dos ativos, respetivamente.
Neste contexto, a primeira questão que surge é a de saber se este incentivo fiscal se aplica somente a ações de empresas portuguesas ou se as ações de empresas estrangeiras cotadas também estão incluídas.
Ora, a presente norma não contém qualquer limitação geográfica nem de dimensão da empresa para que se possa beneficiar do regime (exige sim que as mesmas estejam cotadas). Quer isto dizer que, em princípio, desde que o saldo positivo entre mais e menos valias seja obtido via alienação de participações sociais de empresas cotadas (admitidas à negociação) e OIC abertos, pode o contribuinte usufruir deste regime, podendo tratar-se tanto de ações de empresas portuguesas como estrangeiras.
Por fim, um alerta para o facto da Lei n.º 31/2024 não estabelecer qualquer regime transitório. Assim, em princípio, este novo regime aplicar-se-á imediatamente, mesmo que o saldo positivo acima mencionado resulte de ações e outros valores mobiliários adquiridos antes da entrada em vigor da lei. Como sempre, a falta de um regime transitório pode vir a gerar conflitos com a Autoridade Tributária.

2. Equiparação do PEPP aos PPR's

Para além da medida acima, esta Lei prevê a equiparação para efeitos fiscais do Produto Individual de Reforma Pan-Europeu ("PEPP"), passando-lhe a ser aplicável os benefícios e regime fiscal dos Planos Poupança-Reforma ("PPR") nomeadamente a dedução em sede de IRS (artigo 21.º do EBF) e a possibilidade do reinvestimento do valor de realização da venda de habitação própria e permanente ser efetuado em PEPP (nos termos do n.º 7 do artigo 10.º do Código do IRS).
Quer isto dizer que entregas feitas para o PEPP passam a qualificar 1) para dedução à coleta de IRS (como se de outro PPR se tratasse) e 2) para as opções de reinvestimento no caso de alienação de habitação própria e permanente para sujeitos passivos reformados ou com mais de 65 anos de idade.

OUTRAS ALTERAÇÕES DA LEI N.º 31/2024

1. Organismos de investimento coletivo de apoio ao arrendamento

Esta Lei também pretende incentivar o mercado da habitação ao prever benefícios tanto em IRS como em IRC.
Assim, foi aditado um novo artigo (artigo 24.º-A) ao Estatuto dos Benefícios Fiscais ("EBF"), que prevê que, cumpridos determinados requisitos, os rendimentos decorrentes de distribuições, resgates ou liquidações obtidos por investidores em OIC constituídos (ou alterados nos seus documentos constituídos), até 31 de dezembro de 2025, cuja ativo seja constituído em pelo menos 5% por imóveis destinados ao arrendamento ou subarrendamento habitacional a preços acessíveis, passam a beneficiar de exclusão de tributação, entre 2,5% e 10%, em IRS e IRC.

2. Incentivo à negociação em mercado regulamentado

Ao EBF foi ainda aditado o artigo 32.º-E que prevê um incentivo à negociação em mercado regulamentado.
Nos termos desta norma, passou a estar previsto uma majoração para efeitos de lucro tributável de 100% (em 50% no caso da segunda admissão em bolsa) dos gastos suportados pelas empresas, que cumpram determinados requisitos (ex.: ser qualificada como micro, pequena ou média empresa, SmallMidCap ou MidCap, não tenha dividas fiscais, entre outros), relativos à primeira admissão à negociação em mercado regulamentado dos valores mobiliários representativos do seu capital social ou relativos à oferta de valores mobiliários ao público realizada no mesmo ano fiscal ou ano fiscal anterior a essa admissão à negociação, da qual resulte uma dispersão mínima de 20 % do seu capital social.
Ao prever a possibilidade dos gastos com a admissão ao mercado de capitais poderem ser considerados em dobro para efeitos fiscais, esta Lei espera tornar mais atrativo a entrada nesse mercado por parte das empresas.
No entanto, a aplicação deste regime está sujeita às regras europeias aplicáveis em matéria de auxílios de minimis, o que pode fazer com que seja de aplicabilidade restrita.

Conclusão

Como podemos verificar, tanto do lado das empresas como do lado dos particulares (investidores) foram criados alguns incentivos fiscais para dinamizar o mercado de capitais, via redução da tributação dos ganhos em IRS e majoração de gastos com admissão à negociação.
É verdade que estes incentivos fiscais podem ter um impacto limitado, mas é mais um passo no sentido de atrair a poupança dos investidores às necessidades de financiamento das empresas e fomentar a poupança/investimento de médio e longo prazo.
Por fim, ainda surgem algumas dúvidas sobre a interpretação e aplicação prática de algumas das alterações introduzidas, que esperamos que venham a ser esclarecidas atempadamente pelas autoridades fiscais.

MERCADOS

Dow Jones 11/set	**40347,95**
Var Sem	-1,51%
Var 2024	7,08%
Nasdaq 11/set	**17054,05**
Var Sem	-0,17%
Var 2024	13,61%
IBEX 35 11/set	**11278,90**
Var Sem	0,58%
Var 2024	11,65%
DAX 11/set	**18330,27**
Var Sem	-1,41%
Var 2024	9,42%
CAC40 11/set	**7396,83**
Var Sem	-1,39%
Var 2024	-1,94%

COLABORAÇÃO: BANCO SANTANDER

RÚBEN SANTOS, HEAD OF OUTSOURCING SERVICES DA INTEGER, ALERTA

Atrair e reter talento é o maior desafio das empresas

"Atrair e reter talento em tecnologias da informação é hoje um problema mundial e Portugal não é exceção à regra. Há falta de mão de obra especializada e os colaboradores preferem cada vez mais o trabalho remoto" – referiu em entrevista à "Vida Económica" Rúben Santos. O head of outsourcing services da Integer considera importante assumir estratégias para captar recursos humanos, como marcar presença em feiras universitárias ou incentivar os colaboradores com prémios interessantes.

A Integer já está em processo de internacionalização fora da Europa, de acordo com Rúben Santos.

Vida Económica – Como se posiciona a Integer no mercado?

Rúben Santos - A Integer é uma consultora de tecnologias de informação (TI) fundada em 2007 com foco em outsourcing, tendo, entretanto, alargado a sua oferta a serviços de cibersegurança (prevenção, deteção e correção) e a desenvolvimento de software à medida (para empresas de grande, média e pequena dimensão). Na sequência do crescimento sustentado e do trabalho efetuado, já somos considerados uma referência no mercado, quer pelos clientes quer pelos outros players. Como tal, a Integer já recebeu seis vezes consecutivas – desde 2018 – o prémio PME Líder, e desde 2021, duas distinções PME Excelência. Estes dois selos são atribuídos pelo IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação e visam distinguir empresas nacionais com desempenhos superiores.

VE – Perante uma concorrência considerável, como se distingue a Integer no mercado?

RS - A Integer distingue-se da concorrência por várias razões, as quais decorrem do binómio C&C que temos sempre presente: Colaborador & Cliente. Em primeiro lugar, o colaborador está inevitavelmente no centro das nossas decisões, pois consideramos que o elemento humano é o verdadeiro ativo de uma empresa. Isto porque, se for bom profissional e boa pessoa (de extrema importância), seguramente que isso se vai refletir no valor que devolvemos ao cliente e no ambiente que se vive na estrutura interna da organização. Por sua vez, no que toca ao cliente, temos sempre uma postura de criar uma relação de confiança e de surpreender pela positiva. Isto significa que em todas as ocasiões cumprimos prazos, selecionamos o candidato certo para a função certa (fundamental) e apresentamos produtos e serviços inovadores e adequados ao projeto.

VE – Quais os principais desafios que se colocam à vossa atividade?

RS - O principal desafio é, sem dúvida, a nível de recursos humanos. Atrair e reter talento em TI é um problema mundial e, claro, também se manifesta de forma acentuada no nosso país. Esta situação deve-se essencialmente a dois fatores: falta de mão de obra especializada e os colaboradores preferirem cada vez mais o trabalho remoto (apesar de, em vários projetos a presença física ser necessária).

A formação é essencial para os colaboradores

VE – Nesse contexto, como é possível atrair e reter o talento estrangeiro e nacional?

RS - Para conseguir fazer face a este cenário, a Integer adotou várias estratégias. Para atrair talento, por exemplo, não abdicamos de três ingredientes-chave: marcar presença em relevantes feiras universitárias (onde se encontra a inovação), ativar ferramentas de recrutamento como o LinkedIn e incentivar os colaboradores com prémios interessantes – através do nosso programa BestFriendsForever –a recomendarem colegas que considerem os mais indicados para a vaga em causa. Por outro lado, oferecemos um pacote salarial em linha com o mercado, um bom seguro de saúde e parcerias com mais de 40 empresas. Contudo, o que realmente nos diferencia são todas as medidas que somamos a esta base de partida e que sabemos que os profissionais de TI apreciam cada vez mais. A formação é uma delas. Por isso, disponibilizamos em permanência cursos certificados para competências técnicas em áreas de interesse – relacionadas ou não com as funções – e criámos o Better IN, um Programa de Liderança e Transformação para Executivos e Equipas, o qual tem como foco o desenvolvimento pessoal. Paralelamente, concebemos programas internos como o Game IN (jogos com prémios atrativos) e o Trade IN (o nosso Marketplace). Por outro lado, como o colaborador é o fio de prumo da Integer, promovemos uma cultura de proximidade e de valorização individual e de grupo, a qual inclui: acompanhamento personalizado (através de mentor e de gestor do projeto); organização de eventos (festas da empresa, team-buildings e afterworks) e oferta de bolo de aniversário e de kit de parentalidade. Para colaboradores estrangeiros, além de os apoiarmos em todo o processo de relocation, lançámos o Integer Living Hub, um programa que assegura durante cerca de noves meses casa e escritório no mesmo edifício.

Projetos mais relevantes

VE – Quais os vossos projetos mais relevantes?

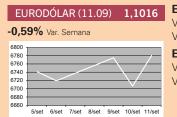
Elemento humano é verdadeiro ativo de uma empresa

RS - Quando falamos de projetos de desenvolvimento de software à medida, saliento dois que considero que o nosso contributo teve um enorme impacto no negócio dos clientes. O primeiro caso foi em S. Miguel, nos Açores, e diz respeito a uma parceria com uma empresa local com mais de 30 anos de trabalho no retalho grossista de fruta e de produtos hortícolas. A transformação digital que as nossas equipas introduziram – um sistema que centraliza todas as operações – aumentou muito a eficiência operacional interna entre departamentos, melhorou imenso a experiência do consumidor e reduziu de forma considerável os custos. O segundo exemplo é o de um cliente do setor automóvel que pretendia modernizar o processo de avaliação de desempenho dos colaboradores. A solução passou por criar um software personalizado, o qual proporcionou mais transparência, objetividade e eficiência à gestão de recursos humanos, tornando este processo mais simples e com menos atritos para todos. Neste momento contamos com mais de 45 clientes e mais de 250 consultores envolvidos em projetos que estão a ser realizados nos setores da banca, das telecomunicações, do retalho, dos serviços e da Administração Pública, nomeadamente nestas marcas: CTT, BPI, NOS, Worten e Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS).

VE – A Integer já está em processo de internacionalização?

RS - Sim. Em rigor, a internacionalização começa oficialmente em 2021, com a abertura de um escritório em São Paulo para efeitos meramente burocráticos, pois os 34 colaboradores que temos no Brasil trabalham a partir de casa para projetos fora do país. Em 2022, a Integer alargou este processo, marcando já presença, sobretudo a nível de outsourcing, no Reino Unido (Irlanda é onde temos mais projetos), Bélgica e Suíça. Já neste ano, a aposta na Europa passa por consolidar a atuação nos referidos mercados e também por conquistar novos, tais como Espanha, Países Baixos e Luxemburgo. Fora do velho Continente, reforçámos a equipa de comerciais para os EUA e o Canadá. Todos os mercados referidos foram escolhidos por terem muito potencial, quer pela falta de mão de obra especializada em TI quer pela necessidade de serviços tecnológicos que a Integer disponibiliza (outsourcing, software à medida e cibersegurança).

EURODÓLAR (11.09) 1,1016

-0,59% Var. Semana

-0,20% Var. 2024

Euro/Libra 11/set......0,8451
Var Sem ....-0,27%
Var 2024.........................2,58%

Euro/Iene 11/set...156,3300
Var Sem 1,89%
Var 2024........................-0,40%

EURIBOR 3M (11.09) 3,4670

0,52% Var. Semana

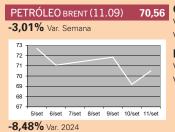
-11,31% Var. 2024

Euribor 6M 11/set.....3,4670
Var Abs Sem ....-3,05%
Var 2024......................-15,15%

Euribor 1Y 11/set......2,9600
Var Abs Sem ....-4,33%
Var 2024......................-15,74%

PETRÓLEO BRENT (11.09) 70,56

-3,01% Var. Semana

-8,48% Var. 2024

Ouro 11/set 2516,09
Var Sem 0,80%
Var 2024.......................21,94%

Prata 11/set................28,65
Var Sem 1,34%
Var 2024.......................20,41%

COLABORAÇÃO: BANCO SANTANDER

Matoaka prepara entrada no mercado espanhol

A Matoaka, empresa que disponibiliza uma plataforma de compra e venda de negócios, quer ser uma referência em M&A (fusões e aquisições) para micro e pequenas empresas em Portugal. "Nos próximos cinco anos planeamos concretizar entre 60 a 90 operações anuais no mercado nacional. Num prazo de dois anos, o objetivo é iniciar as operações no mercado espanhol" – referiu à "Vida Económica" Paulo Lima. O cofundador e coCEO da Matoaka admite que a tecnologia tem um papel central na atividade da empresa.

A Matoaka é uma empresa 100% portuguesa que funciona como um ecossistema empresarial inovador, focado em impulsionar a cooperação e o crescimento sustentável das micro e pequenas empresas (MPE). "Comprometemo-nos a identificar oportunidades e a promover o crescimento de negócios através de dois serviços principais: Energize e Transfer. O Energize centra-se na capacitação e crescimento das empresas, dividido em duas fases. A primeira fase, denominada 'Feel it', consiste numa imersão intensiva de dois dias, onde a nossa equipa conhece o negócio e estabelece uma relação de proximidade com os gestores. A segunda fase, 'Do it', consiste na implementação e monitorização lado a lado com o cliente do plano de ações estabelecido na primeira etapa. O objetivo do Energize é proporcionar aos gestores conhecimento especializado, apoio multidisciplinar e as ferramentas normalmente acessíveis apenas às grandes organizações", adiantou Paulo Lima. Já o Transfer é uma plataforma online dedicada à compra e venda de micro e pequenas empresas. O seu principal objetivo é tornar o processo de M&A (fusões e aquisições) transparente e ágil. Ao agregar informações financeiras essenciais de forma estruturada e clara, permite aos possíveis investidores uma visão rápida e simplificada dos principais indicadores de mercado e informações comparativas do setor.

"Nos próximos cinco anos planeamos concretizar entre 60 a 90 operações anuais no mercado nacional" – afirma Paulo Lima, cofundador e coCEO da empresa.

Tecnologia tem um papel central na atividade da empresa

Para os próximos tempos, a estratégia na Matoaka é clara. "Queremos ser a referência em M&A para micro e pequenas empresas em Portugal e ter impacto no crescimento sustentado das micro e pequenas empresas. Pretendemos atrair organizações que desejam vender, investidores à procura de novas oportunidades de negócio e gestores que ambicionem fazer o caminho de micro a pequena, pequena a média e média a grande empresa. Nos próximos cinco anos, planeamos concretizar entre 60 a 90 operações anuais no mercado nacional, contribuindo significativamente para a valorização das MPE em Portugal. Paralelamente, num prazo de dois anos, planeamos expandir as nossas operações para o mercado espanhol, dada a semelhança com o nosso mercado e a sua vasta dimensão", concluiu.

Hermenêutica

VÍTOR NORINHA
Jornalista
vnorinha@grupovidaeconomica.pt

Habitação, o flop esperado

Não se espera que o problema da habitação, quer seja de habitação própria e permanente, quer seja de habitação de férias ou habitação para exploração turística, ficasse resolvido em cinco meses de governação. Os temas a solucionar paralelos à habitação e as promessas feitas na companha eleitoral condicionam decisões futuras de fundo.
Mas, convenhamos, o problema de habitação não tem linhas de orientação e é um flop, quer quando visto do lado dos jovens, do lado dos inquilinos, do lado dos senhorios ou do lado dos investidores. Talvez a classe profissional minimamente satisfeita seja a dos investidores em AL, que viu (ou vai ver) revogada a contribuição extraordinária de 15% com efeitos retroativos a 31 de dezembro último. Todo o resto se assemelha a um flop. A habitação para jovens não terá solução enquanto a oferta não descolar via privados ou via investimento público. Continua-se a apostar todas as fichas na construção potenciada pelo PRR mas, é construção que leva tempo. Continua-se a falar de edifícios públicos que podem ser transformados mas não há projetos e muito menos obras de vulto nesse campo. E, relembremos que não é vergonha ou facciosismo ideológico apostar na habitação promovida pelo setor público pois essa é a maior parte da habitação existente em algumas cidades europeias com Governos sociais-democratas. E também é de pouco valor para os jovens os incentivos a nível de IMT pois o tecto do valor de aquisição é curto e aplica-se a frações com valores reduzidos e que permitem comprar em cidade o que é velho e/ou antigo. Mas, mesmo estes imóveis têm, claramente, preços especulados. Aliás, com o anúncio de incentivos aos jovens os promotores reagiram..., aumentando preços numa lógica de oferta/procura. Ainda falando de AL a mais recente decisão foi retirar poder aos condóminos e hoje pode existir AL em qualquer lado e quem não estiver bem que se mude...
Por seu lado, aquilo que os senhorios pediam - nomeadamente os não profissionais e que entraram na compra de frações para arrendar e gerar um rendimento para a reforma - era segurança no arrendamento. Aquilo que o Governo anterior fez relativamente aos 200 mil contratos antigos, que existem sobretudo em Lisboa e Porto, foi atribuir um parco subsídio aos senhorios e que obriga a grande burocracia, quando aquilo que teria lógica era darem subsídios aos inquilinos que comprovassem não ter rendimentos suficientes.
Sabemos que se pode construir 1 ou 2 milhões de habitações e serão sempre escassas, assim como o espaço para contruir que é limitado. O tema acaba por entroncar nos impostos e taxas que as frações novas são obrigadas a pagar, na falta de espaços urbanizáveis públicos e, em parte, nos novos residentes imigrantes que precisam de habitação e que chegam sem cartas de chamada e sem entidades patronais que lhes garantam habitação em condições e ordenado. Os políticos continuam a não saber pensar e a esticar a corda perante os eleitores. Até quando? Deixaram a habitação chegar a preços estratosféricos e isso é o grande passo para o abismo quando os jovens nacionais, os não residentes permanentes, imigrantes, nómadas digitais e outros descobrirem que existe um outro território promissor na Europa, ou fora dela. Aliás, este verão houve um sinal claro do impacto de aumento de preços. Aconteceu no setor da hotelaria que aproveitou a "onda" de subidas desmesuradas dos preços nos serviços e perdeu muitos clientes nacionais que optaram por Espanha, Adriático, Europa tradicional ou destinos exóticos. Os preços assim obrigaram.

> ***"Não é vergonha ou facciosismo ideológico apostar na habitação promovida pelo setor público pois essa é a maior parte da habitação existente em algumas cidades europeias"***

Mercado automóvel europeu atravessa sérias dificuldades

O anúncio da VW para encerrar fábricas na Alemanha mostra bem o momento difícil que atravessa o setor automóvel europeu. O aumentos dos custos devido à crise energética, a fraca expansão do automóvel elétrico e os construtores chineses de veículos eletrificados têm penalizado fortemente os fabricantes europeus. Outros grandes atores do setor, como a Stellantis e a Renault, também se veem obrigados a alterar os seus planos.

Os construtores automóveis europeus estão a ter muitas dificuldades para mudar da combustão para os elétricos. O inesperado abrandamento da adoção dos automóveis elétricos, em conjunto com os baratos veículos eletrificados fabricados por empresas chinesas, está a pressionar fortemente a indústria automóvel do Velho Continente. Novos concorrentes estão a entrar no mercado europeu, ao mesmo tempo que a Alemanha tem perdido competitividade enquanto um país de negócios. O anúncio da VW mostra quão séria é neste momento a situação, sendo que a situação não se limita ao território germânico. Com efeito, já se falava de um possível encerramento da fábrica de Bruxelas. Ora, já se fala de uma intervenção do Governo alemão para evitar despedimentos.

Os grandes construtores europeus estão a mudar de rumo, tentando fazer face à travagem na procura de carros elétricos para que se tinham preparado. O fecho de fábricas é uma opção. A Stellantis comunicou que tencionava fechar duas fábricas no Reino Unido, a menos que o Governo aplicasse estímulos para a compra de carros elétricos. A Renault parou a produção numa fábrica em França, depois de 72 anos de atividade. Uma das soluções avançadas foi a criação de um consórcio de fabricantes europeus para aumentar a competitividade, mas para já não passa de uma ideia.

Unicredit e Commerzbank impulsionam consolidação bancária na Europa

A muito desejada concentração bancária na Europa pode chegar por via do alemão Commerzbank e do italiano Unicredit. A instituição alemã abriu a possibilidade de uma fusão com o Unicredit ao permitir a aquisição de 9%, metade ao Governo germânico e outros 4,5% no mercado.

As ações do Commerzbank chegaram a disparar 18%, face à perspetiva deste negócio. Esta operação vai de encontro ao desejo do Banco Central Europeu (BCE) de criar bancos mais sólidos e solventes fora das fronteiras dos países que sejam capazes de concorrer com gigantes internacionais e tenham a capacidade de sustentar ciclos económicos adversos. O Unicredit vai explorar oportunidades para criar valor. A intenção será de aumentar a participação no capital do Commerzbank. Caso se venha a concretizar uma fusão, então estará na posição de concorrer, por exemplo, com o Deutsche Bank. O Unicredit já está na Alemanha através do HypoVereinsbank.

BCE quer bancos mais sólidos e solventes

A entrada do Unicredit acontece depois de uma fusão falhada por parte do Deutsche Bank. No início do ano, houve rumores de uma fusão com o Commerzbank, o que daria origem a uma megabanco europeu. No entanto, tal acabou por não acontecer. Já o Unicredit tem protagonizado várias operações fora de Itália, com a compra de bancos mais pequenos.

ANA MARIA BANDEIRA
Vice-Presidente do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Politécnico do Porto. Professora Coordenadora e investigadora integrada do CEO.PP

Um novo paradigma de sustentabilidade e competitividade para as empresas portuguesas

No passado dia 5 de julho, foi publicado no Jornal Oficial da União Europeia a Diretiva (UE) 2024/1760 do Parlamento Europeu e do Conselho sobre o dever de diligência das empresas em matéria de sustentabilidade (CS3D), que altera a Diretiva (UE) 2019/1937 e o Regulamento (UE) 2023/2859. Esta nova legislação representa uma etapa crucial num período de intensas reformas legislativas que têm vindo a transformar o panorama empresarial europeu, promovendo práticas mais responsáveise sustentáveis.

Nos últimos anos, o mundo empresarial europeu tem sido confrontado com uma onda de reformas que visam alterar profundamente a forma como as empresas operam. Entre estes, a CS3D destaca-se como uma das mais impactantes, desafiando o status quo e estabelecendo um novo paradigma de responsabilidade social e ambiental. No contexto português, esta disposição surge como um desafio monumental, mas também como uma oportunidade ímpar para fortalecer e modernizar o tecido empresarial nacional, alinhando-o com as exigências de um mercado cada vez mais atento à sustentabilidade e à ética empresarial. Num cenário em que consumidores e investidores dão crescente valor às práticas responsáveis, a adaptação à CS3D poderá ser uma chave para que as empresas portuguesas não só sobrevivam, mas prosperem no mercado global. Implementar esta cláusula não é apenas uma questão de conformidade legal, é uma oportunidade para redefinir estratégias, melhorar a competitividade e fortalecer a concorrência internacional das empresas nacionais. Assim, a CS3D não deve ser vista apenas como uma obrigação, mas como um convite a inovar e a liderar com responsabilidade.

A CS3D exige que as empresas assumam um papel ativo na identificação, prevenção e mitigação de impactos negativos em direitos humanos e no meio ambiente, não apenas nas suas operações diretas, mas ao longo de toda a cadeia de valor. Para o tecido empresarial português, composto em grande parte por pequenas e médias empresas (PMEs), isto representa um desafio particularmente complexo. Estas empresas, muitas vezes sem recursos ou know-how suficientes, veem-se agora obrigadas a implementar sistemas de diligência devida, a monitorizar fornecedores e a adotar uma postura proativa na sua responsabilidade social.

O impacto do CS3D no tecido empresarial português será sentido de forma diversa, dependendo da dimensão e do setor de atividade das empresas. As grandes empresas, já habituadas a operar em mercados internacionais, tendem a estar mais preparadas para este novo quadro regulatório, podendo adaptar-se com maior facilidade e celeridade. Por outro lado, as PME enfrentarão uma curva de aprendizagem mais estreita, mas o apoio institucional e as parcerias estratégicas podem ser cruciais para facilitar esta transição.

Há, no entanto, um aspeto transversal que não pode ser ignorado: a necessidade de uma mudança cultural. A CS3D não se trata apenas de implementar procedimentos e cumprir regulamentos. Exige uma mudança profunda na mentalidade empresarial, onde a sustentabilidade deixa de ser um apêndice e passa a ser o núcleo da estratégia empresarial. As empresas portuguesas que souberem integrar esta visão de longo prazo não estarão apenas cumprir a lei, mas construir as bases para uma prosperidade, fé e ética.

No entanto, o caminho não será fácil. A resistência à mudança, a complexidade dos novos processos e a incerteza quanto aos custos e benefícios são obstáculos reais que o tecido empresarial português terá de enfrentar. Mas, como em tantos outros momentos da nossa história, são nos desafios que residem a semente da inovação e do progresso.

A CS3D poderá ser, para Portugal, a iniciativa de uma nova era empresarial, onde o compromisso com a sustentabilidade se torna sinónimo de competitividade, resiliência e liderança. A capacidade das nossas empresas se adaptarem e prosperarem neste novo cenário será, em última análise, o verdadeiro teste ao nosso engenho e à nossa vontade de construir um futuro mais justo e sustentável para todos.

BCE arrisca ser demasiado restritivo

A continuação do abrandamento da inflação na Zona Euro permitirá ao BCE reduzir ainda as suas taxas diretoras, mas existe o risco da instituição manter uma política demasiado restritiva. Importa fazer convergir a inflação para o objetivo de 2%, mas evitar contrair a economia mais do que o necessário, já que é preciso crescimento na Europa, em especial de investimentos, na perspetiva de Piero Cipollone, membro do diretório do BCE.

OPEP+ pode reverter aumento da oferta

A OPEP + poderá recuar na sua estratégia de aumentar a produção, tendo em conta os baixos preços do petróleo. No mínimo, tudo aponta para que possa atrasar o processo e esperar pelo que sucederá nos próximos tempos. A China está a revelar problemas económicos e a economia norte-americana dá sinais de alguma debilidade, o que impllica uma menor procura. Entretanto, a líbia poderá aumentar a oferta de petróleo.

ESTUDO DA VISA APONTA A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO O MAIOR FATOR DE MUDANÇA

Pagamentos digitais podem poupar aos cidadãos europeus até 250 mil milhões de euros

A Visa apresentou o seu primeiro estudo sobre a forma como os pagamentos digitais influenciam a eficiência económica e contribuem para uma sociedade mais conectada e inclusiva – estudo conduzido pela Morning Consult entre maio e junho de 2024. As conclusões foram reveladas no Visa Payments Forum Europe, que decorreu em Paris de 3 a 6 de setembro e que contou com a presença de mais de mil bancos clientes e parceiros.

Charlotte Hogg, diretora-geral da Visa Europa, salienta o potencial da tecnologia para revolucionar o comércio, que traz benefícios a milhares de milhões de vendedores, indivíduos e economias.

O estudo identifica as principais tendências que estão a moldar o futuro dos pagamentos: a identidade digital; a ascensão dos consumidores como vendedores; a multiplicação de serviços configuráveis; as finanças integradas e a inteligência artificial (IA).

Os resultados indicam que a democratização do acesso aos dados vai aumentar a confiança dos consumidores nas empresas. Este estudo, que inquiriu oito mil europeus, revelou que 69% acreditam que as empresas beneficiam mais da utilização dos seus dados do que eles próprios. E sublinhou ainda que os consumidores estão mais preocupados com a forma como os seus dados serão utilizados do que com os benefícios pessoais que daí possam retirar. Concluiu também que, quando os consumidores têm maior controlo sobre os seus dados, estão mais dispostos a partilhá-los com empresas em que confiam, para que os utilizarem de forma responsável.

IA é fator essencial de mudança

A IA é apontada pela Visa como um fator essencial de mudança. Os europeus podem vir a poupar até 250 mil milhões de euros por ano se adotarem ferramentas digitais de gestão, como a IA generativa, para gerirem as suas finanças. De acordo com o estudo, 36% dos inquiridos afirmam confiar mais na IA agora do que há um ano, percentagem que sobe para 47% entre a Geração Z.

A biometria também é indicada como tendo o poder de desbloquear inúmeras potencialidades. As proteções biométricas, numa carteira digital ou num documento de identidade, reduzem o atrito muitas vezes criado pelas palavras-passe. Ou seja, a Visa estima que o recurso à biometria possa ajudar as empresas a obter até 43 mil milhões de euros em vendas anuais adicionais – e reduzir a fraude em até 483 milhões de euros por ano.

> **Biometria possa ajudar as empresas a obter até 43 mil milhões de euros em vendas**

O aumento das possibilidades de escolha na hora de pagar, tem também um peso interessante nas conclusões deste estudo. Um retalhista que adicione a opção ‘Click to Pay’ ao checkout online pode aumentar as suas receitas até 30% – o que pode levar a um aumento anual de até 51 mil milhões de euros nas vendas de comércio eletrónico das PME na União Europeia e no Reino Unido. Verificam-se, hoje, múltiplas formas de interagir com os retalhistas e prestadores de serviços, mas uma interface digital personalizável, que permita um maior controle e visibilidade sobre as opções de pagamento e transações financeiras, trará, certamente, inúmeros benefícios.

Quanto aos pagamentos ‘phygital’ (combinação de físico e digital), prevê-se que se tornem parte integral das nossas transações diárias – como o pagamento através de gestos; comandos de voz, ou através de sistemas integrados no automóvel (como o pagamento de portagens ou o abastecimento de combustível) sem utilização de um cartão bancário ou telemóvel. As finanças integradas deixarão de ser uma novidade e passarão a ser a norma.

IA pode apoiar “nano-vendedores”

Hoje, qualquer pessoa pode tornar-se vendedor com apenas alguns cliques (e assim surgem milhares de milhões de vendedores). A IA pode apoiar estes “nano-vendedores” na expansão dos seus negócios. O mesmo estudo indica que 71% das PME e dos empresários concordam que, se a IA os ajudar a fazer crescer o seu negócio, confiarão nessa tecnologia para o fazer. Vale a pena mencionar que 67% das PME europeias estão atualmente digitalizadas, e se colmatássemos essa lacuna de 33%, as empresas teriam um aumento combinado das receitas de mais de 200 mil milhões de euros, por ano, em termos reais.

Charlotte Hogg, diretora-geral da Visa Europa, salienta o potencial da tecnologia para revolucionar o comércio, que traz benefícios a milhares de milhões de vendedores, indivíduos e economias: “A tecnologia que, ainda não há muito tempo, parecia saída de um filme de ficção científica, está praticamente pronta para proporcionar experiências de pagamento mais simples, e acrescentar milhares de milhões de euros em valor económico à Europa. E chegará num abrir e piscar de olhos”. De acordo com Charlotte Hogg, superar a lacuna na escalabilidade das tecnologias de pagamento nas áreas acima mencionadas “vai proporcionar oportunidades socioeconómicas significativas para pessoas, empresas e economias. A chave está nos dados. Estamos, de facto, a avançar para uma nova fronteira de pagamentos, em que os dados já não são uma matéria-prima, mas um recurso e uma ferramenta essencial, e que pode ser utilizada para criar grandes oportunidades de crescimento às empresas, e experiências de pagamento mais seguras e personalizadas”.

PSI-20 - ANÁLISE DE LONGO PRAZO

No início da última semana, o PSI valorizou, tendo quebrado novamente a resistência presente no nível dos 6 800 pontos, onde renovou máximos de 24 de julho em torno dos 6 809 pontos. Posteriormente, o índice português perdeu algum terreno, voltando a transacionar abaixo da resistência

DAX 30 - ANÁLISE DE LONGO PRAZO

O DAX desvalorizou de forma consecutiva ao longo da semana passada, tendo quebrado o suporte presente nos 18 400 pontos, onde renovou mínimos de mais de 3 semanas nos 18 220 pontos. O próximo suporte do índice está presente nos 18 000 pontos.

MERCADO MONETÁRIO INTERBANCÁRIO

FILIPE GARCIA
Economista da IMF – Informação de Mercados Financeiros
filipegarcia@imf.pt

Euribor a 1 ano já abaixo de 3% em semana de BCE

As taxas Euribor continuaram a recuar na última semana, num movimento que levou a Euribor a 1 ano a tocar em mínimos desde dezembro de 2022, já abaixo dos 3%. A referência a 1 mês encontra-se já próxima de 3.5%, descontando já totalmente o corte de setembro do BCE. A curva de rendimentos recuou em torno de 25 pontos base, com o mercado a antecipar que a Euribor a 6 meses estará abaixo dos 2,50% dentro de 6 meses, estabilizando posteriormente acima dos 2,00%, face aos 2,25% vistos na semana passada. Os mercados estão a descontar pelo menos mais dois cortes nas taxas de juro este ano, em setembro e dezembro, e também veem com uma alta probabilidade a hipótese de um novo corte em outubro, em parte devido à deterioração das perspetivas de crescimento e às expectativas de que a Reserva Federal dos EUA irá flexibilizar a política a um ritmo mais acentuado.

A semana foi marcada pela reunião do Banco Central Europeu, com os comentários que a precederem a serem mais escassos, mas a irem o sentido de maior conforto com os dados da inflação. Numa entrevista ao jornal alemão FAZ, Joachim Nagel afirmou que "a grande vaga de inflação acabou", mas acrescentou que não tem ainda uma decisão acerca de quando e como as taxas de juro deverão descer. Mas, vindo de alguém que normalmente prefere juros mais altos, são declarações com significado porque admitiu que inflação está no bom caminho. Piero Cipollone, membro do Conselho do BCE, disse a um jornal francês que o BCE já corre o risco de se tornar demasiado restritivo. Cipollone acredita que há um risco real de que a posição do BCE se torne demasiado restritiva, acrescentando que a instituição tem de garantir que a inflação converge para o objetivo sem travar desnecessariamente a economia. A possibilidade de o BCE ter travado desnecessariamente a economia ficou evidente na divulgação dos dados económicos mais recentes, como a confiança dos consumidores e os indicadores de atividade, em especial no sector da indústria transformadora, o que representa um risco para as perspetivas de crescimento da Zona Euro. O abrandamento da economia europeia tem sido motivo de discussão, tendo Mario Draghi afirmado que a União Europeia necessita de uma política industrial muito mais coordenada, de decisões mais rápidas e de investimentos massivos se desejar acompanhar o ritmo económico dos seus principais rivais - os Estados Unidos e a China. Os dados da inflação vieram reforçar as perspetivas de cortes por parte do BCE, tendo a inflação na Alemanha recuado para mínimos de três anos em agosto, nos 2%. Nas taxas fixas, os rendimentos dos Bunds alemães caíram para mínimos de duas semanas, já perto dos 2.10%. As taxas a 10 anos de Portugal atingiram um novo mínimo do ano, a 2.75%, com o spread face à Alemanha em zona de mínimos de dois anos, entre 60 e 65 pontos base.

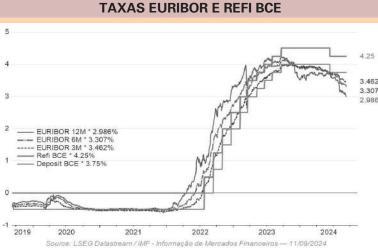
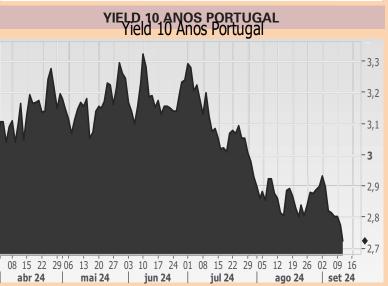
ANÁLISE PRODUZIDA A 11 DE SETEMBRO DE 2024

EVOLUÇÃO EURIBOR (EM BASIS POINTS)

	10.setembro.2024	3.setembro.2024			13.agosto.2024		
1M	3,489%	3,561%	↓	-0,072	3,635%	↓	-0,146
3M	3,460%	3,458%	↑	0,002	3,542%	↓	-0,082
6M	3,293%	3,381%	↓	-0,088	3,441%	↓	-0,148
1Y	2,970%	3,113%	↓	-0,143	3,180%	↓	-0,210

TAXAS EURIBOR E REFI BCE

Source: LSEG Datastream / IMF - Informação de Mercados Financeiros — 11/09/2024

YIELD 10 ANOS PORTUGAL

FUTUROS EURIBOR

Data	3 Meses Implícita
outubro 24	3,330%
dezembro 24	2,990%
março 25	2,440%
dezembro 25	1,865%
junho 26	1,875%
dezembro 26	1,950%

CONDIÇÕES DOS BANCOS CENTRAIS

BCE	Euro Refinancing Rate	4,25%
	Euro Marginal Lending Facility	4,50%
	Euro Deposit Facility	3,75%
	*desde 18 de julho 2024	
EUA	FED Funds	5,50%
R.Unido	Prime Rate	5,00%
Brasil	Taxa Selic	10,50%
Japão	Repo BoJ	-0,10%

EURO FRA'S
Forward Rate Agreements

Tipo*	Bid	Ask
1X4	3,328	3,348
3X6	2,980	3,030
1X7	3,139	3,159
3X9	2,770	2,790
6X12	2,299	2,319
12X24	2,036	2,056

*1x4 – Período termina a 4 meses, com início a 1M

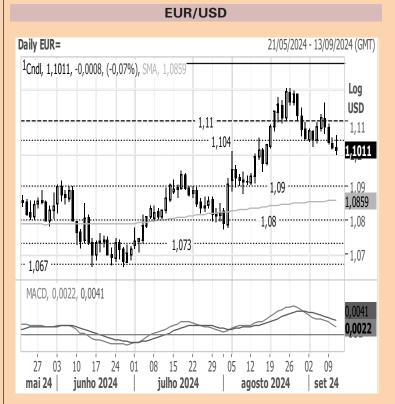
EURO IRS
InterestSwapsvs Euribor 6M

Prazo	Bid	Ask
2Y	2,409	2,415
3Y	2,291	2,295
5Y	2,262	2,266
8Y	2,313	2,317
10Y	2,358	2,368

Obrigações	5Y	10Y
Portugal	2,23	2,72
Espanha	2,45	2,92
França	2,41	2,81
Alemanha	1,96	2,10
Itália	2,79	3,46
Reino Unido	3,60	3,75
EUA	3,41	3,63
Japão	0,49	0,85

Fontes: Reuters e IMF

RUI COSTA ruicosta@imf.pt

Eur/Usd renovou mínimos de mais de 3 semanas

EUR/USD

Eur/Usd

O Eur/Usd apresentou uma semana volátil. Iniciou com uma valorização, onde quebrou a resistência presente nos $1.11, no entanto, nas sessões seguintes, o par perdeu terreno durante 4 sessões consecutivas, tendo quebrado o suporte dos $1.1040, onde mais tarde renovou mínimos de mais de 3 semanas em torno dos $1.1005.

Eur/Jpy

O Eur/Jpy desvalorizou, de forma consecutiva, ao longo da última semana, onde renovou mínimos de início de agosto pelos 155,48 ienes. O Eur/Jpy conta agora com um suporte no nível dos 150 ienes e com uma resistência nos 160.

Eur/Gbp

Após na semana anterior, o Eur/Gbp ter renovado mínimos de finais de julho, abaixo do suporte das £0,8400, o par valorizou na última semana, afastando-se de tal suporte. Atualmente, o Eur/Gbp cota em torno dos £0,8462, em máximos de 2 semanas.

	11 setembro/2024	Var. Semanal (%)	Var. a 30 dias (%)	Var. desde 1 jan (%)
EUR/USD	1,1043	-0,06%	0,22%	3,37%
EUR/JPY	156,60	-2,28%	-3,32%	12,16%
EUR/GBP	0,8438	0,15%	-1,64%	-4,80%
EUR/CHF	0,9358	-0,40%	-1,65%	-5,22%
EUR/NOK	11,9370	1,12%	1,45%	13,54%
EUR/SEK	11,4350	0,21%	-0,43%	2,41%
EUR/DKK	7,4624	0,03%	0,01%	0,34%
EUR/PLN	4,2873	0,20%	-0,24%	-8,42%
EUR/AUD	1,6560	0,67%	-0,50%	5,48%
EUR/NZD	1,7966	0,59%	-1,95%	6,40%
EUR/CAD	1,4997	0,11%	-0,78%	3,38%
EUR/ZAR	19,7394	-0,30%	-0,94%	8,63%
EUR/BRL	6,2245	-0,44%	3,70%	9,11%

Mota-Engil faz extensão de contrato em Moçambique

A Mota-Engil assinou uma alteração e extensão do contrato atualmente estabelecido com a Vulcan, subsidiária do grupo Jundal. Dando continuidade aos serviços prestados no âmbito de um projeto de mineração em Moçambique, foi assinada uma adenda ao contrato atual, adicionando um valor de 576 milhões de dólares à carteira de encomendas do mercado moçambicano. A carteira de encomendas, na referida atividade, atinge cerca de 2,5 mil milhões de euros.

Capitalização da Euronext Lisbon sobe ligeiramente

A capitalização bolsista da Euronext Lisbon totalizou 210 036,4 milhões de euros, em agosto, mais 1,2% do que no mês anterior e menos 2,4% do que no período homólogo. O segmento acionista do mercado regulamentado cresceu 1,7% para 84 353,1 milhões de euros e o segmento obrigacionista subiu 0,8% para 125 268,2 milhões de euros. O BCP, a Galp e a EDP Renováveis foram os emitentes com maior representatividade no índice PSI.

TÍTULOS EURONEXT LISBOA — PAINEL BANCO SANTANDER

Título	Última Cotação	Variação Semanal	Máximo 52 Sem	Mínimo 52 Sem	EPS Est Act	EPS Est Fut	PER Est Act	PER Est Fut	Div. Yield Ind	Div. Yield Est	Data Act	Hora Act
ALTRI SGPS SA	4,874	1,37%	5,630	4,210	0,624	0,540	7,811	9,026	5,13%	5,83%	11/09/2024	16:55:00
IBERSOL SGPS SA	7,240	0,00%	7,640	6,400	0,388	0,436	18,660	16,606	6,91%	3,72%	11/09/2024	16:55:00
BANCO COMERCIAL PORTUGUES-R	0,403	-2,66%	0,424	0,245	0,060	0,061	6,713	6,603	4,22%	7,20%	11/09/2024	16:55:00
F. RAMADA INVESTIMENTOS SGPS SA	6,800	0,00%	7,340	6,120	0,380	0,430	17,895	15,814	8,53%	5,59%	11/09/2024	16:55:00
CORTICEIRA AMORIM SA	9,110	1,45%	10,161	8,730	0,584	0,736	15,599	12,378	2,20%	3,33%	11/09/2024	16:55:00
CTT-CORREIOS DE PORTUGAL	4,500	0,45%	4,735	3,260	0,357	0,380	12,605	11,842	3,78%	3,33%	11/09/2024	16:55:00
EDP-ENERGIAS DE PORTUGAL SA	4,106	6,10%	4,642	3,446	0,312	0,286	13,160	14,357	4,75%	4,87%	11/09/2024	16:55:00
EDP RENOVAVEIS SA	15,880	7,37%	18,730	11,910	0,418	0,543	37,990	29,245	1,27%	1,09%	11/09/2024	16:55:00
GALP ENERGIA SGPS SA	17,040	-5,49%	21,410	13,050	1,352	1,230	12,604	13,854	3,23%	3,28%	11/09/2024	16:55:00
JERONIMO MARTINS	16,600	-0,90%	24,020	15,200	1,064	1,196	15,602	13,880	3,95%	3,69%	11/09/2024	16:55:00
MOTA ENGIL SGPS SA	2,464	-11,75%	5,940	2,408	0,373	0,390	6,606	6,318	5,18%	6,49%	11/09/2024	16:55:00
NAVIGATOR CO SA/THE	3,668	0,60%	4,466	3,308	0,423	0,400	8,671	9,170	5,75%	6,62%	11/09/2024	16:55:00
NOS SGPS	3,610	0,84%	3,690	3,126	0,345	0,326	10,464	11,074	9,70%	9,42%	11/09/2024	16:55:00
PHAROL SGPS SA	0,045	-1,32%	0,059	0,034	-	-	-	-	-	-	11/09/2024	16:55:00
REDES ENERGETICAS NACIONAIS	2,450	2,30%	2,520	2,115	0,173	0,173	14,162	14,162	6,29%	6,16%	11/09/2024	16:55:00
SEMAPA-SOCIEDADE DE INVESTIM	14,340	0,56%	16,800	13,020	2,900	2,955	4,945	4,853	4,37%	5,61%	11/09/2024	16:55:00
SONAE	0,977	2,09%	0,987	0,847	0,105	0,130	9,305	7,515	5,77%	6,04%	11/09/2024	16:55:00
NOVABASE SGPS SA	5,800	0,00%	8,350	4,610	-	-	-	-	30,86%	-	11/09/2024	16:55:00
GREENVOLT-ENERGIAS RENOVAVEI	8,320	0,24%	8,575	4,872	0,425	0,735	19,576	11,320	-	-	11/09/2024	16:55:00

TÍTULOS MERCADOS EUROPEUS — PAINEL BANCO SANTANDER

Título	Última Cotação	Variação Semanal	Máximo 52 Sem	Mínimo 52 Sem	EPS Est Act	EPS Est Fut	PER Est Act	PER Est Fut	Div. Yield Ind	Div. Yield Est	Data Act	Hora Act
BANCO SANTANDER SA	4,2460	-2,49%	4,928	3,345	0,750	0,791	5,661	5,368	4,15%	4,59%	11/09/2024	16:35:28
INDUSTRIA DE DISENO TEXTIL	48,380	1,07%	49,610	32,130	1,926	2,094	25,119	23,104	2,15%	3,37%	11/09/2024	16:35:28
REPSOL SA	11,625	-2,68%	16,220	11,490	3,039	2,794	3,825	4,161	8,17%	7,97%	11/09/2024	16:35:28
TELEFONICA SA	4,211	0,31%	4,480	3,525	0,320	0,349	13,159	12,066	7,12%	7,15%	11/09/2024	16:35:28
SIEMENS AG-REG	162,140	-2,75%	188,880	119,480	10,607	11,212	15,305	14,479	2,90%	3,06%	11/09/2024	16:43:15
CARREFOUR SA	15,060	1,86%	17,510	13,140	1,865	2,186	8,075	6,889	5,78%	6,08%	11/09/2024	16:55:00
BAYER AG-REG	27,010	-3,16%	51,320	24,960	5,115	5,333	5,283	5,067	0,41%	0,71%	11/09/2024	16:37:35
DEUTSCHE BANK AG-REGISTERED	14,034	-3,08%	17,014	9,440	1,951	2,630	7,196	5,338	3,20%	4,70%	11/09/2024	16:41:28
RWE AG	32,840	1,64%	42,330	30,080	2,752	2,142	11,944	15,345	3,05%	3,35%	11/09/2024	16:35:49
VOLKSWAGEN AG	94,250	-6,31%	152,500	92,650	27,600	30,730	3,404	3,057	9,53%	9,11%	11/09/2024	16:35:07
ING GROEP NV-CVA	16,054	-0,19%	17,240	11,428	1,985	2,123	8,088	7,562	6,89%	6,31%	11/09/2024	16:55:00

Este relatório foi elaborado pela tesouraria do Banco Santander em Portugal, telf. 21 381 65 80, email: cashequities@santander.pt, com base em informação disponível ao público e considerada fidedigna, no entanto, a sua exactidão não é totalmente garantida. Este relatório é apenas para informação, não constituindo qualquer proposta de compra ou venda em qualquer dos títulos mencionados.

PAULO MONTEIRO ROSA
Economista Sénior
do Banco Carregosa

Arranha-céus e PIB, bem-estar e IDH

O Produto Interno Bruto (PIB) é a quantidade de bens e serviços produzidos numa determinada região durante um determinado período. O PIB de Portugal em 2023 correspondeu à produção de todos os bens e serviços ao longo do ano passado, ou seja, à riqueza que foi produzida no nosso país por todos os residentes, nacionais e estrangeiros, em 2023. O PIB nominal português em 2023, isto é, a riqueza produzida que é medida a preços correntes (incluindo a inflação), foi de quase 266 mil milhões de euros, enquanto o PIB real, aquele que exclui a inflação, quedou-se pelos 216 mil milhões de euros, cerca de 23% inferior ao PIB nominal. Ao passo que o PIB real representa a riqueza produzida em volume, ou seja, o cálculo de todos os bens e serviços produzidos, o PIB nominal corresponde ao somatório de todos esses bens e serviços ponderados pelos seus preços (PIB em valor). Mas, então, a inflação foi de 23% em 2023? Não. Há sempre um ano base, atualmente é 2016. Isto é, em 2016 o PIB real e o PIB nominal eram iguais, 186,5 mil milhões de euros, mas a partir desse ano iniciou-se a divergência determinada pela evolução da inflação. Em 2017, o PIB real foi de 193 mil milhões de euros, representando um acréscimo de riqueza em volume (em quantidade de bens e serviços produzidos) de 3,5%, ou seja, a variação nas quantidades produzidas de bens e serviços foi positiva em 3,5%, mas o PIB nominal alcançou quase os 196 mil milhões de euros, correspondendo a um aumento da riqueza em valor de 5,1%, determinando um deflator do PIB de 1,5% (em 2016, ano base, havia sido, evidentemente, de 0%). O deflator do PIB é o rácio entre PIB nominal e PIB real, sendo também uma medida da inflação de preços, mas o método de cálculo não é igual ao do índice de preços no consumidor, este último determinado por um cabaz de bens e serviços, tendo sido de 1,4% em 2017.

Assim, o PIB é determinado pela produção de bens económicos (bens escassos). Quando a oferta de um bem é ilimitada, o seu preço é zero, e esse bem não é económico, tal como o ar que respiramos ou a luz solar que nos bafeja diariamente, não entrando no cálculo do PIB. No entanto, o ar de uma garrafa de oxigénio, fundamental para mergulhos subaquáticos ou para respirar em locais de poluição extrema, tem um preço, pois é um bem escasso, logo a sua produção entra no cálculo do PIB. Quanto maior é o crescimento do PIB mais elevado será a qualidade de vida das pessoas? O PIB é uma das principais medidas para avaliar o bem-estar das populações, mas não deve ser utilizado isoladamente nessa avaliação. Um aumento do PIB real de 10% não significa que a qualidade de vida tenha aumentado rigorosamente 10%.

Uma pessoa que mora perto do seu local de trabalho pode ir a pé para o emprego, é 'quase' gratuito (gasta apenas as solas dos sapatos), tal como a luz do sol que é igualmente de graça, não entrando no sistema de preços, não contando para o PIB, e ainda realiza exercício físico gratuitamente. Há aumento da qualidade de vida sem qualquer aumento do PIB. Porém, se alguém mora longe do emprego, desloca-se de carro, gasta combustível, polui o ar e ainda corre o risco de ficar horas no trânsito, agravando os seus níveis de ansiedade, mas o consumo do combustível, os gastos com a despoluição, eventual depressão e custos associados com medicação e consulta de psiquiatra, e a necessidade de um ginásio no final do dia, aumentam consideravelmente o PIB, no entanto esta economia em termos líquidos terá mesmo empobrecido. O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é muito mais completo na análise da qualidade de vida e do bem-estar das populações, do que o PIB isoladamente, sendo o IDH composto por três indicadores fundamentais, tais como o PIB (nomeadamente o rendimento per capita), a esperança média de vida à nascença e o conhecimento (alfabetização, escolarização, literacia tecnológica, literacia financeira, …), ou seja, três dimensões: economia, educação e saúde. Mas mais economia facilita a melhoria da saúde, conhecimento e bem-estar.

É certo que o PIB tem algumas limitações na medição da qualidade de vida de uma nação, mas avalia com certeza o potencial de um país. O número de gruas numa cidade é um indicador fidedigno da atividade económica local. Quanto mais gruas, maior o crescimento económico. Também a localização dos arranha-céus a nível global nos dá uma indicação da hegemonia económica. Atualmente, o Burj Khalifa é o edifício mais alto do mundo, com 828 metros. Com sede no Dubai, Emirados Árabes Unidos, o edifício de 163 andares foi concluído em 2010. Quando se trata dos edifícios mais altos do mundo, dados do Council on Tall Buildings and Urban Habitat mostram que a Ásia e o Médio Oriente estão a vencer a corrida para os céus. Apenas um arranha-céu, o One World Trade Center na cidade de Nova Iorque, está localizado fora dessas duas regiões. A China está particularmente bem representada, abrigando cinco dos 10 edifícios mais altos do mundo. Os EUA lideraram desde os finais do século XIX, mas atualmente a tendência da hegemonia económica global caminha gradualmente para a Ásia.

AUTOMÓVEL

Audi Q5 exclui motores a combustão pura

A Audi apresentou a nova geração do SUV Q5, que será comercializada exclusivamente com motorizações eletrificadas, com tecnologia híbrida suave ou híbrida plug-in. Em causa está a transição da marca para a sua eletrificação total até 2033. O Q5 não terá qualquer motor de combustão puro. A versão de entrada será assegurada pelo 2.0 TFSI, com uma potência de 204 cv e um binário de 340 Nm às rodas dianteiras. A tração integral é uma opção.

Xiaomi inaugura fábrica de veículos elétricos

A Xiaomi dá um passo arrojado no setor automóvel com a inauguração da sua fábrica de veículos elétricos em Pequim. Esta unidade de fabrico, localizada na Área de Desenvolvimento Económico-Tecnológico de Pequim, representa a visão o grupo para com o futuro da mobilidade. O Xiaomi SU7 é o primeiro modelo a sair das linhas de produção.

A nova fábrica da Xiaomi em Pequim está equipada com as mais avançadas tecnologias de fabrico, destacando-se a integração da fundição hiper die-casting T9100. Este processo permite a produção de componentes estruturais leves e altamente resistentes, o que se traduz em veículos com uma performance otimizada e uma maior eficiência energética. O uso do Xiaomi Titans Metal, que inclui 30% de alumínio reciclado, contribui para uma redução significativa das emissões de carbono. A fábrica também se destaca pelo elevado grau de automatização, com mais de 700 robots em operação, assegurando uma produção precisa e eficiente. Este enfoque na automatização não só melhora a qualidade do produto final, como também reduz o tempo de produção.

Fábrica tem um elevado grau de automatização

Quanto ao Xiaomi SU7, é submetido a um conjunto de testes que assegura a sua fiabilidade e segurança em diversas condições de estrada. A fábrica integra uma pista de testes de 2,5 km, capaz de simular 18 diferentes condições de pavimento, onde os veículos são testados a velocidades de até 120 km/h. Esta abordagem permite que cada unidade seja validada em condições reais de condução antes de ser entregue ao cliente. O processo de inspeção de qualidade é realizado com um elevado grau de automatização, atingindo os 100% nas etapas críticas.

BMW revela nova geração do X3

A BMW revelou a quarta geração do X3, com preços a partir dos 71 800 euros. A nova versão está maior que o seu antecessor, mas mais baixo, tendo o design sido renovado. O espaço interior está mais amplo e o veículo surge com uma aparência mais desportiva. As motorizações incluem motores de quatro cilindros, a gasolina e a diesel, combinados com a tecnologia mild hybrid, bem como uma solução plu-in com 299 cv de potência. É ainda proposto um motor de seis cilindros a gasolina, com 398 cv. Integra uma série de equipamentos de apoio à condução.

Hyundai duplica gama de automóveis híbridos

O fabricante automóvel sul-coreano Hyundai Motor Company desvendou a sua nova estratégia a médio e longo prazo. A principal novidade é a intenção de ampliar a oferta de veículos híbridos para 14 modelos, contra os atuais sete. A decisão prende-se com a maior procura de veículos híbridos e o abrandamento da procura de automóveis elétricos. Apesar de manter o objetivo de vender dois milhões de elétricos, em 2030, a empresa estima o aumento da procura de híbridos, sobretudo no mercado norte-americano.

ENSAIO

Hyundai Kauai HEV N-Line - Maior, mais arrojado e mais dinâmico

A nova geração do Hyundai Kauai apresenta-se neste ensaio com o sistema híbrido, que se vem juntar às outras versões da gama, totalmente elétricas ou a gasolina.

JORGE FARROMBA
jorgefarromba@gmail.com

O Kauai é bastante diferente da geração anterior - Maior, mais arrojado e mais dinâmico -, mais futurista, que se nota, por exemplo, na assinatura luminosa dianteira, esguia e totalmente horizontal, ou nos proeminentes pára-choques (específicos nesta versão N-Line) e nas JLL de 18", que conferem um visual mais robusto e desportivo.

Este SUV tem sido um modelo que se democratizou nas nossas estradas, o que significa que tem sido bem aceite pelo consumidor. Nesta nova geração, o modelo cresceu em comprimento, largura, mas também na distância entre eixos; o que se reflete no interior, ainda mais amplo, em todos os domínios, sendo que, mesmo nos bancos posteriores, se torna ainda mais evidente.

No interior, também se notam bastantes alterações. O desenho não é tão arrojado mas mais "tradicional", e oferece um painel de instrumentos com bastante legibilidade, um ecrã central com um software com boa usabilidade, para que, rapidamente acertemos nas várias funcionalidades do Kauai. A marca teve o cuidado, e bem, de manter alguns dos botões físicos, principalmente os do ar condicionado.

Uma nota de destaque também para o ecrã central - na altura correta - para evitarmos desviar muito o olhar da estrada.

O Kauai, como todos os modelos, apresenta os habituais avisos sonoros em pról da segurança que, com a nova legislação de Julho de 2024 obriga que, muitos deles se mantenham ativos.

A posição de condução é correta e temos um bom campo de visão para a estrada, com o seletor da caixa a obrigar uma certa habituação inicial, pois está colocado na coluna de direção, do lado direito, por baixo do seletor do limpa vidros.

– habituação à manete da caixa de velocidades

Preço: a partir de 36.600€

+ 7 anos de garantia
Agilidade

Na consola central encontramos os três modos de condução - Eco, Sport e Snow - que são suficientes para locomover os 141cv deste motor 1.6 híbrido.

Em termos dinâmicos, o Kawai é ágil, espontâneo, e com uma interação rápida quando aplicamos o pé no acelerador. Nota-se que o chassis e as suspensões foram pensadas para modelos com maior cavalagem, pois sobressai um comportamento bastante ágil.

O conforto encontra-se dentro da média, e em termos de consumos, em cidade, com a primazia no modo elétrico, os consumos rondam os 5l e, em estrada, um máximo de 6l por cada 100km.

Duas palavras definem o Kawai: agilidade e praticidade.

Nos dias de hoje, muitas marcas pertencem a grupos automóveis, e partilham muitos componentes, sendo que, cada uma quer manter a sua identidade, conseguida através do seu ADN (estética, suspensões, conforto, desportividade...). Mas, também por força dessa partilha, os automóveis acabam por ser muito parecidos - leia-se, de qualidade, seguros e fiáveis - pois são testados numa multiplicidade de clientes e de ambientes, o que os torna bons automóveis, com soluções testadas e comprovadas.

Vendas de veículos elétricos ligeiros desaceleram

As vendas de veículos elétricos registaram uma quebra de 19%, em agosto e face a igual mês do ano passado, tendo sido matriculados 2484 ligeiros de passageiros novos. Nos oito primeiros meses, verificou-se um aumento de 9,5%, relativamente a período homólogo, para 25 015 unidades, refere a ACAP.

Em agosto foram matriculados 6587 automóveis ligeiros de passageiros novos elétricos, pug-in e híbridos elétricos, menos 5,2% do que no mesmo mês do ano anterior. De janeiro a Agosto, as matrículas de veículos ligeiros de passageiros deste tipo totalizaram 66 728 unidades, o que se traduziu numa variação positiva de 9,8%, relativamente a período homólogo do ano passado. Verificou-se uma quebra de 49,8% nas matrículas de veículos ligeiros de mercadorias novos elétricos em comparação com o mesmo mês do ano anterior. De janeiro a Agosto verificou-se um crescimento homólogo de 0,9%. O mercado de elétricos, plug-in e híbridos elétricos de ligeiros de mercadorias apresentou, em agosto, uma evolução negativa de 50% face ao mês homólogo, para 104 unidades matriculadas. Em termos acumulados, este mercado atingiu 1544 unidades, num ligeiro crescimento de 1%, face ao mesmo período do ano passado. Foram matriculados 17 veículos pesados elétricos novos, em agosto, tendo representado um crescimento homólogo de 325%. Já de janeiro a agosto, houve uma queda de 52,7%, para 78 veículos deste tipo matriculados

Foram matriculadas 25 015 unidades nos primeiros oito meses

VidaEconómica

EMPRESAS, NEGÓCIOS, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

Nº 2043/ 13 de setembro 2024 Semanal 2,60 € Portugal Continental

Rendas atualizam 2,16% em 2025

O IINE acaba de fixar em 2,16% o coeficiente de atualização de rendas para vigorar em 2025.

Este aumento tem por base a inflação apurada no ano anterior.

O aumento para 2024 é inferior aos 6,94% aplicados às rendas em 2024, refletindo a estabilização dos preços no mercado português.

José Pulido Valente é novo presidente do IAPMEI

O Ministério da Economia anunciou a demissão do presidente da Agência para a Competitividade e Inovação (IAPMEI), Luís Guerreiro. José Pulido Valente é o nome escolhido para o substituir, tendo em conta a sua "vasta experiência na banca", refere o ministério em comunicado.

Agência inicia uma nova etapa

"Inicia-se assim uma nova etapa da IAPMEI, focada na necessidade de melhorar o nível de serviço com as empresas e a eficiência da instituição, bem como a celeridade na avaliação e resposta aos programas de incentivo em curso", adianta o mesmo comunicado. José Pulido Valente é licenciado em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa e pós-graduado em Direito Comunitário pela Universidade Católica e em Direito da Internet pela Faculdade de Direito de Lisboa.

Moody´s prevê taxa média de inflação de 2,2%

A Moody´s prevê uma taxa média de inflação de 2,2% para este ano, em Portugal, tendo em conta a continuação da tendência descendente. A agência de notação financeira destaca a diminuição dos preços da energia e da inflação subjacente.

Preços da energia e da inflação subjacente descem

"Embora a inflação no setor dos serviços possa permanecer elevada, espera-se que seja compensada por uma taxa de inflação significativamente mais baixa nos bens, contribuindo para uma diminuição constante da taxa de inflação global", adianta. A taxa de inflação homóloga fixou-se nos 1,9% em agosto, menos 0,6% do que em julho, ficando abaixo dos 2% pela primeira vez desde dezembro de 2023, confirmou o INE.

NOTA DE FECHO

JORGE A. VASCONCELLOS E SÁ
Senior Researcher at ISG Business School
MBA Drucker University / PhD Columbia University / Jean Monnet Chair
E-mail: associates@vasconcellosesa.com
Website: www.vasconcellosesa.com
LinkedIn: http://www.linkedin.com/in/vasconcellosesa
http://www.linkedin.com/company/vasconcellos-e-sa-associates/

O génio de Israel

É o título da sequela ao **Start-Up Nation** de Dan Senor e Saul Singer.

Entre os factos surpreendentes que o livro traz está que Israel ocupa o **quarto lugar** no ranking mundial de **felicidade** (entre 150 países e baseado no World Happiness Report, uma ONG afiliada com as Nações Unidas).

Como é possível? Israel é um país cercado de inimigos, sob a constante ameaça de terrorismo, onde o serviço militar é obrigatório, inclusive anualmente para os reservistas e quem o visita sente que a população vive em constante stress. Permanente.

O presidente Isaac Herzog responde. Em *primeiro* lugar existe um sentido profundo de propósito, de **objectivo**: após 2000 anos manter o estado de Israel. A Aliyah.

E depois *dois* elementos que dão força para ultrapassar as dificuldades: um sentido de **perspectiva** que absorvendo a dor capacita continuar; e a **família**: sendo um país pequeno as famílias juntam as suas várias gerações, todas as sextas-feiras à noite para celebrar o Sabbath.

A estes três elementos pode-se juntar *um outro*: o sentirem-se especiais, o povo da Bíblia e consequentemente o povo eleito.

E estando assim caídos naquilo que **Peter Drucker** dizia que uma sociedade deve trazer aos indivíduos: **status and function.**

De sentir-se um povo feliz decorre a implicação de que, contrariamente à generalidade dos países desenvolvidos que são velhos, Israel é uma **sociedade nova.**

Uma população para manter o seu número necessita de **2,1** nascimentos por mulher e a **generalidade dos países desenvolvidos** está abaixo deste número. *Uns menos* (entre 1,5 e 2): Austrália, Nova Zelândia, USA, Irlanda.

E outros *muito mais* (entre 1 e 1,5): Portugal, UK, Canadá, Japão, Itália, Espanha e Grécia. Pior de todos?: a Coreia do Sul com cerca de 0,8.

Isso contrasta com Israel cuja taxa de fertilidade é três, e tem permanecido inalterada desde 1990.

Mais, enquanto países que representam mais de metade da população mundial estão abaixo da taxa de substituição de 2,1, **Israel é o único país rico** em que tal não acontece. E contrariamente até a países mais pobres como a China e a Índia que caíram para baixo da taxa de substituição.

Sendo um país jovem, segue a consequência do **empreendedorismo** (a **start-up nation**): em 82 países no mundo o número de novas empresas está altamente correlacionado com a idade média da população.

E dado que o empreendedorismo está também altamente correlacionado com o **rendimento per capita**, Israel tem um **PIB per capita a PPP** (isto é tomando em consideração o preço médio dos bens) **vinte por cento** superior ao português e acima do da Espanha, Japão, etc.

Em síntese: um deserto; em que uma enorme parte do orçamento vai para a guerra; com um clima de extremos; e rodeado de inimigos com quem não pode negociar, exportar e importar bens e serviços.

E o exemplo que uma sociedade saudável deve dar ou facilitar (individualmente com a liberdade) aos seus cidadãos: 1) um propósito; 2) apoio (e não entraves); e 3) autoestima.

Um **ex-embaixador dos EUA** em Portugal da época de Obama, escreveu que antes de assumir funções perguntou aos amigos qual a principal característica dos portugueses e que lhe responderam para sua absoluta surpresa (e sobretudo para um americano): *é um povo com baixa autoestima.*

P.S.:

1. Apanhei em zapping um comentador semanal da TV (ex-político, aparentemente futuro candidato, enfim a mistura do costume) a elogiar a cerimónia de abertura dos jogos olímpicos.

⁇

Seguramente esqueceu-se da cena de **gozo com a Última Ceia.**

Não há nada mais para parodiar que o sagrado para biliões? Ofender?

Condenável. Censurável. Numa palavra: shame.

Comentário sobre o comentário, o comentador e a cerimónia: shame. Uma vergonha.

Mas não proibir. Porque as proibições sabe-se onde começam, não se sabe onde acabam.

Podem fazer? Podem. Devem fazer? Não. Deve-se elogiar? Muito menos.

2. Numa sociedade livre deve-se (não se tem que) saber estar. Por exemplo a ênfase na **motivação** do dr. Nuno Rebelo de Sousa (generosidade ou outra) não diz respeito, não compete, ao estado português. None of its business.

Quanto muito aos estatutos da câmara de comércio (exceto se houver um acordo entre a câmara e o estado português). O cerne da questão é se houve ou não **tratamento preferencial.** Ponto. O filho pode recorrer à presidência? Pode. Pode, porque tem que ser tratado como todos os outros. Donde não pre̲terido. Mas também não pre̲ferido.

O resto? First things, first. Second things, never.

Voltando ao cerne da questão: houve tratamento preferencial? Os outros recebem o mesmo tratamento? Provas?

APROSE

Este suplemento faz parte integrante da Vida Económica n.º 2043, de 13 de setembro 2024, e não pode ser vendido separadamente

SEGUROS

Suplemento

DESTAQUE P. II a IV

As mudanças climáticas reforçam a importância dos seguros para as empresas

OPINIÃO P. III

Nuno Rodrigues, MDS Portugal

Emergência climática e os desafios no setor segurador

NOTÍCIA P. V

ASF publica recomendações sobre gestão de riscos naturais

NOTÍCIA P. VI

APROSE alerta para a necessidade de criação de um fundo para catástrofes naturais

CONSULTÓRIO P. VIII

Livre prestação de serviços (LPS) - Descaracterização | Protocolo do Luxemburgo (CEIOPS/EIOPA)

ASSOCIADO DO MÊS P. VII

Francisco Teixeira, diretor de negócio da 4 Assure Mediação e Consultoria de Seguros, Lda

“O risco sísmico tem de ser acautelado e as catástrofes naturais, advindas de fenómenos climatéricos extremos, são uma realidade”

Tema de Capa

As mudanças climáticas reforçam a importância dos seguros para as empresas

O agravamento das mudanças climáticas reforça a importância dos seguros para as empresas.

O Relatório Riscos Globais de 2024 do Fórum Econômico Mundial coloca os eventos climáticos extremos no topo entre os desafios que as sociedades vão enfrentar de forma cada vez mais frequente, destaca a consultora WTW, num artigo recente.

É neste cenário em que a importância da contratação de seguros empresariais cresce, com o objetivo de proteger negócios e pessoas.

Embora a cobertura de danos causados por eventos climáticos faça parte do modus operandi das seguradoras há muito tempo, a intensidade e a extensão dos riscos fazem isso mudar de patamar. De acordo com a previsão da resseguradora Swiss Re, as perdas por eventos naturais extremos em 2024 devem ser superiores aos US$ 100 bilhões, no mundo, pelo quarto ano seguido.

Um desses fenómenos, com grande impacto no nosso país, são os incêndios.

De referir que desde 2016, o grupo Ageas Portugal registou várias ocorrências relacionadas com incêndios florestais, que ascenderam a mais de 5,5 milhões de euros em indemnizações.

De acordo com a informação disponibilizada, com a chegada da época de risco dos incêndios florestais, o grupo Ageas, através das marcas Ageas Seguros e Ocidental, reforça o seu compromisso com a proteção e alerta para a importância da prevenção contra este flagelo.

Segundo a revista científica Nature Ecology & Evolution, nos últimos anos, a frequência dos grandes fogos florestais, a nível mundial, duplicou. As alterações climáticas, com o aumento das temperaturas e períodos de seca mais prolongados, têm agravado esta problemática, tornando mais frequentes estes acontecimentos de grandes proporções.

Além dos prejuízos materiais, que se traduzem em perdas de casas, empresas e máquinas, e bens pessoais, os fogos têm um grande impacto na vida humana. As comunidades afetadas enfrentam perdas de vidas, problemas de saúde física e mental, deslocações forçadas e disrupção da vida quotidiana.

Adicionalmente, o grupo Ageas Portugal implementou um conjunto de medidas que visam minimizar os riscos associados aos fogos: como um gabinete técnico de peritagens no terreno, a operar desde o início do verão, este gabinete garante uma resposta rápida na avaliação de danos e na regularização de sinistros; carrinha de acidentes patrimoniais, facilita a deslocação de equipas especializadas para o terreno, garantindo maior proximidade com os afetados; gestores de sinistros especializados, asseguram um acompanhamento personalizado aos que sofreram prejuízos devido aos fogos, um e guia de prevenção e proteção contra incêndios, disponível no site oferece conselhos práticos para proteger casas e empresas.

Seguros Climáticos e Ambientais

Os riscos ambientais estão cada mais presente no nosso quotidiano. As mudanças climáticas são a maior ameaça ambiental do século XXI, com consequências profundas e transversais a várias áreas da sociedade. O território nacional é periodicamente fustigado por incêndios florestais que, para além das enormes perdas económicas e de vidas humanas que, infelizmente, acarretam, também contribuem para a perda de biodiversidade e degradação dos ecossistemas. A legislação portuguesa determina quais as atividades que são obrigadas à contratação de um seguro de Responsabilidade Civil Ambiental, ao estabelecer o princípio do "poluidor pagador", bem como o regime aplicável à prevenção e reparação dos danos ambientais.

Cada vez mais as empresas têm a noção sobre os problemas ambientais que a sua atividade pode causar. A constatação de que os acidentes acontecem leva a que as pessoas procurem seguros que possam cobrir esses riscos.

Aliás, as empresas que exerçam atividades suscetíveis de colocar em risco o ambiente estão obrigadas a constituir garantias financeiras que lhes permitam assumir a responsabilidade ambiental perante eventuais danos causados. Estes seguros salvaguardam a responsabilidade administrativa e/ ou responsabilidade civil por danos ambientais causados no exercício da atividade.

OPINIÃO

Seguro de Responsabilidade Ambiental: uma proteção para o negócio e para o planeta

NUNO GOMES DUARTE
Responsável Oferta e Gestão do Produto do grupo Ageas Portugal

Em termos laborais, as empresas não são exceção e as preocupações em reduzirem o impacto ambiental são uma realidade.

De acordo com um relatório do Banco Central Europeu, Portugal, devido à sua localização geográfica, é um dos países da Europa com maior risco climático e ambiental.

O mundo está em constante e acelerada transformação, e as mudanças climáticas são uma realidade cada vez mais presente. As empresas, assim como as pessoas, precisam de se adaptar a este novo cenário. Para proteger o meio ambiente e garantir a sustentabilidade dos negócios é fundamental adotar práticas mais responsáveis e investir em soluções inovadoras.

Para proteger o meio ambiente e garantir a sustentabilidade dos negócios é fundamental adotar práticas mais responsáveis e investir em soluções inovadoras.

Atualmente, as organizações operam num contexto complexo, cuja preocupação com o planeta é uma parte crucial. Os vários riscos ambientais a que estamos sujeitos podem comprometer seriamente a reputação e a sustentabilidade de qualquer empresa.

Desde a contaminação do solo e da água, que podem causar danos irreversíveis ao solo e aos recursos hídricos, com consequências para a biodiversidade e a saúde humana, até danos a terceiros, como acidentes e incidentes ambientais, que podem resultar em elevados prejuízos e custos para os visados, ou o não cumprimento de leis e regulamentos que podem gerar sanções administrativas ou, até mesmo, a suspensão da atividade das empresas.

No grupo Ageas Portugal a prevenção do meio ambiente é um compromisso de todos. Por isso, e para dar resposta a esta preocupação crescente, a Ageas Seguros desenvolveu o Ecosfera, um seguro de Responsabilidade Ambiental personalizado, que oferece a proteção que as empresas necessitam para enfrentarem as potenciais ameaças ecológicas.

O seguro Ecosfera proporciona uma cobertura abrangente, assegurando a proteção da empresa contra riscos ambientais. Ao oferecer proteção contra danos a terceiros, custos de limpeza e descontaminação, e responsabilidades civil e administrativa, o Ecosfera assegura a segurança dos negócios. A flexibilidade e a personalização, aspetos fundamentais deste produto, permitem que seja adaptado às necessidades específicas de cada empresa, atestando que a cobertura é adequada aos desafios a que está exposta.

A aposta num produto como o Ecosfera é mais do que um simples investimento; é um parceiro estratégico para a sustentabilidade dos negócios dos clientes. Ao ir além da cobertura tradicional, oferece um leque completo de soluções que vão desde a análise detalhada dos riscos ambientais da empresa até a assistência especializada em caso de incidentes.

Com uma equipa especializada realizam-se avaliações minuciosas dos riscos específicos das operações de cada empresa, garantindo que a cobertura contratada responde ao que é necessário por parte dos segurados. Adicionalmente, o Ecosfera incentiva a adoção de práticas mais sustentáveis, oferecendo ferramentas e consultoria para ajudar as organizações a prevenir acidentes e minimizar os seus impactos ambientais.

Em caso de sinistro poderão contar com o apoio de uma equipa exclusiva para auxiliar na gestão do evento, minimizando os danos e os custos associados.

A contratação do seguro oferece uma rede de apoio em caso de imprevistos, como a cobertura para as despesas de incidentes ambientais. Demonstra ainda o compromisso com a sustentabilidade e o cumprimento das leis ambientais, fortalecendo a imagem perante os stakeholders. O Ecosfera também contribui para a consolidação da reputação das empresas, como entidades ambientalmente responsáveis, sendo um fator de atração de clientes e parceiros mais conscientes. E, por fim, a certeza de que as organizações estão protegidas em caso de infortúnios, permitindo um foco maior no negócio.

Como referido anteriormente, cuidar do ambiente é uma responsabilidade de todos e no grupo Ageas Portugal não é exceção. O investimento num seguro de Responsabilidade Ambiental é um passo fundamental para criar valor e gerar impacto social e ambiental, mas simultaneamente, na proteção e preservação da segurança e sobrevivência das empresas portuguesas. ●

OPINIÃO

Emergência climática e os desafios no setor segurador

NUNO RODRIGUES
Diretor de Riscos Patrimoniais e Engenharias da MDS Portugal

Sabemos que a ocorrência de alterações climáticas é um fato inegável nos dias de hoje e com o qual a humanidade terá de lidar assertivamente sob pena de equacionar o seu futuro a médio/longo prazo. Começa a estimar-se que as necessidades de capital para mitigar o impacto económico destas alterações poderão atingir proporções inimagináveis. O setor segurador, pela sua índole financeira, e assente nos princípios de mutualidade e financeiro, sempre se apresentou como um dos motores de desenvolvimento e de avanço da sociedade moderna. O que seria do mundo atual se os riscos associados à mudança, à evolução, não fossem assumidos por uma indústria criada para o efeito e altamente especializada?

A indústria seguradora já está a sofrer avultadas perdas com o aumento de frequência e severidade dos eventos climáticos, quer os de índole catastrófica, tais como furacões.

Contudo, a indústria seguradora encontra-se perante uma encruzilhada. Por um lado, é clara a necessidade de apoio da sua parte no que diz respeito ao combate às alterações climáticas, quer pela via do financiamento do risco referente às perdas financeiras consequentes do impacto material dos eventos climáticos em si; quer pelo risco associado ao desenvolvimento de novas tecnologias que permitirão a descarbonização da sociedade, existindo ainda necessidades a apoiar/acompanhar ao nível de investigação e desenvolvimento neste âmbito. Tal exigirá o desenvolvimento e implementação massificada de novas soluções de seguros, suportadas por novas tecnologias e avanços em matérias tais como a modelização e a computação. Têm-se verificado grandes avanços neste sentido, sendo o melhor exemplo, a atual ascensão dos seguros paramétricos - uma tipologia de apólices de seguro que funciona com base em índices pré-determinados e garante a probabilidade de ocorrência de um evento climatérico - por oposição aos seguros ditos tradicionais - que garantem apenas o dano resultante do evento em si. Mas tal não é suficiente; existindo uma procura crescente por novas coberturas e mecanismos de transferência de risco na esfera dos já referidos seguros tradicionais, com ênfase nos seguros de Patrimoniais e Responsabilidades, para que se adaptem aos riscos que as novas tecnologias, em desenvolvimento, vão trazer em campos como o hidrogénio, baterias, energias renováveis ou mesmo fissão nuclear.

Por outro lado, a indústria seguradora já está a sofrer avultadas perdas com o aumento de frequência e severidade dos eventos climáticos, quer os de índole catastrófica, tais como furacões (prevê-se que esta época de furacões seja uma das mais gravosas de sempre), mas também os de perfil secundário, tais como tempestades, cujas frequência e intensidade estão a registar um crescimento exponencial, como temos visto suceder em Portugal, fruto das alterações do clima. Estas perdas estão a pressionar as demonstrações de resultados dos principais grupos seguradores e resseguradores mundiais, originando uma redução de capacidade de subscrição, maiores níveis de prémio, e inclusive comportamentos de hipersegmentação e seleção de riscos, o que contraria o fundamento base da indústria seguradora - o princípio da mutualidade. Um exemplo é o que se verifica atualmente em alguns estados do continente norte-americano, muito expostos, onde é já impossível obter suporte para coberturas como Inundações ou Incêndios florestais. Tal traz à superfície duas necessidades imperativas para que a indústria seguradora possa desempenhar o seu papel de alavancagem no combate às alterações climáticas. Em primeiro lugar, uma partilha de risco com a sociedade em si, i.e., é imperativa a modificação de comportamentos de risco que são adotados com frequência ao construir, por exemplo, em zonas expostas a inundações, tais como leitos de cheias. As recentes inundações em Rio Grande, no Brasil, são um infeliz exemplo desta realidade. É preciso adotar práticas de gestão de risco, a par com a sensibilização de todos os stakeholders envolvidos. Sem a adoção de tais práticas, as consequências de muitos eventos rapidamente deixarão de ser imprevisíveis, podendo-se atingir o limiar do que é segurável.

Em segundo lugar, o nível de perdas atingirá valores superiores à capacidade financeira do setor privado, o que origina a necessidade de criação de parcerias público-privadas com os governos dos territórios mais expostos.

Muito embora a indústria seguradora tenha já sobrevivido a duas guerras mundiais e a inúmeras crises financeiras, não subsistem dúvidas “nos corredores” de que a mesma está perante o maior desafio de toda a sua existência. Mas também existe a certeza de que este setor será uma das maiores armas ao dispor da sociedade no tão necessário combate ao impacto dos riscos climáticos e à definição de um futuro seguro para as próximas gerações. ●

Opinião

Seguros climáticos e ambientais

HUGO MONTEIRO
Associado coordenador de Comercial e Contratos da PRA - Raposo, Sá Miranda & Associados, Sociedade de Advogados

É inegável o efeito da ação humana no meio que nos envolve, sendo particularmente evidentes os fenómenos meteorológicos progressivamente mais intensos e frequentes, com forte impacto na economia e sociedade, na saúde humana e no ambiente, de forma tendencialmente perene. O desenvolvimento do princípio do poluidor-pagador, em particular em atividades consideradas de risco real ou potencial tem constituído uma preocupação do legislador comunitário (Diretiva 2004/35/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de abril de 2004 (posteriormente alterada pela Diretiva n.º 2006/21/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho) como forma de mitigar danos ambientais e consequentemente do legislador nacional (Decreto-Lei nº 147/2008, de 29 de julho.)

O desenvolvimento do princípio do poluidor-pagador, em particular em atividades consideradas de risco real ou potencial tem constituído uma preocupação do legislador comunitário

Considerando-se como danos ao ambiente os danos que afetem significativamente os recursos hídricos, os danos causados ao solo e às espécies e habitats naturais e protegidos, criou-se obrigação não só de reparação dos mesmos, como de prevenção, em caso de ameaça iminente, através de um regime de responsabilidade subjetiva e objetiva dos operadores destinado a ressarcir os lesados pelos danos ambientais, bem como de responsabilidade administrativa, para reparação dos danos causados ao próprio meio ambiente.

O regime estabelecido, de responsabilidade objetiva (também denominada de responsabilidade pelo risco) determina a imputabilidade das entidades beneficiárias de um conjunto de atividades consideradas como perigosas – em particular as relacionadas com a gestão de resíduos, descargas poluentes ou outras matérias perigosas – acarreta a necessidade de o operador apresentar garantias para cobrir tais responsabilidades. Existindo vários mecanismos adequados a tal desiderato – como a garantia bancária, a participação em fundo ambiental ou a constituição de fundos próprios reservados, a transferência do risco para o mercado segurador é, atentas as várias soluções disponibilizadas, provavelmente o meio mais desenvolvido e capaz de fazer face a eventuais sinistros.

De igual forma e em sentido inverso, o mercado segurador desempenha um especial relevo na proteção de bens jurídicos das ações climáticas, desde as soluções mais estabelecidas e comuns das apólices multirrisco, aos contratos de seguro mais específicos e customizados, em particular os seguros de colheitas para garantir a produção agrícola, incluindo soluções mais avançadas como os seguros paramétricos, que não necessitam do apuramento rigoroso do impacto dos eventos subjacentes, muitas vezes de difícil quantificação.

Dando seguimento ao previsto na Lei de Bases do Clima - Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões apresentou no início deste ano a primeira edição do Relatório anual de Exposição ao Risco Climático dos setores Segurador e dos Fundos de Pensões, com um enfoque na exposição a riscos climáticos de transição por via de títulos de dívida pública, dívida privada e títulos acionistas e a exposição a riscos climáticos físicos por via de coberturas seguradoras comercializadas no domínio de negócio segurador Não Vida. Das principais conclusões de tal relatório releva uma exposição a níveis moderados de riscos climáticos de transição por parte dos setores segurador e de fundos de pensões e afiguram-se resilientes a medidas regulatórias que impulsionem a redução da emissão de gases com efeito de estufa, ou forcem compensações adicionais pelas mesmas.

Já relativamente à exposição a riscos climáticos físicos por via de coberturas seguradoras, os seguros dos ramos Incêndios e Outros Danos em Coisas são identificados como os mais expostos às alterações climáticas, sendo que esta linha de negócio se encontra sujeita a riscos tanto agudos como crónicos, tendo a maior parte das coberturas contempladas a possibilidade de suster efeitos decorrentes das alterações climáticas. O que se poderá revelar crucial para fazer face a fenómenos com efeitos devastadores como os ocorridos em maio deste ano no Quénia, Bangladesh e no Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil. ●

Opinião

Os benefícios da transferência de risco climático

JOSÉ MIGUEL BAPTISTA
Diretor – Enterprise Risk Management & Engineering

Nos últimos anos o clima global tornou-se cada vez mais volátil e imprevisível, como demonstrado por condições meteorológicas atípicas e fora do comum.

Para muitas organizações, as condições meteorológicas, devido à correlação entre si e ao volume de vendas e/ou custos, criam volatilidade nos resultados financeiros. Por exemplo, mais precipitação nos meses de verão podem reduzir a procura nas cadeias hoteleiras; períodos de seca podem interferir em produções agrícolas.

Nas duas primeiras décadas do século XXI, segundo as estimativas publicadas pela organização Germanwatch, os fenómenos naturais extremos custaram à economia do planeta 2,56 biliões de dólares.

O risco climático apresenta-se como mais um risco que deverá ser gerido no sentido de mitigar as suas consequências. Uma vez que que não é possível ao gestor de risco desenhar planos de mitigação preventivos, que visem reduzir a sua frequência, restam as medidas de mitigação corretivas no sentido de minimizar o impacto financeiro no património da empresa.

Para tal, existem soluções de transferência de risco que respondem a estas necessidades. Porém, e como para qualquer risco, antes de transferir há que estimar através de modelos analíticos as perdas máximas prováveis no sentido de otimizar essa mesma transferência.

A quantificação de perdas é possível graças a ferramentas de previsão dos riscos climáticos sobre o património ou investimentos futuros, das quais o modelo Climate Diagnostic da WTW é um exemplo.

O Climate Diagnostic é uma ferramenta de modelização global que utiliza dados e análises avançadas para demonstrar mudanças em riscos graves, como tempestades e inundações extremas, ou fatores de stress crónico, como o aumento do nível do mar e ondas de calor, utilizando múltiplas combinações de cenários climáticos e horizontes de tempo. A modelização mostra como estas mudanças podem afetar ativos específicos, permitindo aos clientes determinar a melhor forma de mitigar o risco nas suas carteiras de propriedades e localizações em todo o mundo. Por outras palavras, é possível estimar áreas de risco elevado, localizar ativos individuais e identificar o impacto relativo de cada perigo.

Estas informações são preciosas para decidir quais os riscos de maior impacto, a sua evolução temporal e, assim, procurar as soluções de transferência de risco mais ajustadas às necessidades de cada organização.

Para responder aos novos desafios introduzidos pelos riscos climáticos, o mercador segurador desenhou soluções alternativas de transferência de risco que, por oposição aos seguros tradicionais, não fazem depender a indemnização por Perdas de Exploração da existência de Danos Materiais, não necessitam de peritagens no local (há que comprovar somente a ocorrência do fator gerador previamente definido na apólice) e, como tal, a gestão dos sinistros tende a demorar apenas alguns dias e não algumas semanas como por vezes acontece com os produtos de seguros tradicionais.

Para responder aos novos desafios introduzidos pelos riscos climáticos, o mercador segurador desenhou soluções alternativas de transferência de risco que, por oposição aos seguros tradicionais,

Em resumo:

- Os programas paramétricos respondem aos movimentos indexados a um evento que à partida foi pré-definido ou à ocorrência desse mesmo evento;
- Os sinistros são desencadeados se:
  - o valor do índice, durante o contrato, sofrer variações acima (ou abaixo) do valor acordado, ou
  - as características físicas do evento estão dentro do critério pré-acordado (e.g. localização e intensidade);
- O montante do sinistro é calculado de acordo com uma escala de pagamento pré-acordada, e não por referência com a perda real, dano ou conceito de indemnização;
- Os sinistros são pagos rapidamente após a ocorrência do facto gerador da apólice.

Para melhor ilustrar e este tipo de transferência de risco climático apresentamos um exemplo real.

Uma central hidrelétrica depende de um fluxo regular de água para operar as turbinas e produzir energia.

Foi desenhado um programa que responde a uma eventual redução na precipitação anual.

Com base na média anual acumulada de precipitação (1.800 mm) foi definido um intervalo entre 1.600 mm e 800 mm, sendo que são indemnizados ao cliente USD 1.500 por mm abaixo de 1.600 mm.

A tabela seguinte mostra alguns dos efeitos mais conhecidos (existem, contudo, muitos outros) de condições meteorológicas adversas para alguns setores de atividade, para os quais é possível desenhar uma solução de transferência análoga ao exemplo acima. ●

Setor de Atividade	Exposição climática
Agrícola	Seca, geada ou calor extremo danificam as colheitas e reduzem a produção
Turismo	Precipitação excessiva ou frio provocam cancelamentos ou reduzem a procura
Energias Renováveis	Falta de consistência de vento, água ou energia solar reduzem a capacidade de produção de energia
Retalho	Condições climáticas imprevistas reduzem a procura de artigos sazonais

Opinião

Seguros Climáticos e Ambientais, qual o futuro?

LÚCIO PEREIRA DA SILVA
Diretor geral da DefendeRisk

Portugal, localizado na extremidade ocidental da Europa, é um país caracterizado por uma diversidade geográfica e climática notável.

Esta diversidade, no entanto, torna o território português exposto a uma diversidade de riscos naturais, como incêndios florestais, inundações, secas e tempestades. Com o impacto das mudanças climáticas cada vez mais evidente, a frequência e a intensidade desses eventos extremos têm aumentado, produzindo consequências devastadoras para a economia, para o ambiente e para a sociedade. Neste contexto, os seguros climáticos e ambientais aparecem como instrumentos cruciais para a mitigação dos riscos associados a catástrofes naturais.

Nos últimos anos, Portugal tem sido palco de eventos climáticos extremos que causaram destruição em larga escala. Incêndios florestais como os de 2017, que devastaram vastas áreas do território e resultaram na perda de muitas dezenas de vidas humanas, são exemplos trágicos das vulnerabilidades do país. Além disso, inundações e tempestades têm causado estragos significativos em áreas urbanas e rurais, levando à destruição de infraestruturas, habitações e terras agrícolas.

Essas catástrofes não só causam danos materiais e perda de vidas, mas também têm um impacto económico profundo, interrompendo a atividade económica, destruindo meios de subsistência e impondo uma enorme carga financeira ao governo e às comunidades afetadas.

Os seguros climáticos e ambientais são instrumentos financeiros que permitem a transferência dos riscos associados a eventos naturais extremos para as seguradoras. Estes seguros oferecem uma proteção financeira vital contra os impactos económicos adversos resultantes de catástrofes, permitindo que os indivíduos e as empresas mitiguem as perdas e aceleram a recuperação após um desastre.

Além de fornecer proteção financeira, os seguros climáticos e ambientais incentivam práticas de prevenção e resiliência. Por exemplo as seguradoras, ao avaliarem os riscos para definirem as apólices, muitas vezes exigem que os segurados implementem medidas de mitigação de risco, como a construção de infraestruturas mais resistentes, a implementação de sistemas de alerta ou a adoção de práticas agrícolas sustentáveis. Isso não só reduz o risco de perda, mas também promove uma cultura de resiliência e preparação, essencial para enfrentar os desafios das mudanças climáticas.

Uma das principais vantagens dos seguros climáticos e ambientais é a mitigação do risco financeiro. Quando uma catástrofe ocorre, os danos materiais e as perdas económicas podem ser astronómicas. Sem seguros adequados, esses custos recaem inteiramente sobre as vítimas e, muitas vezes, sobre o Estado.

Os seguros climáticos e ambientais são instrumentos financeiros que permitem a transferência dos riscos associados a eventos naturais extremos para as seguradoras

Os seguros permitem também uma compensação rápida e específica para as perdas cobertas, desde que as garantias e capitais estejam corretamente identificados.

Apesar dos benefícios evidentes, a implementação eficaz de seguros climáticos e ambientais em Portugal enfrenta desafios significativos. Um dos principais desafios é a sensibilização e a aceitação por parte do público e das empresas. Muitos ainda consideram os seguros como um custo adicional para a sua 'carteira', em vez de uma ferramenta essencial de gestão de risco. É muito importante promover uma maior educação e consciencialização sobre a importância destes seguros.

A inovação no setor de seguros, como o desenvolvimento de seguros paramétricos, que pagam automaticamente com base em parâmetros predefinidos (por exemplo, quantidade de chuva ou intensidade de um terremoto), pode ser uma solução para tornar os seguros mais acessíveis e eficazes.

Os seguros climáticos desempenham um papel crucial no fortalecimento da resiliência de Portugal frente às catástrofes naturais. Ao mitigar os riscos financeiros, incentivar a prevenção e resiliência, estes seguros são uma peça fundamental na estratégia nacional de gestão de riscos. No entanto, para que sejam plenamente eficazes, é necessário enfrentar os desafios de sensibilização, acessibilidade e inovação.

Por exemplo, Portugal enfrentou nos últimos 17 anos um total de 20 'eventos extremos', na classificação usada pelas companhias de seguros. Só entre 2006 e 2023, foram raros os anos em que não houve um ou mais acidentes naturais relevantes, em danos e custos para o setor, na ordem de centenas de milhões de euros, de acordo com dados da Associação Portuguesa de Seguradoras (APS).

Com uma abordagem integrada e colaborativa, Portugal pode melhorar a sua capacidade de resposta às catástrofes naturais e assegurar um futuro mais seguro e sustentável para todos, nomeadamente o Fundo de Gestão de Catástrofes. ●

Notícia

ASF publica recomendações sobre gestão de riscos naturais

O impacto das alterações climáticas na avaliação e gestão dos riscos levou a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) a emitir, em 13 de agosto, um conjunto de recomendações relevantes quanto a práticas a adotar pelas empresas de seguros para a avaliação e gestão do risco de fenómenos da natureza.

As alterações climáticas são uma realidade com consequências relevantes para a generalidade dos setores da economia, incluindo para a atividade seguradora.

A ocorrência de prejuízos avultados, em consequência de fenómenos climatéricos extremos, tem vindo a acarretar impactos significativos para o setor segurador, sendo o aumento da frequência de sinistros de maior severidade uma evidência.

A longo prazo, os impactos dos fenómenos climatéricos extremos poderão ser ainda mais visíveis, com consequências que poderão afetar numerosos aspetos da economia e da sociedade.

Também o Banco Central Europeu (BCE) alerta que as alterações climáticas e a destruição e degradação da natureza afetam o funcionamento da nossa economia.

Tal decorre de dois tipos de riscos. Os riscos físicos das alterações climáticas, incluindo fenómenos meteorológicos mais frequentes ou graves, como inundações, secas e tempestades, e da diminuição dos ecossistemas em resultado do decréscimo dos insetos polinizadores e da desflorestação e os riscos de transição associados à passagem para uma economia neutra em termos de carbono ou decorrentes de alterações regulamentares que limitam a exploração de recursos naturais

Os riscos climáticos têm impacto em indicadores macroeconómicos, como a inflação, o crescimento económico, a estabilidade financeira e a transmissão da política monetária. Afetam também o valor e o perfil de risco dos ativos no balanço do Eurosistema.

É provável que a perda de biodiversidade e a degradação dos ecossistemas naturais ampliem os riscos climáticos. Precisamos perceber esses riscos e o seu impacto na economia em geral e na estabilidade financeira.

Para o BCE é preciso ter em conta a influência das alterações climáticas no trabalho que desenvolvemos para manter a estabilidade de preços e financeira. Tal implica incorporar considerações sobre as alterações climáticas: na nossa análise e tomada de decisões; nos nossos modelos, projeções e cenários macroeconómicos; na nossa avaliação da estabilidade financeira; na nossa análise e transmissão da política monetária; no quadro de gestão do risco.

As alterações climáticas são uma realidade com consequências relevantes para a generalidade dos setores da economia, incluindo para a atividade seguradora.

A mensuração e monitorização destes riscos é igualmente importante para salvaguardar a segurança e a solidez do setor bancário da área do euro e do conjunto do sistema financeiro. Compete-nos assegurar que os bancos possam detetar, gerir e divulgar adequadamente os riscos, incluindo os resultantes das alterações climáticas.

O clima e a natureza são interdependentes: as alterações climáticas representam uma ameaça adicional para os nossos ecossistemas e a degradação da natureza acelera as alterações climáticas. Enquanto banco central e autoridade de supervisão, temos também de explorar mais aprofundadamente a relação entre o clima, a natureza, a nossa economia e os bancos da área do euro.

Em 2020, o Global Risk Report veio realçar que os cinco principais riscos prováveis para a economia global eram todos riscos ambientais, destacando-se os eventos climáticos adversos e as catástrofes naturais. Já os reportes de 2021 e 2022 salientaram a ineficiência de ação no que toca às alterações climáticas e o de 2023 diz que os riscos climáticos e ambientais estão no centro dos riscos da próxima década – e são os riscos para os quais se considera que estamos menos preparados. ●

Notícias

APROSE alerta para a necessidade de criação de um fundo para catástrofes naturais

David Pereira, em entrevista a vários meios de comunicação social a propósito da ocorrência do sismo que abalou Portugal em 26 de agosto último, deu conta do alerta que a associação que representa no nosso país os mediadores de seguros (APROSE) tem vindo a divulgar há vários anos junto do Governo, poderes instituídos, órgão de supervisão dos seguros e sociedade civil em geral sobre a necessidade premente de criação de fundo que responda, não somente em caso de verificação de fenómenos sísmicos, como também em situações de catástrofes, designadamente as naturais.

Reconhecendo a importância e relevância desta matéria, o presidente da APROSE – porque se trata de algo cujo interesse público é manifesto, considerando que, conforme entendem os peritos, a questão não é se irá acontecer ou não, mas antes, e ao invés, quando irá suceder – defende o financiamento transversal do fundo de catástrofes, a começar pelo Estado, seguradoras, empresas e cidadãos.

Reconhecendo igualmente a aversão ao risco que caracteriza o comportamento de muitas seguradoras quando são convidadas a cobrir o risco de fenómenos sísmicos em zonas de maior probabilidade de ocorrência, o que agrava a diminuta apetência dos portugueses para a adoção de mecanismos de transferência de riscos a titulo facultativo, o cenário assim produzido apenas reforça a necessidade de intervenção do Estado numa área em que as consequências de um cataclismo e catástrofe podem conduzir e determinar a paragem da economia, com todos os efeitos e consequências associados, não somente com a instituição da obrigatoriedade de cobertura deste risco, bem como através da criação do referido fundo. ●

Notícias

Insolvências aumentaram quase 8% até agosto de 2024

O número de empresas em situação de insolvência continua a crescer em Portugal. As insolvências, de acordo com os dados da Allianz Trade, aumentaram 7,7%, num total de 1.567 empresas insolventes, até agosto de 2024. No que se refere ao mês de agosto, verificou-se uma diminuição de 0,5%, em comparação com o período homologo de 2023, com 181 empresas em situação de insolvência.

Os dados da líder mundial em Seguro de Crédito apontam os distritos de Porto e de Lisboa como aqueles que, no acumulado do ano, registam maior número de insolvências. No distrito do Porto, 409 empresas entraram em insolvência em agosto, o que representa um aumento de 26,10% em comparação com o período homologo de 2023. Relativamente ao distrito de Lisboa, verificaram-se 280 insolvências em agosto de 2024, um aumento de 17,87% quando comparado com o mês de agosto de 2023. Segue-se o distrito de Braga, que contabilizou 226 insolvências em agosto, um aumento de 14,42%, em comparação com os dados registado em 2023.

Tendo em conta a dimensão das empresas, os dados da Allianz Trade em Portugal indicam que são as micro e pequenas empresas, com um volume de negócios inferior a 500 mil euros, que registam maior número de insolvências até agosto. Por outro lado, é também possível perceber, que foram as empresas com mais de 10 anos que registaram maior volume em termos de insolvências nestes primeiros oito meses de 2024.

Os setores dos serviços, construção e retalho continuaram a ser os que registaram os valores mais elevados em termos de insolvências até ao final de agosto. Com 355, 271 e 270 insolvências, respetivamente.

Nadine Accaoui, presidente da Comissão Executiva da Allianz Trade em Portugal, considera que "estes dados refletem os desafios contínuos enfrentados pelas empresas em Portugal. Apesar de uma ligeira diminuição de 0,5% nas insolvências em agosto de 2024 em relação ao mesmo mês do ano anterior, particularmente nos distritos de Lisboa e Porto". ●

Calendário

SETEMBRO/OUTUBRO 2024 CONSULTE ONLINE EM WWW.APROSE.PT

Eventos da atividade seguradora

		LOCAL			CONTACTOS E INFORMAÇÕES		
DATA	EVENTO/CURSO	CIDADE	ENDEREÇO	ORGANIZAÇÃO	TELEFONE	E-MAIL	WEB PAGE
24/09/24	Excel	Online	elearning.aprose.pt/	APROSE	222003000	academia@aprose.pt	www.aprose.pt
24/09/24	Gestão do tempo e do stress laboral	Online	elearning.aprose.pt/	APROSE	222003000	academia@aprose.pt	www.aprose.pt
01/10/24	Regularização de sinistros – ramo automóvel	Online	elearning.aprose.pt/	APROSE	222003000	academia@aprose.pt	www.aprose.pt
08/10/24	Argumentação na Comercialização de Seguros	Online	elearning.aprose.pt/	APROSE	222003000	academia@aprose.pt	www.aprose.pt
08/10/24	Marketing Digital na Comercialização de seguros	Online	elearning.aprose.pt/	APROSE	222003000	academia@aprose.pt	www.aprose.pt
15/10/24	Gestão e Atendimento de Reclamações	Online	elearning.aprose.pt/	APROSE	222003000	academia@aprose.pt	www.aprose.pt
15/10/24	Gestão de sinistros patrimoniais – ramo multirriscos	Online	elearning.aprose.pt/	APROSE	222003000	academia@aprose.pt	www.aprose.pt
22/10/24	Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais	Online	elearning.aprose.pt/	APROSE	222003000	academia@aprose.pt	www.aprose.pt
29/10/24	Gestão de Sinistros	Online	elearning.aprose.pt/	APROSE	222003000	academia@aprose.pt	www.aprose.pt

Associado do Mês

FRANCISCO TEIXEIRA, DIRETOR DE NEGÓCIO DA 4 ASSURE MEDIAÇÃO E CONSULTORIA DE SEGUROS, LDA

"O risco sísmico tem de ser acautelado e as catástrofes naturais, advindas de fenómenos climatéricos extremos, são uma realidade"

Em entrevista, Francisco Teixeira refere que a solução discutida entre os diversos players, passa pela criação de um fundo sísmico, com semelhanças a outros atualmente em vigor.

Vida Económica (VE) - Quando e como se iniciou a atividade da 4 Assure Mediação e Consultoria de Seguros, Lda.?

Francisco Teixeira (FT) - A 4 Assure, mais conhecida por Four Assure Seguros, surge a 24 de agosto de 2010, há precisamente 14 anos, como uma empresa familiar, cujos sócios eram e ainda são o pai José Maria Teixeira – Diretor Financeiro - e o filho Francisco Teixeira – Diretor de Negócio. Nesse momento já acumulávamos umas décadas de experiência na indústria seguradora, a nível singular na intermediação profissional de seguros, tendo a constituição desta sociedade determinado a profissionalização do nosso serviço, criando melhores condições de trabalho e de recursos, assim como um atendimento mais próximo e uma melhor gestão dos nossos clientes e das suas carteiras de seguros.

VE - A atividade de mediação de seguros permite gozar férias? Com que condicionalismos?

FT - Permite férias e devemo-nos permitir a ter descanso. Devido a estarmos inseridos numa atividade exigente e num mercado competitivo, a saúde mental deve ser salvaguardada, na ótica da prevenção de estados limite, e acauteladas as repercussões na saúde física. Gera-se a necessidade de descanso pontual para regeneração, o que não acontecendo nos deixa inaptos para o trabalho. Temos de ter e habilitar recursos humanos para uma eficaz gestão de processos e para podermos delegar, por forma a conseguirmos desconectar durante um determinado período temporal, de forma periódica. Depois, devemos gerir a agenda consoante as épocas do ano, por forma a aproveitarmos os períodos de menor fluxo para uma rotação de férias ou encerramento total, com uma equipa de piquete.

VE - Por que princípios e valores norteiam a prestação de serviços junto dos clientes?

FT - Compromisso, Ética e Confiança. Compromisso na entrega de resultados e soluções; ética na forma de trabalhar com todos, atendendo à capacitação de intermediários que nos foi atribuída, garantindo uma resposta competente e honesta; Confiança como base do estabelecimento de uma relação comercial/profissional e na sua manutenção.

VE - Nessa ótica, que importância atribuem à representação e colaboração com várias seguradoras?

FT - De nós são esperados resultados – clientes – parcerias – seguradoras – que se percecionam nas soluções apresentadas. A riqueza e qualidade do nosso portfólio permite-nos ser competitivos e responder adequadamente aos pedidos e necessidades dos nossos clientes. Estarmos bem municiados requer acordos de distribuição e de produção com seguradoras generalistas, e.g. para os seguros de massas, assim como com seguradoras de especialidade, e.g. ramo vida, soluções em saúde e seguros de especialidade, mantendo-nos assim capacitados e responsivos.

VE - Que opinião têm sobre a exclusividade na mediação de seguros?

FT - A exclusividade é uma opção estratégica. Assenta numa escolha que se faz no plano da gestão – de receitas e de expectativas. Surge para que uma entidade se possa afirmar no mercado - arranque; para que uma entidade se mantenha no mercado – estabilidade, menos acordos, maior remuneração; ou como um 'estilo de vida' assumido por uma determinada mediação - limitados no âmbito e na dimensão, mas com uma remuneração estável e compatível com as ambições do mediador. As alterações legais, relativamente recentes, na distribuição de seguros e na defesa do consumidor vieram colocar dúvidas quanto à continuidade deste modelo, mas de facto ele continua cá e as 'grandes distribuidoras', leia-se seguradoras, continuam a apostar nele. Para além da realidade da distribuição de seguros através da banca, em regime de seguradora única, com mediadores ligados – empregados bancários. Considero assim que este regime dual permanecerá entre nós durante mais alguns anos. A 4 Assure nunca ponderou nem seguiu essa via pois a gestão de carteira e de negócio sempre nos "empurrou" no sentido da resposta que dei à questão anterior, ou seja, a nossa rentabilidade depende da capacidade de resposta, que assenta na diversidade do portfólio. Para nós, seria redutor.

> "A revolução digital está cá e veio para ficar. Mas não tem de ser uma ameaça, muito menos vista como tal", destaca Francisco Teixeira

VE - Perante as ameaças da revolução digital, a atividade de mediação de seguros tem futuro? Porquê?

FT - A revolução digital está cá e veio para ficar. Mas não tem de ser uma ameaça, muito menos vista como tal. Considero que os fomentadores desta revolução têm no seu âmago o ideal de ajudar a humanidade, não de a eliminar dos processos. Desengane-se quem acha que o ser humano vai ser substituído em todo o seu ser por máquinas e que os humanos quererão perder o contacto nas vertentes emocional, social e profissional com outros humanos, especialmente quando falamos em temas delicados como os que aos seguros concernem. O que hoje em dia já se materializa – vê, sente e realiza – digitalmente falando, na atividade de mediação de seguros, fez-nos avançar e melhorar, sendo que, no final do dia, ganhamos todos. Ganhámos eficiência, eficácia e rapidez nos processos; obtivemos uma desmaterialização com contenção de custos, o que gerou uma economia de meios que potenciou mais remuneração contratual e/ou investimento em áreas progressistas de ajuda ao negócio – dentro da indústria seguradora. E 'tocando' muito ao de leve no tema da Inteligência Artificial, a mesma será um complemento ou melhoramento dos Humanos, para que nós consigamos desdobrar sem nos desfocarmos do que realmente importa. Eventualmente, um equilíbrio entre uma atividade exigente, capacidade de resposta e ganho de qualidade de vida, como um suporte tecnológico vital.

VE - Que leitura fazem da necessidade de criação de um fundo para as catástrofes naturais e da cobertura obrigatória, nos seguros multirriscos, dos fenómenos sísmicos? Porquê?

FT - Indubitavelmente, Portugal é um país de risco sísmico elevado. É um facto de que a maioria da sua população reside nas cidades costeiras e que estas constituem os maiores aglutinadores de população do nosso país, destacando-se os distritos de Lisboa e de Setúbal como os mais afetados em caso de ocorrência de um terramoto. É consabida a reduzida taxa de contratação da cobertura facultativa de fenómenos sísmicos no ato de subscrição de uma apólice de patrimoniais, assim como a sua diminuta incidência nas apólices de seguro de habitação ativas. Poupando os nossos interlocutores a números, os indicadores não são positivos em caso de catástrofe e de um cenário de destruição massiva. A solução discutida entre os diversos players, que passa pela criação de um fundo sísmico, com semelhanças a outros atualmente em vigor – com carga no recibo de seguro pago – ou o caráter mandatório da cobertura continuam em modo draft, sendo que, paralelamente, a mensagem deveria de ser passada mais vigorosamente para o exterior e livre do 'segurês' por forma a que o consumidor se sinta mais alerta e esclarecido. De facto, o risco sísmico tem de ser acautelado e as catástrofes naturais, advindas de fenómenos climatéricos extremos, são uma realidade – nomeadamente na região oeste e sul do nosso país. Se juntarmos a isto a construção antiga dos centros históricos das cidades e a desadequação construtiva de um número elevado de imóveis de usos diversos no panorama nacional, urge que se alcance uma solução universal para o setor dos patrimoniais, o chamado Fundo Nacional de Catástrofes, alinhado com o risco sísmico elevado e com o potencial de destruição devida a fenómenos climatéricos extremos advindos das alterações climáticas, conjuntamente com campanhas de sensibilização da população - permanentes e não apenas despoletadas por um golpe de marketing, numa ocasião de manifestação do fenómeno. Considero que a constituição e capitalização do fundo permitirá a democratização das coberturas conexas, uma política de aceitação/subscrição mais flexível e uma tarifação mais acessível, ou seja, a "demolição" dos principais obstáculos e bloqueios a uma vontade de contratação da cobertura por parte do consumidor/cidadão comum.

Consultório Jurídico

Livre prestação de serviços (LPS) - Descaracterização | Protocolo do Luxemburgo (CEIOPS/EIOPA)

CORVACEIRA GOMES
Departamento jurídico
Diretor Executivo APROSE

Fomos contactados pela seguradora XPTO dando-nos conta de que, por mediarmos uma apólice com uma empresa portuguesa, que para além desta, também cobre riscos da atividade de participadas e subsidiárias suas, situadas na Suécia e na Alemanha, exortando-nos ao cumprimento do legalmente estabelecido para o exercício da nossa atividade em regime de LPS naqueles países, gostaríamos de ouvir a vossa opinião sobre este assunto?

De facto, confirmamos que, por força do estabelecido no artigo 89.º e seguintes do regime jurídico da distribuição de seguros (RJDS) aprovado em anexo à Lei n.º 7/2019, de 16 de janeiro, o mediador de seguros registado em Portugal que tencione exercer pela primeira vez atividade, em regime de livre prestação de serviços (LPS), no território de outro ou de outros Estados-Membros da União Europeia deve comunicar previamente essa sua intenção à ASF, sob pena de prática, conforme se estatui igualmente na alínea o) do artigo 114.º do mesmo diploma, de uma contraordenação muito grave – porque não foi recebedor da notificação escrita do órgão de supervisão através da qual o informa que a autoridade competente do estado-membro de acolhimento recebeu a comunicação que a ASF teria de endereçar a esta última, na circunstância em que o mediador tivesse cumprido o seu dever –, punível com coima (sem prejuízo de outras sanções acessórias) de € 3.000 a € 1.000.000 ou de € 6.000 a € 5.000.000, consoante seja aplicada a pessoa singular ou coletiva.

Por outro lado, também informamos que em situações de dúvida legal a respeito do exercício transfronteiriço da atividade de distribuição de seguros, ao abrigo do "passaporte comunitário" que a legislação atribui, reconhece, aos mediadores de seguros, e protege, designadamente através de LPS, constituí boa prática, por razões de cautela e segurança jurídica, o cumprimento dos deveres e formalismos impostos a tal exercício – que, basicamente, consistem na notificação à ASF, através do respetivo Portal, da intenção de exercer a atividade no território de outros Estados-Membros da União Europeia –, uma vez que esta circunstância não é suscetível de acarretar consequências de relevo, com reflexo nos gastos – para além da burocracia inerente, da nomeação do representante legal e fiscal no país de acolhimento e contratação do código LEI –, ainda que não se venha a exercer, de facto, a profissão nos territórios em questão.

No protocolo do Luxemburgo do CEIOPS – que apenas se aplica e vincula as oridades de supervisão europeias – enumera-se uma lista não taxativa e exaustiva de exemplos relacionados com a atividade exercida pelos mediadores de seguros em regime de LPS.

Todavia, sem prejuízo do suprarreferido, em relação ao caso em concreto que envolve a empresa vossa cliente, que, segundo nos foi relatado, se trata de uma empresa de direito português que contratou em Portugal, com a mediação da vossa sociedade, um seguro de responsabilidade civil profissional que cobre a atividade não só da mesma no território nacional, como também de empresas por si detidas, sediadas e de direito sueco e alemão, respetivamente, com as quais a vossa empresa não tem qualquer espécie de relacionamento, somos do entendimento que tal situação não consubstancia o exercício da vossa atividade, em regime de LPS, no território daqueles países, pelo que não haverá lugar ao cumprimento do enquadramento legal acima exposto.

Efetivamente, apesar de o RJDS não conter uma definição do que se considera e define como "livre prestação de serviços", tal como e à semelhança do que o faz o regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora (RJAS) aprovado pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, que considera, na alínea n) do seu artigo 5.º, «Livre prestação de serviços» a operação pela qual uma empresa de seguros cobre ou assume, a partir da sua sede ou de uma sucursal situada no território de um estado-membro, um risco ou um compromisso situado ou assumido no território de um outro estado-membro – o que determina, para a XPTO, que a cobertura de riscos na Alemanha e Suécia consubstancia, de facto e de direito, o exercício em regime de LPS da sua atividade naqueles países (o critério é o risco, que se assegura) –, já no que toca à vossa empresa – que apenas mediou, em Portugal, a celebração do contrato de seguro em questão com a empresa-mãe –, tal não configura o exercício da atividade distribuição de seguros em regime de LPS no território daqueles estados, apesar de o âmbito do contrato de seguro celebrado entre a XPTO e a empresa vossa cliente, que é algo absolutamente diferente, prever a cobertura do risco que a atividade das subsidiárias comporta naqueles países.

Em conformidade com a doutrina mais autorizada sobre esta matéria – face à incerteza que decorre da letra da Diretiva da Distribuição de Seguros [Diretiva (UE) 2016/97] e, por conseguinte, no RJDS, acerca do elemento e critério que espoleta o exercício da atividade em regime de LPS –, que procurou apoio no Protocolo do Luxemburgo do CEIOPS (atual EIOPA), considera-se que um mediador de seguros exerce a sua atividade em LPS no caso em que tenha a intenção – entendido como a vontade do operador –, de fornecer ou disponibilizar a um tomador, que se encontra estabelecido num estado-membro diferente daquele onde o mediador se encontra registado, um contrato de seguro relacionado com um risco também localizado num estado-membro diferente do do registo do mediador.

Ora no caso em apreço, a vossa empresa apenas negociou em Portugal, preparou a celebração e mediou o contrato de seguro firmado entre a XPTO e a empresa-mãe das sociedades situadas na Alemanha e Suécia, não tendo qualquer intenção de exercer a atividade de distribuição de seguros no território daqueles países, apesar de parte do risco que para a XPTO se transfere através da correspondente apólice se situar naqueles estados, o que determina a não obrigação de cumprimento, por parte da vossa empresa, do legalmente estabelecido para o exercício da atividade em regime de livre prestação de serviços.

No protocolo do Luxemburgo do CEIOPS – que apenas se aplica e vincula as autoridades de supervisão europeias – enumera-se uma lista não taxativa e exaustiva de exemplos relacionados com a atividade exercida pelos mediadores de seguros em regime de LPS, dos quais passamos a destacar:

- O mediador de seguros promove, anuncia ativamente e presta serviços de distribuição de seguros, procurando mercado, junto de clientes residentes ou estabelecidos num estado-membro diferente ao do seu registo;
- O mediador de seguros solicita e organiza reuniões de negócios, por sua própria iniciativa, com clientes estabelecidos em outro estado-membro;
- Publicidade: O mediador de seguros anuncia/envia informação acerca de produtos específicos, condições, etc. a um grupo selecionado de clientes estabelecidos num determinado país, na língua especifica de determinados estados-membros, etc... Aqui o anúncio reveste-se de uma natureza ativa, ou seja, a intenção do mediador em contactar clientes noutro estado-membro é inequívoca e clara;
- Atividade de comercialização e marketing à distância: Se o conteúdo do sítio na Internet do mediador de seguros é genérico e apenas na língua do estado-membro do seu registo, se não está dirigido a um grupo especifico de clientes ou a clientes de determinados estados-membros e quando o cliente não é capaz de, direta ou indiretamente, celebrar o contrato através do website, então não se pode considerar que o mediador está ativamente à procura desses clientes e, como tal, tendo a intenção de exercer a sua atividade em regime de LPS nos estados-membros onde os clientes estão estabelecidos. No caso em que o mediador de seguros seja contactado por esses clientes não se considerará como tendo a intenção de exercer a atividade em regime de LPS no território onde os clientes residem ou estão estabelecidos;
- Por outro lado, se um mediador abre uma sucursal em outro estado-membro ao abrigo do direito de estabelecimento e através do qual comercializa seguros junto de clientes residentes no país onde o mediador se encontra registado, não se considerará esta circunstância como exercício da atividade sob o regime de LPS. ●